

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

Luísa Lopes Greco

MOVIMENTAÇÕES E RESSONÂNCIAS:

uma análise organizacional e socioespacial da Feira Coberta do Padre Eustáquio

Belo Horizonte
2022

Luísa Lopes Greco

MOVIMENTAÇÕES E RESSONÂNCIAS:

uma análise organizacional e socioespacial da Feira Coberta do Padre Eustáquio

Versão final

Dissertação apresentada ao Núcleo de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de concentração: Planejamento e dinâmicas socioterritoriais

Orientador: Prof. Dr. Frederico Canuto

Belo Horizonte
2022

FICHA CATALOGRÁFICA

G791m

Greco, Luísa Lopes.

Movimentações e ressonâncias [manuscrito] : uma análise organizacional e socioespacial da feira coberta do Padre Eustáquio / Luísa Lopes Greco. - 2022.

146 f. : il.

Orientador: Frederico Canuto.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Planejamento Urbano – Teses. 2. Feiras-livres – Teses. 3. Participação social – Teses. 4. Espaço Urbano - Teses. 5. Espaços públicos – Teses. I. Canuto, Frederico. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 711.13



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO



FOLHA DE APROVAÇÃO

**Movimentações e ressonâncias: uma análise organizacional e socioespacial da
Feira Coberta do Padre Eustáquio**

LUÍSA LOPES GRECO

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG como requisito para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração: Teoria, produção e experiência do espaço.

Aprovada em 20 de outubro de 2022, pela Comissão constituída pelos membros:

Prof. Dr. Frederico Canuto – Orientador
EA-UFMG

Profa. Dra. Rita de Cássia Lucena Velloso
EA-UFMG

Prof. Dr. Glauco Bruce Rodrigues
UFF

Belo Horizonte, 20 de outubro de 2022.

AGRADECIMENTOS

Ao Coletivo Cultural Noroeste BH, pela parceria e por ter tão generosamente aberto espaço para esta pesquisa;

A todos que fazem parte da dinâmica da FECOPE e dos demais mercados e centros culturais, que enriqueceram o debate aqui proposto;

Ao Fred, pelas orientações, pelo grupo de estudo de dois e por se fazer vizinho em um trabalho que não é só de um;

À Lis e à Ana, pelas contribuições valiosas na banca de qualificação;

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), por ter apoiado este trabalho;

À Escola de Arquitetura da UFMG, que sempre foi mais que uma escola;

Aos professores e grupos de pesquisa que acompanharam minha formação – ao Lab.Urb, que além de todo aprendizado é sempre pouso para um cafézinho;

Aos colegas de trabalho que são amigos, aos amigos que são familiares e aos familiares que são colegas de trabalho, que foram presença em um mestrado virtual;

À minha família, por ensinar o prazer em aprender (e à minha mãe, por compartilhar o prazer de aprender diariamente a cidade);

Ao Caetano, por ser casa, companhia e companheirismo nesse tempo de escrita.

O acontecimento é antes de tudo um
começo, uma descontinuidade que interroga
criando seu próprio rastro no tempo
(ARENDR *apud* VELLOSO, 2020, p. 420).

RESUMO

Esta pesquisa busca investigar, por uma perspectiva organizacional e socioespacial, limites e possibilidades de processos de construção coletiva em torno das disputas da Feira Coberta do Padre Eustáquio (FECOPE). Contaminado por outros modos de narrar, o trabalho tem como foco as narrativas dos atores que negociam e experimentam o território, para a construção de uma narrativa própria sobre o urbano que os cerca e os constitui. De feira de rua, à feira coberta junto a centro cultural, e hoje parte do projeto de concessão e requalificação dos mercados municipais de Belo Horizonte, a FECOPE atua como instrumento de pensamento para discutir democratização da gestão urbana e lutas populares relacionadas à feira e para além dela. Assim, sobretudo a partir de conceitos e categorias de Marcelo Lopes de Souza e de Rodrigo Nunes, o trabalho analisa as *movimentações sociais no território*, suas práticas e organizações, tanto pela abertura institucional de participação social, quanto por ações que a ultrapassam. Aponta-se que a FECOPE, palco e objeto de conflitos, representa um encontro de pessoas que se mobilizam para não só acessar, mas também modificar os canais participativos instituídos. Não se tratam de atores nem subversivos, nem subordinados, mas de atuações que perturbam as instâncias definidas e provocam ressonâncias – e como tal, emitem ondas pontuais que interferem construtivamente sobre o espaço.

Palavras-chave: produção do espaço, construção coletiva, narrativas, território

ABSTRACT

This research seeks to investigate, from an organizational and socio-spatial perspective, limits and possibilities of collective construction processes around the disputes of Feira Coberta do Padre Eustáquio (FECOPE). Contaminated by other ways of narrating, this work focuses on narratives from actors who negotiate and experience the territory, for the construction of their own narrative about the urban that surrounds and constitutes them. From a street market, to a covered market with a cultural center, and nowadays part of the concession and requalification project of municipal markets from Belo Horizonte, FECOPE acts as an instrument of thought to discuss democratization of urban management and popular struggles related to the market and beyond. Thus, especially based on concepts and categories by Marcelo Lopes de Souza and Rodrigo Nunes, this paper analyzes the *social moving* in the territory, its practices and organizations, both through the institutional opening of social participation, and through actions that go beyond it. It points out that FECOPE, stage and object of conflicts, represents an meeting of people who mobilize not only to access, but also to modify the established participatory channels. These are neither subversive nor subordinate actors, but performances that disturb the defined instances and provoke resonances – and as such, emit punctual waves that constructively interfere with the space.

Keywords: production of space, collective construction, narratives, territory

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 01 – Encontros durante a pesquisa	31
Figura 01 – Feira Coberta do Padre Eustáquio	37
Figura 02 – Categorias de análise de participação social	40
Figura 03 – Regional Noroeste e Territórios de Gestão Compartilhada	46
Figura 04 – Pavimentação da atual Rua Padre Eustáquio	52
Figura 05 – Antigo Cinema Azteca, lote do novo CCPE	53
Figura 06 – 20º aniversário das feiras livres do bairro Padre Eustáquio	54
Figura 07 – Localização da Feira Coberta do Padre Eustáquio	58
Figura 08 – Inauguração da Feira Coberta do Padre Eustáquio, 1976	60
Figura 09 – Feira Coberta do Padre Eustáquio, 1978	61
Figura 10 – Projeto da Feira Coberta do Padre Eustáquio	62
Figura 11 – Projeto para a Feira Coberta do Padre Eustáquio	64
Figura 12 – Projeto para o Mercado Distrital de Santa Tereza	64
Figura 13 – Mapeamento de mercados municipais e Sacolões Abastecer	68
Figura 14 – Implementação dos mercados municipais	70
Figura 15 – Protótipo de adesivo de manifestação	75
Figura 16 – Disputas no Aeroporto Carlos Prates	76
Figura 17 – Centros Culturais de Belo Horizonte	81
Figura 18 – Privatizações e mercados municipais	93
Figura 19 – Modelos de rede	99
Figura 20 – Sistema de rede e movimentação	100
Figura 21 – Interessados no PMI N° 001/2018	112
Figura 22 – Site organizado pelo grupo Articulação dos Mercados	119
Figura 23 – Resultado dos processos de concorrência	120
Figura 24 – Localização atual e nova do CCPE	130

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACBST	Associação Comunitária do Bairro Santa Tereza
ACOMEC	Associação dos Comerciantes do Mercado Distrital do Cruzeiro
AMOREIRO	Associação de Cidadãos do Bairro Cruzeiro
APCBH	Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte
BH	Belo Horizonte
CCPE	Centro Cultural Padre Eustáquio
COBAL	Companhia Brasileira de Alimentos
COMFORÇA	Comissão de Acompanhamento e Fiscalização da Execução do Orçamento Participativo
CMBH	Câmara Municipal de Belo Horizonte
CMPU	Conferência Municipal de Política Urbana
COBAL	Companhia Brasileira de Alimentos
COMUC	Conselho Municipal de Política Cultural
COMUSAN	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
DOM	Diário Oficial do Município
FECOPE	Feira Coberta do Padre Eustáquio
FMC	Fundação Municipal de Cultura
HIS	Habitação de Interesse Social
IAB-MG	Instituto de Arquitetos do Brasil de Minas Gerais
MNLM	Movimento Nacional de Luta pela Moradia
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OP	Orçamento Participativo
PBH	Prefeitura de Belo Horizonte

PD	Plano Diretor
PMI	Procedimento de Manifestação de Interesse
PPP	Parceria-Público-Privada
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC-Minas	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
SINARQ-MG	Sindicato dos Arquitetos de Minas Gerais
SMASAC	Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania
SMC	Secretaria Municipal de Cultura
TGC	Território de Gestão Compartilhada
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. O MODO DE NARRAR.....	19
2.1. Modo de construção.....	19
2.2. Aproximações.....	25
3. O TERRITÓRIO-SUJEITO.....	34
3.1. Feira-território: espaço apropriado.....	35
3.2. Feira-mercado: de feira aberta a mercado municipal.....	49
3.3. Feira-construída: entre origem e originalidade.....	60
3.4. Feira-de-comer: abastecer a cidade.....	66
3.5. Feira de criar: o lugar da cultura.....	72
3.5.1. A cultura do lugar.....	72
3.5.2. A cultura da participação.....	78
4. AS ORGANIZAÇÕES/ A ECOLOGIA.....	86
4.1. Entre gerações.....	87
4.2. Sujeitos e territórios em rede.....	98
4.3. Convergências e divergências estratégicas.....	107
4.3.1. Participação como estratégia.....	107
4.3.2. Pluralidade de apostas.....	115
4.3. Uma questão de escala.....	125
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	134
REFERÊNCIAS.....	138

1. INTRODUÇÃO

É do reconhecimento do abismo entre os avanços teóricos e a prática de processos compartilhados do espaço que este trabalho se inicia. Entre elaborações rumo a construções mais democráticas das cidades e ao mesmo tempo riscos de uma ampliação dos canais de participação sem a ampliação do poder de decisão de fato, o que pode ser feito? Dadas as armadilhas da disputa institucional e os desafios da ação direta, uma democratização do planejamento e da gestão urbanas verdadeiramente profunda, para o geógrafo Marcelo Lopes de Souza (2006), pressupõe, junto a avanços legais, uma sociedade autônoma e uma organização espacial com ela compatível. Em outras palavras, a participação social nas políticas urbanas deve estar atrelada às lutas na cidade e ao próprio território – "não se deve atribuir aos instrumentos, às técnicas e às rotinas a responsabilidade de instaurar mais justiça social" (idem, p.33).

Tal discussão me acompanha desde outras pesquisas e, ainda que os temas pareçam mudar, há algo que decanta, um questionamento em comum sobre o modo como as pessoas se articulam para decidir sobre o espaço que ocupam. Se de alguma forma a pergunta fica, a pesquisa muda, se definindo e se redefinindo a partir de seu próprio processo. As leituras, disciplinas, conversas e encontros desse período de estudos transformaram e complexificaram o objeto, o método, o olhar, provocaram desvios de percurso. A pesquisa, essa coisa viva, parece acontecer entre esses pequenos sustos. É um susto também se ver na pesquisa, perceber como o objetivo atravessa a própria subjetividade.

O interesse na Feira Coberta do Padre Eustáquio (FECOPE), em um primeiro momento, partiu de uma curiosidade em relação ao atual processo de concessão e requalificação dos mercados municipais de Belo Horizonte (BH) que, além da FECOPE, inclui o Mercado Distrital de Santa Tereza, o Mercado Distrital do Cruzeiro, a Central de Abastecimento Municipal/ Feira Coberta do Bairro São Paulo e o Mercado Novo (o Mercado Popular da Lagoinha foi retirado do projeto). Entende-se

que, apesar do discurso neutralizante, esse processo contém muitas disputas: de modelo de cidade, de controle territorial, de processos de decisão, de narrativas. Se, como a filósofa Jeanne Marie Gagnebin diz (UNIVESP, 2009), a memória coletiva não é construída por apenas um narrador, mas por várias versões individuais do mesmo momento histórico coletivo que está em jogo, a disputa por sua construção é inerente a sua constituição.

Esse tipo de disputa dos mercados, atrelado a uma dinâmica metropolitana, municipal e local, é atravessado por conflitos e por atores múltiplos e dinâmicos, esferas que extrapolam a institucional, impedindo categorias de pesquisa que os dividam de maneira estática, entre poder público, iniciativa privada e sociedade civil. Como, então, trabalhar sua transescalaridade e pluralidade, sem perder a nitidez?

Sendo o foco da pesquisa justamente as possibilidades de construções compartilhadas do espaço, o cotidiano se revela um ponto de tangência possível para se construir um material de análise que conjugue as diversas dimensões. Como coloca o historiador Jacques Revel (2010, p. 125), ao tecer a história urbana é preciso investigar o “novo das relações entretidas entre os agentes individuais, entre esses agentes e o grupo”, evitando o que Bernard Lepetit (2001) denomina como "eclipse do ator".

Assim, diferentemente de um estudo que sobrevoa as relações sociais e aterriza para validá-lo, esta pesquisa parte da particularidade da FECOPE para entender como ela se constrói – e dessa forma também como se insere no projeto dos mercados em BH, como se integra a demais equipamentos e políticas públicas da cidade, como tensiona os conceitos de participação e luta popular. Para além da dicotomia metodológica entre estudos macro/global e micro/específico, tendo um como pesquisa e outro como mero reflexo de uma análise superior, busca-se trabalhar diferentes escalas e períodos, ajustando a "variação da objetiva", como descreve Revel (1996), na medida da necessidade.

Desse modo, a pesquisa sobre a produção do espaço urbano neste trabalho parte de uma perspectiva *local* para pensar as relações entre os atores, eventos e territórios. O que não significa uma perspectiva pontual, restrita, mas uma perspectiva articulada a demais esferas, apostando em recortes distintos a partir das articulações analisadas. Pensar a produção do espaço localmente por esse prisma é sobretudo estudar como a vizinhança se organiza, como os grupos sociais organizam o espaço que habitam.

É preciso, portanto, investigar como se dão as *movimentações sociais*¹, em sua complexidade, em torno da FECOPE (mas que extrapolam seu entorno), buscando evidenciar suas práticas emancipatórias, seus conflitos e suas repercussões no território ao longo do tempo, considerando que analisá-las no decorrer da história não é apenas constatar a mobilização social. Para isso propomos duas frentes de análise que se cruzam neste trabalho.

Uma frente voltada à organização, para principalmente investigar como ela se constrói, seus objetivos, suas estratégias e táticas impulsionadas, suas limitações, suas conexões e suas rupturas, a partir de Rodrigo Nunes. Como indica o filósofo,

(...) o objetivo concreto da questão da organização reside em gerir a tensão entre as diferentes forças que constituem um sujeito coletivo, qualquer que seja a sua forma: as que provêm dos seus diferentes componentes, assim como as que provêm de seu entorno, as tendências centrípetas e centrífugas no seu interior, o endurecimento da identidade coletiva e a sua abertura ao mundo exterior, a inércia do hábito e a receptividade à novidade... (2021, p.19).²

Compreendendo aqui que o debate da organização social na esfera do planejamento urbano exige uma abordagem espacial, outra frente proposta se volta ao território, a partir de Marcelo Lopes de Souza. Como Souza, M. (2006) aponta, a

¹ Rodrigo Nunes (2014b) fala de um *movimentar* das relações sociais, a partir do coletivo ativista The Free Association, como verbo e não como substantivo, contrapondo-se ao movimento, o qual, segundo o autor supõe um nível de coesão interna à organização. O termo *movimentação* aqui proposto, aparece no mesmo sentido, trazendo ainda consigo o significado de ato ou efeito de movimentar-se, como indica o dicionário Oxford Languages.

² Tradução da autora. Versão original: "(...) the concrete object of the question of organisation lies in managing the tension among the different forces that constitute a collective subject, whatever its form may be: those that come from its different components as well as those that come from the surrounding environment, the centripetal and centrifugal tendencies within it, the hardening of collective identity and its openness to the outside world, the inertia of habit and the receptiveness to novelty...".

gestão das cidades deve partir da articulação entre o social e o espaço urbano, ou ainda mais especificamente da *espacialidade da mudança social*. Para o autor, o planejamento e a gestão de uma cidade significa, acima de tudo, gerir relações sociais, suas dinâmicas, seus vínculos com o espaço em sua dupla qualidade de produto e condicionante.

Assim, buscam se complementar as perspectivas da geografia, da filosofia, da história e do urbanismo, bem como conceitos e categorias de Marcelo Lopes de Souza sobre participação social no âmbito institucional – sobretudo quanto a uma diferenciação entre processos mais autônomos e mais heterônomos – e de Rodrigo Nunes sobre mobilização social – com foco em sua formação e atuação – para a análise da movimentação socioespacial da e na FECOPE.

Ambas abordagens, apesar de partirem de perguntas diferentes, convergem na busca de compreender as dinâmicas urbanas junto aos atores e grupos sociais, entendendo se tratar de dinâmicas socioespaciais produzidas dialeticamente. Assim, este trabalho privilegia o lugar do espaço cotidiano nos estudos urbanos em oposição à separação da análise da urbanização, da transformação social e do desenvolvimento econômico. Interessa para esta pesquisa, portanto, justamente a análise do espaço socialmente produzido, como processo contínuo e flexível, entendido como meio e resultado de relações sociais. Não havendo uma relação direta e homogênea entre as partes, torna-se necessário investigar suas particularidades, abrindo caminho para a atuação da sociedade.

É justamente pela ênfase na compreensão dialética do espaço que esta pesquisa se transforma. Se o interesse inicial partiu sobretudo de como o atual projeto de concessão e requalificação dos mercados municipais afeta o espaço e a vida das pessoas, tendo a FECOPE como estudo de caso, a multiplicidade de atores e de eventos envolvidos lançou o foco da pesquisa para o modo como as várias disputas e movimentações sociais que se tecem na FECOPE afetam e são afetadas pelos projetos para seu espaço, dentre eles a atual concessão e requalificação.

Assim, passa-se de produto social e espacial, para produção socioespacial; de análise macro-institucional somada a análise micro-cotidiana, para análise

transescalar com base na produção local; de projeto hegemônico e resistência, para diversidade de disputas; de análise histórica e futura, para um longo presente sempre em construção.

Para tanto, a escolha do cotidiano da FECOPE como ponto de partida é uma escolha de análise a partir das narrativas (orais e documentais) dos atores que fazem parte de sua dinâmica, entendendo que esses não só fazem parte sendo tocados por ela, mas também a constroem e a modificam. Assim como atuam ativamente na dinâmica da qual fazem parte, são também responsáveis pela base de outra narrativa da cidade que se desenha neste trabalho. Não a narrativa única, fechada, mas uma narrativa que "abre continuamente espaço", como colocam as pesquisadoras Josianne Cerasoli et al. (2020, p.18), importando o próprio *modo de narrar* o urbano. Da mesma forma, para Almeida Junior et al. (2020, p.25, 26):

Ao entendermos o próprio exercício e prática de escrita da história como ação intelectual que se desenrola no campo da política, das escolhas e dos jogos de visibilidade, concentramo-nos em pensar narração e história de modo a nos furtar de uma tradição historicista (...) [a qual] nos conta a história a transcorrer linearmente, com um único sentido racional de emancipação humana, a forjar uma narrativa com a pretensa reconstrução totalizante do passado (...) propomos pensar que tecer relações não significa reconstituir a totalidade de um acontecimento (...) seria também a produção de intervalos que se abrem à possibilidade da emergência de outros nexos.

Para os autores, cabe ao trabalho de narrar propor relações anteriormente não estabelecidas, "renunciando o gesto de fixar a história", fundamentando-se na importância do heterogêneo, do dissonante, do anacrônico. Diante disso, não se busca nesta pesquisa uma única voz capaz de revelar A História, mas diferentes vozes que contribuem para desvelar outras histórias. Dessa maneira, foi feita uma aproximação com diferentes grupos sociais que protagonizam e protagonizaram as disputas pela FECOPE, como vizinhos, usuários, permissionários e trabalhadores da feira e de outros mercados, universidades, conselheiros, políticos, gestores públicos e demais interessados.

Tais grupos são bastante diversos, entre si e internamente, tanto no que se refere a sua composição quanto a suas pautas, que não se restringem à FECOPE. Tratam do processo de concessão da feira coberta, mas dos mercados de maneira geral,

bem como do Centro Cultural Padre Eustáquio (CCPE) que faz parte da FECOPE, dos demais centros culturais, como também da Conferência Municipal de Cultura e da distribuição de recursos públicos, além da disputa do Aeroporto Carlos Prates e de sua apropriação, debatida em maior escala associada à aplicação do Plano Diretor na cidade junto a movimentos sociais.

As muitas articulações construídas reforçam a compreensão dinâmica do local. Todos esses contatos auxiliam na compreensão da relação dos atores entre si e com o espaço, sua organização, como os arranjos são articulados, perturbados e repensados, quais transformações socioespaciais derivam dessas decisões (e se derivam), como se têm travado os conflitos e como se têm desenhado os afetos no decorrer do tempo. Assim, é desse emaranhado de narrativas, de seus pontos de tangência e divergência, amarrados e provocados por compreensões de outra ordem, como o discurso dominante, os aparatos legais, as construções teóricas, as políticas públicas, que se busca fazer uma leitura do urbano. A base do trabalho está, portanto, no entrelaçamento desses fios nos diversos níveis espaciais e temporais da produção da cidade.

Em meio à infinidade de caminhos possíveis, cabe à pesquisa o traço da costura. Se, como diz Lepetit (2001), não há linearidade escalar e cronológica na trama socioespacial, isto é, se para entender os enredos, mensagens e imagens é preciso transpassar seus diferentes níveis, o fio condutor aqui escolhido percorre as várias disputas da FECOPE em seus diferentes momentos. Isso significa que a narrativa aqui proposta não segue uma linha direta e sequencial de fatos – ainda que também o faça em alguma medida –, mas se constrói do cruzamento de linhas que se encontram nesses embates.

Diante disso, a dissertação se divide em três partes: (i) *O modo de narrar*, em que é definido um modo de construção do trabalho, uma base teórica sobre a discussão das narrativas como organização discursiva e como compreensão do espaço, passando por diversos autores que discutem o assunto até a elaboração de um modo próprio de narrar o urbano. Tal abordagem tem o papel de estimular e provocar a pesquisa, seguida de aproximações com essas teorias e atores em cena.

Os capítulos que se seguem têm como base as contribuições de Marcelo Lopes de Souza e de Rodrigo Nunes: primeiro mais voltado ao território, e por isso como convite de Souza a Nunes; depois à organização, como convite inverso entre eles. Apesar de capítulos separados, as abordagens e o próprio entendimento dialético da produção do espaço revelam seus entrelaçamentos (na teoria e na linguagem).

Assim, posteriormente à primeira parte, vem (ii) *O território-sujeito*, apresentando a FECOPE e as muitas feiras que sua história revela, suas particularidades, a relação das pessoas com o espaço, as políticas públicas que as atravessam, as organizações que se formam. Subdividida entre Feira-território, Feira-mercado, Feira-construída, Feira-de-comer e Feira-de-criar, a memória da feira é descrita com o foco nas suas diferentes movimentações. As disputas são apresentadas em sua diversidade, tanto aquelas vinculadas ao período militar, caracterizadas sobretudo sobre sua forma – entre feira e mercado –, quanto a gestões progressistas, principalmente quanto a seu uso – entre abastecimento e cultura.

Por fim, (iii) *As organizações/ a ecologia* aborda as novas mobilizações vinculadas à FECOPE e articuladas aos demais mercados, frente a um modo de gerir cidades junto à iniciativa privada, como o processo de concessão e requalificação dos mercados municipais, evidenciando os caminhos possíveis e inventados em direção a uma construção mais colaborativa do espaço. Embora agora requalificada, a base da disputa é a mesma, de modo a adicionar às pautas anteriores sua gestão.

Trata-se de uma transformação da disputa quanto a sua pauta – forma, uso e gestão –, mas também quanto a sua composição. Se na primeira travou-se um embate entre poder público e sociedade civil, se na segunda se deu entre diferentes parcelas sociais, o conflito atual envolve uma multiplicidade de atores que não se restringem a tais categorias. Não apenas os atores se entrelaçam, embaçando seus limites e posições, como também os discursos sobre as políticas urbanas e sobre a própria cidade. Como sugere Rodrigo Nunes (2014b), a mobilização social na contemporaneidade deve ser analisada, sobretudo, pelas redes construídas, compreendendo que a organização deve ser entendida sempre supondo uma ecologia diversificada de diferentes iniciativas e formas organizacionais.

2. O MODO DE NARRAR

A escrita sobre as movimentações sociais na Feira Coberta do Padre Eustáquio aqui proposta se fundamenta no atual debate sobre narrar por outros pressupostos, revogando certezas, abrindo caminhos para outras narrativas. Desse modo, tão relevante quanto a escolha do objeto de pesquisa é o modo de ver o objeto e de ver a própria história, isto é, definir como e a partir de quê o olhar será conduzido.

Trata-se, portanto, da definição de um *modo de construção* não só de texto, mas de pesquisa, baseado em referências que auxiliam na *construção de um modo* próprio de narrar (subcapítulo 2.1). Tal base é seguida de aproximações – entre teoria e prática, entre pesquisa e campo, entre pesquisadora e atores, entre dentro e fora, e todas suas imbricações (subcapítulo 2.2).

2.1. Modo de construção

Como nos sugere Jeanne Marie Gagnebin (2014, p. 21), tal qual a lembrança, a escrita em si é um rastro, na medida em que opera como "signo de algo que não está mais, presença da ausência e ausência de presença". Esse rastro, como a própria autora diz, é visto como estranho, instável, incerto – "como confiar nas lembranças, esses 'rastros mnêmicos' muitas vezes infiéis, às vezes mesmo falsos? Como confiar na escrita que não consegue dizer a vivacidade da vida?". O passado aconteceu, reconhece, no entanto, nos lembra que nada garante seu estatuto unívoco. Baseado nessa, mas também em outros tantos autores a serem abordados neste capítulo que também discutem o tema, a premissa deste trabalho não é a de substituir uma história absoluta por outra, mas de abrir caminho para a dúvida (e com ela formas novas de interrogação).

Se como Gagnebin (2014) coloca, a partir de Walter Benjamin, o trabalho de pesquisar e narrar se assemelha ao do arqueólogo – em busca de restos, detritos, dejetos, cacos, coisas insignificantes que escapam à versão dominante da história –, é justamente pela atenção ao detalhe que se busca construir esta narrativa. Mais especificamente, como levantado no Minicurso oferecido pela Universidade Federal

da Bahia (UFBA) "Cronologia do Pensamento Urbanístico"³, tratam-se de fragmentos não como desconstrução apenas, mas como construção, uma vez que depois de recolhidos podem retomar o curso da história.

Essas ditas insignificâncias, esses momentos disruptivos que "lutam pela possibilidade da diferença", comumente desprezados, reaparecem "sempre nas franjas do discurso ou em suas falhas", como indicam Dilton Almeida Junior et al. (2020, p.28). Ainda sob a metáfora da arqueologia, Gagnebin (2014, p.242) descreve essa historiografia crítica "a contrapelo", como denominaria Benjamin, como busca de "uma nova apreensão conjunta do passado e do presente" que permite salvar do passado "um elemento soterrado sob o hábito".

Não se trata, portanto, de um dualismo entre passado e presente, tampouco uma construção histórica linear, "com a flecha sempre apontada para a frente, o progresso", como destaca Rita Velloso (2022, p.36) ao contrapor essa ideia à constelação benjaminiana, em que interessa a expressão de imagens num mesmo momento histórico, mais que a mesma origem histórica. Em outras palavras, assim como a constelação de estrelas, essa forma de pensamento representa uma forma de ver imagens e relações desde uma posição relativa, permitindo anacronismos que atravessam os limites temporais. Como descreve a autora, a constelação designa a relação entre os componentes de um conjunto, "relação essa que se define não apenas pela proximidade entre as estrelas, mas também pela possibilidade de significado que o conjunto adquire" (p.19).

Contra o historicismo, o narrador deve aprender a constelação em que sua própria época entrou com uma época anterior, inclusive para projetar uma constelação por vir, de modo que passado, presente e futuro são necessários para a compreensão histórica. Não apenas é necessário reconhecer a própria época, como se reconhecer nela, implicar-se no processo de escrita a partir da própria vivência. O passado não é estático pelo mesmo motivo do presente estar sempre em curso, alterando o narrador e as possíveis narrativas. Dada tal abertura da história, cabe àquele que

³ O Minicurso "Cronologia do Pensamento Urbanístico" oferecido pelo grupo de pesquisa Laboratório Urbano da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFBA reúne pesquisadores de diferentes universidades do Brasil para repensar outros modos de narrar. Participei da edição de 2021, que aconteceu entre os dias 20 de agosto e 19 de novembro, de forma remota.

narra a definição dos componentes e das linhas que os agrupam em um conjunto, assumindo a subjetividade do narrador – ou como colocam Almeida Junior et al. (2020), a triagem entre o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido (como movimento duplo) nunca se refere a um procedimento neutro.

Partindo do mesmo raciocínio, mas com outra metáfora, não mais a da escavação, mas a da tessitura, Elisângela Chiquito (2020, p.90) ressalta a importância da escolha dos fios na construção da narrativa:

Trama ou tecido, de raiz etimológica imbricada com a palavra 'texto', são ambos derivados do verbo 'texere', que em latim significa tecer, construir, entrelaçar fios. O trabalho de tecer, portanto, se associa ao trabalho de narrar, aproxima o seu desígnio à prática de seu entrelaçamento e que passa por escolhas – das fontes, dos métodos, das perguntas. Se, como afirma Rancière (1994, p. 61), a 'verdade do relato funda-se sobre a reserva de sentido das cartas exibidas e ordenadas', na escolha dos fios é que se encontra o princípio fundador da narrativa pela trama.

Principalmente a partir de Bernard Lepetit e Jacques Revel – e a nova história urbana –, a autora destaca a importância da hierarquia dos fios na construção da trama, e sugere que o objeto seja o próprio entrelaçamento, superando a dicotomia entre objeto e seu contexto, como se houvesse um plano de fundo dado, um passado pronto, onde se insere um objeto a ser desenvolvido. Assim, o passado é compreendido como um contexto próprio, construído junto à pesquisa, íntimo a seu objeto. O tempo, parte ativa da dinâmica socioespacial, deve também ser compreendido por sua particularidade e por sua contínua reconstrução.

Desse modo, para este trabalho isso significa não partir de uma história consolidada (a concessão dos mercados e a neoliberalização das políticas urbanas), seguida de campo para verificar suas particularidades; mas de partir do próprio objeto (a FECOPE) para compreender qual contexto é esse e quais outras referências e questões transescalares surgem como parte desse objeto. Essas outras histórias são tecidas a partir dos atores, mas também de referências bibliográficas e ainda de materiais documentais, intencionalmente entrelaçados, por entender que ambas as fontes têm relevância na compreensão do urbano, podendo inclusive se confrontar.

Há, assim, um deslocamento não apenas do ponto de partida, mas também dos percursos e instrumentos para a leitura urbana, e por consequência uma transformação ainda mais essencial quanto ao(s) ponto(s) de chegada.

Outra virada fundamental provocada por Lepetit e Revel é de que nem a escala macro, nem a micro devem ser métodos exclusivos e hierarquizados *a priori* – a totalização buscada pela história não é possível por nenhuma escala específica, nem por sua soma. Estando a feira coberta atrelada a diversas dimensões, do dia-a-dia do feirante a políticas públicas que acompanham tendências globais, são essenciais as contribuições sobre a transescalaridade na pesquisa, ou do "jogo de escalas".

Para Lepetit (2001), na micro-história a variação de escala se situa ao lado do objeto, isto é, a pesquisa parte do micro e tem no macro apenas reflexos de suas ações. "Do conjunto das escolhas individuais resultam processos macroscópicos" (p.206), assim, a variação da escala não parte do pesquisador, mas dos atores. O autor faz uma provocação para que a variação de escala se coloque ao lado do método, uma vez que, como na cartografia, a mudança de escala implica na mudança do nível de informação. Mais que isso, a escolha de uma escala diz respeito a uma escolha de um ponto de vista: escolher uma escala consiste em selecionar um nível de informação adequado ao nível de organização a ser estudado. Sobre isso, Revel (1996) complementa que a variação da objetiva não significa apenas aumentar ou diminuir o tamanho do objeto no visor, significa modificar sua forma, sua trama e seu conteúdo.

Assim, a escolha do cotidiano da FECOPE como ponto de partida não se trata nem de uma decisão pré-definida (como o seria por uma análise restrita ao micro), nem ao acaso, mas de uma opção por um tipo de pesquisa que se fez simultaneamente a seu desenvolvimento, associada a um modo de pensamento que se abre para caminhos desconhecidos – na lógica de Lepetit, contrária à trilha, as bifurcações.

Os autores, críticos de uma grande história única, também alertam sobre o risco de a micro-análise funcionar como verificador de uma verdade absoluta, como abstração. Para Revel (1998), incorre-se em um balanço ambíguo, em que ao

mesmo tempo que o cotidiano é fundamental para pôr em xeque os critérios e recortes de pesquisa dominantes, acaba por encorajar um certo relativismo. Lepetit (2001), de maneira complementar, aponta argumentos contrários a seu uso de modo restrito, dizendo que a simples inversão do ponto de vista sobre a sociedade não rompe com os pressupostos históricos, alertando sobre o perigo de o estudo localizado em oposição às estatísticas e macroanálises ocupar uma posição simétrica a elas, incorrendo no mesmo uso simbólico de validação da pesquisa.

As críticas tecidas pelos autores não visam uma resposta única a suas inconsistências, mas uma imprescindibilidade de seu debate. Todo o questionamento em torno da escala gira em torno do desejo das pesquisas quanto à apreensão do real, ou do que seria o real, evidenciando o conflito entre aquilo que é e aquilo que se vê. Para tratar da inviabilidade da transposição do real de fato, Lepetit (2001) discute o conceito de escala como representação, dizendo que essa "estabelece uma homologia entre a realidade e sua imagem" (p.208), lembrando que "o mapa não é o território" (p.215). Sobre as dificuldades do manejo da escala está a diferença fundamental entre os níveis da cartografia e os níveis dos fenômenos e das organizações espaciais, trazendo os seguintes desafios:

Como conciliar a continuidade fundamental do espaço real (passa-se, sem corte, da aldeia para o mundo) com o caráter discreto das escalas em prática? Como, simetricamente, conciliar a continuidade inerente à representação cartográfica com sistemas de relações que nem sempre têm tradução espacial contínua? (...) como assegurar-se da existência de uma realidade geográfica sem fazer previamente a escolha da escala que fornecerá sua imagem? (...) O terreno, aqui, remete a uma configuração do relevo (...) a questão da escala coloca-se somente num universo de medida (...) O território, ao contrário, é uma formação espacial que não depende apenas da organização de um espaço, mas de práticas de atores que se desenvolvem de acordo com lógicas pouco mensuráveis. Como a variação de escala pode dar conta da complexidade do real e de sua inscrição e universos de medidas díspares? (LEPETIT, 2001, p.209).

Frente a tais indagações, o autor propõe a diferenciação entre as noções de proporção e de escala. Enquanto a primeira se situa inteiramente na esfera do objeto, tratando-se da relação entre o todo e as partes, a segunda diz respeito à interação de universos distintos que se cruzam. Assim, a proporção supõe a reprodução da imagem, enquanto que a escala não é um homólogo passivo de seu objeto, mas o resultado de uma experimentação em função de parâmetros

escolhidos e de pontos de vista particulares. São desses pontos de partida que se busca o real, que só se torna possível quando entendido por sua limitação. Considera-se, assim, que "as próprias formas de relevo só têm a existência que o observador lhes dá" a partir de determinada compreensão – não se trata de um real absoluto, mas de um realismo possível. Ou: "(...) A questão não é saber como articular formas parciais de explicação, mas como fornecer uma explicação total da forma parcial considerada" (LEPETIT, 2001, p.218).

A escolha por uma forma parcial, contudo, não elimina interações com outras escalas e fontes. Reconhecer a virtude das histórias que transbordam a história única, de proporcionar um conhecimento mais diversificado da experiência social, enriquecendo o real, é também reconhecer a necessidade de expandir o olhar para os demais acordos que sustentam e desestabilizam o elo social. Assim, ao destacar a importância de se colocar de maneira central o novelo das relações entretecidas entre os atores entre si, entre esses atores e o grupo, entre eles e os contextos plurais nos quais se situam, Revel (1972) enfatiza a atenção a suas aproximações e divisões, além das "redefinições permanentes que elas induzem" (p.128).

Não são apenas várias camadas de análise, mas de fato um emaranhado de processos interconectados e mutáveis, de modo que uma divisão técnica, funcional, não é suficiente para dar conta de tal mapeamento. A base de sua compreensão são as relações de poder que se traçam. Não se trata nem de concepção social totalizadora, nem individualista, mas com o *foco na relação em si*, compreendendo que há uma relação desigual entre as partes nas negociações, mas que ambas exercem influência e poder. Isso significa para Revel (1972) atentar-se às redes, "sempre mais densas de interdependências", que são produzidas e reproduzidas socialmente – como matriz do jogo social. Ressalta sua porosidade e complexidade, cuja organização é fruto de uma relação dialógica de negociação, não sendo exterior ao campo social, mas inseparável dele.

Assim, se tratamos de redes, e não de lados, movimentos contrários também estão conectados por aquilo que os diverge. Como levantado no Minicurso da UFBA, mais do que buscar pontos em comum para a construção da narrativa, que homogeneíza,

devemos buscar pontos *de contato*, que tensionam, o que na prática pode se refletir na pesquisa por divergências internas de um grupo, bem como alianças entre grupos distintos.

Como nos lembra Simona Cerutti *apud* Revel (1998), as interações sociais partem de estratégias socializadas, associadas ao urbano, seus recursos e limitações, estando em constante (re)elaboração. Tratam-se de negociações e transações provisórias, disputadas, que excedem oposições binárias (força/ fraqueza, autoridade/ resistência etc), o que não significa que se deve desconsiderar as hierarquias de poder. Pelo contrário, Revel sugere incorporar as negociações a esses poderes, compreendendo que podem deformá-los, "inscrevendo-os em contextos diferentes daqueles que originalmente eram os seus e submetendo-os a lógicas sociais particulares" (p.30).

Tal reflexão propõe, indiretamente, que a produção socioespacial está sempre em aberto, visto que as relações de poder não são estáticas e que certas negociações possibilitam desvios de percurso. É preciso construir esses caminhos, contudo. Tratando-se neste trabalho de uma produção socioespacial inserida no capitalismo, não está sendo sugerida uma abertura sujeita a forças homogêneas – como se sabe, há uma forte assimetria de forças e uma tendência a um modo de produzir cidades voltado ao capital. No entanto, é preciso afirmar a *possibilidade* de outros modos e de outras forças produtoras de espacialidade.

2.2. Aproximações

Sendo interesse da pesquisa a investigação das movimentações sociais no território, como, então, se aproximar dessas movimentações e desse território? Se essa pergunta já trazia desafios para as pesquisas – sobre o papel do pesquisador, sobre as articulações entre pesquisa e campo, entre pressupostos teóricos e experiência –, em meio à pandemia do Covid-19 tal questionamento se intensifica. *Como se aproximar à distância?* Como falar de uma movimentação sem corpo, de um território sem materialidade? Ou como fazer corpo e matéria no campo virtual?

"Virtual e digital não são sinônimos, embora o termo virtual seja bastante usado para qualquer coisa digital. Virtual não é necessariamente digital, embora possa ser. E o digital, na maioria das vezes, não é virtual", diferencia Ana Paula Baltazar (2005). Segundo a autora, a partir de Pierre Lévy, o virtual estaria associado à ordem do evento (no que diz respeito ao espaço, a própria atualização do espaço, seu uso), indicando seu estado latente, sua constante possibilidade de abertura. Tal conceito atravessa esta pesquisa na própria confusão entre digital e virtual que aparece no período de isolamento social, na medida em que a imposição do digital nas relações entre pessoas e espaços, por um lado, parece limitar o trabalho da virtualidade – como agir no espaço sem poder acessá-lo? –, e por outro parece permitir outras conexões e expansão de imaginário – como nos movimentar para acessá-lo de outras formas? Como nos movimentar de outras formas?

Além dos desafios para aqueles que vivem o território, há o desafio da pesquisa em um território à distância. Como então se aproximar dessa dinâmica socioespacial? Dado o início da pesquisa em 2020, período de isolamento e de compreensão da pandemia, em um primeiro momento foram feitas apenas visitas rápidas aos mercados, esvaziados, sem mesmo a possibilidade de conversa devido à apreensão do contato e às medidas de distanciamento. A FECOPE se manteve aberta, mas com baixíssimo movimento (ainda menor que o já baixo movimento notado em visitas posteriores), com seu centro cultural inativo, por um período liberado apenas para acessar a internet (o presencial permitia apenas o digital), seguido de apresentações no local transmitidas online (o digital simulava o presencial)⁴.

Dessa forma, o primeiro contato se deu a partir de busca por fotos, documentos e demais materiais online e no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH), como também acompanhamento de publicações relacionadas ao processo de concessão dos mercados municipais nos portais da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), do Diário Oficial do Município (DOM), da Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH) e da PBH Ativos S.A, com atenção a audiências e consultas públicas,

⁴ Thiago Alves, atual gestor do CCPE, assumiu o cargo durante a pandemia e relatou as limitações e dificuldades da transição das atividades físicas para a virtual, ao mesmo tempo que conta que algumas atividades online permitiram um maior número de participantes, incluindo escolas e outros centros culturais.

legislação, atas, edital de licitação e contrato, bem como reportagens publicadas nos grandes veículos de comunicação e trabalhos acadêmicos sobre o assunto.

A partir desses materiais, foi possível identificar uma mobilização em torno da FECOPE durante a tramitação do processo de concessão, tanto por parte de conselheiros – do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (COMUSAN) e do Conselho Municipal de Política Cultural (COMUC) –, como de vereadores e usuários da feira. Em sua maioria, pessoas que formariam o Coletivo Cultural Noroeste BH⁵, organização social bastante ativa e relevante na disputa pela FECOPE e pelo CCPE, como também neste trabalho.

Mais detalhadamente, ao ler as respostas à consulta pública sobre a concessão, notei o questionamento do COMUSAN à prefeitura sobre a não inclusão do COMUC no debate, dada a presença de um centro cultural na FECOPE. A coexistência da feira e do centro no mesmo equipamento já me despertou uma curiosidade maior sobre o espaço (que eu não conhecia), intensificada pelo fato de a concessão implicar a transferência do centro para outro endereço. A partir disso e de pesquisa em atas de reuniões do COMUC, foi possível descobrir que já estava em curso uma movimentação em torno da feira coberta em busca de uma ampliação do diálogo com a população.

Procurei, então, já em 2021, o conselheiro do COMUC que estava à frente da discussão, que me apresentou em seguida o Coletivo Cultural Noroeste BH, por meio de suas reuniões semanais para discussões sobre a cultura. O Fórum Permanente⁶, como é chamado, visa debates amplos sobre a questão cultural da Regional Noroeste, de modo a abranger demais frentes de mobilização para além da FECOPE (como os blocos de carnaval, os recursos e eventos públicos culturais e a disputa pelo Aeroporto Carlos Prates e sua transformação de uso para lazer). Apesar de variadas, as pautas se convergem em torno da demanda de maior participação popular nas decisões referentes à cultura na regional. Ao falar da minha pesquisa, fui convidada a participar dos encontros e da luta por uma construção

⁵ A história do Coletivo Cultural Noroeste BH será melhor abordada ao longo do trabalho, desde seu surgimento em 2019.

⁶ O Fórum Permanente é realizado por videoconferência todas sextas-feiras, além de reuniões extraordinárias em outros dias da semana.

compartilhada da FECOPE, de modo que mais que um acompanhamento das reuniões, tenho participado dos debates e colaborado com o grupo, o que possibilitou um envolvimento e uma parceria.

O coletivo é bastante diverso, reunindo moradores da regional noroeste de diferentes bairros, usuários da FECOPE, permissionários da feira (em menor medida), funcionários do CCPE, conselheiros municipais, gestores e ex-gestores, vereadores e ex-vereadores, deputados federais, professores e pesquisadores, artistas e demais interessados. Desse modo, além do acompanhamento das reuniões, tenho feito contato com alguns membros individualmente, a fim de entender a relação de cada um com o espaço, suas histórias, desejos e perspectivas.

Vale dizer que nesta pesquisa o contato partiu dos atores mobilizados em torno da FECOPE, o que concentra a análise mais para os usuários que para os permissionários, uma vez que esses últimos não têm se organizado tanto (como apontado pelos próprios permissionários), e os que fazem parte do coletivo quase não têm se envolvido. Além disso, muitos boxes estão vazios, nem todos comerciantes frequentam diariamente a feira, ou são ativos digitalmente, o que dificultou o contato. Dessa forma, ainda que se compreenda que tanto a feira quanto o centro cultural sejam relevantes para analisar a dinâmica da FECOPE, que ambos sejam considerados práticas culturais e auxiliem a pensar a cultura como contra-dispositivo para a expansão de outros imaginários, é a partir dos atores do coletivo e em grande parte do CCPE que está o foco desta pesquisa.

A movimentação do coletivo representa um engajamento maior na luta, e alguns membros do coletivo integram ainda outros grupos, formando uma rede que extrapola a questão e a escala da feira. No Whatsapp, esses membros estão no grupo Feira do Padre Eustáquio⁷, em que junto a eles estão os responsáveis pelo consórcio vencedor da licitação da concessão dos mercados; o grupo Articulação

⁷ O grupo Feira do Padre Eustáquio se mantém apenas como grupo de Whatsapp, não havendo regularidade de encontros. Foi formado em agosto de 2020 para o diálogo entre a população e os responsáveis pelo consórcio vencedor da licitação da concessão da FECOPE e do Mercado Distrital de Santa Tereza, representados pelo Grupo Uai. Ainda que hoje não apresente muita atividade, a partir desse grupo foram marcados encontros entre concessionária e população, o que deve acontecer também nas próximas etapas da concessão.

dos Mercados⁸, com membros em defesa da FECOPE, do Mercado Distrital de Santa Tereza e da Central de Abastecimento Municipal/ Feira Coberta do Bairro São Paulo; o grupo Conferência de Cultura⁹, para tratar da Conferência Municipal de Cultura e a distribuição de recursos públicos; o grupo Destinação Aeroporto¹⁰, para tratar da disputa do Aeroporto Carlos Prates e de sua apropriação, o qual se desdobrou no grupo Fórum Plano Diretor¹¹, para a construção de um seminário sobre a aplicação do Plano Diretor na cidade junto a movimentos sociais.

Todos esses grupos e reuniões têm acontecido de maneira remota, compreendendo conversas por videoconferência, por meio do Google Meet, por email, por ligação telefônica, bem como por grupo e mensagem privada de Whatsapp. As datas e meios de comunicação das reuniões realizadas durante a pesquisa estão registradas no Quadro 01.

As reuniões são seguidas de atas elaboradas pelo coletivo e disponibilizadas em sua página de Facebook (COLETIVO..., 2021). Nas reuniões que acompanho, faço registros escritos dos pontos importantes para a pesquisa e participo dos debates. A seleção do que registro parte de pontos relativos à FECOPE, sobretudo quanto ao engajamento social nas decisões sobre o espaço e sobre a cidade, como também me atento à identificação de temas e termos que se repetem e/ou geram discordâncias, possibilitando desdobramentos. A partir e junto a esse acompanhamento e registro, tenho colaborado com a produção de materiais para discussão interna e externa do coletivo, a fim de atender demandas que surgem nas reuniões (a compreensão de parâmetros urbanísticos, por exemplo), mas também

⁸ O grupo Articulação dos Mercados foi criado em março de 2021 para integrar as lutas em defesa da FECOPE e do Mercado Distrital de Santa Tereza frente ao processo de concessão (hoje a Central de Abastecimento Municipal/ Feira do Bairro São Paulo também faz parte). Do mesmo modo do grupo Feira do Padre Eustáquio, permanece apenas como grupo de Whatsapp, não havendo uma agenda pré-definida. Tem sido importante para compreender redes antigas e novas que têm se formado em torno dos mercados municipais.

⁹ O grupo Conferência de Cultura foi criado em setembro de 2021 para a discussão específica da 6ª Conferência Municipal de Cultura, com gestores, conselheiros e pessoas interessadas no tema.

¹⁰ O grupo Destinação Aeroporto foi criado em outubro de 2021 para tratar da destinação do Aeroporto Carlos Prates, agrupando pesquisadores da PUC-Minas e Coletivo Cultural Noroeste BH.

¹¹ O grupo Fórum Plano Diretor, criado em fevereiro de 2022, conta com mais de 100 participantes representando diversos movimentos sociais, universidades, conselhos, vereanças, coletivos, associações e demais entidades em defesa da aplicação do novo Plano Diretor de Belo Horizonte junto às demandas da sociedade. Para a organização do seminário, foram marcadas diversas reuniões remotas, e atualmente o grupo se mobiliza pelo grupo de Whatsapp para outras pautas.

para permitir questionamentos que possibilitam discussões de assuntos mais amplos (possibilidades e desejos de usos para determinado espaço).

Além das narrativas orais, o contato passa também por documentos – como textos, emails, abaixo-assinados, produções acadêmicas e livros –, produzidos pelos atores que fazem parte da rede construída a partir das disputas da FECOPE.

Dizer que, metodologicamente, a pesquisa parte dessas narrativas é dizer que o trabalho incorpora determinados temas, como o Orçamento Participativo, mas não é um trabalho sobre o Orçamento Participativo. Isto é, interessa o que os atores trazem sobre esses temas e o que pode ser discutido *a partir* deles. Além disso, o foco nos atores é um foco na rede de relações entre eles, ressaltando que esta se modifica a cada instante, e que se o mapeamento dessa rede partiu da atuação do Coletivo Cultural Noroeste BH no processo de requalificação da feira coberta, hoje se revelam redes que se sobrepõem a essa primeira anunciando novas e velhas frentes de organização social em diversas escalas.

Quadro 01 – Encontros durante a pesquisa

(Continua)

EVENTO	CONTATO	DATA
FECOPE	Pessoalmente	14/10/20 – quarta-feira
FECOPE	Pessoalmente	08/02/21 – segunda-feira
Conversa com o conselheiro do COMUC	Telefone	13/04/21 – terça-feira
94ª Reunião Ordinária do COMUC	Videoconferência por Google Meet	14/04/21 – quarta-feira
Fórum Permanente do Coletivo Cultural Noroeste BH	Videoconferência por Google Meet	16/04/21 – sexta-feira
Fórum Permanente do Coletivo Cultural Noroeste BH	Videoconferência por Google Meet	23/04/21 – sexta-feira
Fórum Permanente do Coletivo Cultural Noroeste BH	Videoconferência por Google Meet	30/04/21 – sexta-feira
Fórum Permanente do Coletivo Cultural Noroeste BH	Videoconferência por Google Meet	14/05/21 – sexta-feira
Fórum Permanente do Coletivo Cultural Noroeste BH	Videoconferência por Google Meet	20/05/21 – quinta-feira
Conversa com a moradora da região e usuária da FECOPE Thaís Novaes	Videoconferência por Google Meet	25/05/21 – terça-feira
Conversa com a antiga gestora do CCPE Simone Rocha	Videoconferência por Google Meet	25/05/21 – terça-feira
Conversa com o atual gestor do CCPE Thiago Alves	Videoconferência por Google Meet	25/05/21 – terça-feira
Fórum Permanente do Coletivo Cultural Noroeste BH	Videoconferência por Google Meet	11/06/21 – sexta-feira
Fórum Permanente do Coletivo Cultural Noroeste BH	Videoconferência por Google Meet	18/06/21 – sexta-feira
Fórum Permanente do Coletivo Cultural Noroeste BH	Videoconferência por Google Meet	25/06/21 – sexta-feira
Reunião de Articulação dos Mercados	Videoconferência por Google Meet	06/07/21 – terça-feira
Fórum Permanente do Coletivo Cultural Noroeste BH	Videoconferência por Google Meet	09/07/21 – sexta-feira
Fórum Permanente do Coletivo Cultural Noroeste BH	Videoconferência por Google Meet	15/07/21 – quinta-feira

(Continua)

Fórum Permanente do Coletivo Cultural Noroeste BH	Videoconferência por Google Meet	30/07/21 – sexta-feira
Fórum Permanente do Coletivo Cultural Noroeste BH	Videoconferência por Google Meet	06/08/21 – sexta-feira
Fórum Permanente do Coletivo Cultural Noroeste BH	Videoconferência por Google Meet	27/08/21 – sexta-feira
Reunião com a administração Regional Noroeste	Videoconferência por Google Meet	27/08/21 – sexta-feira
Fórum Permanente do Coletivo Cultural Noroeste BH	Videoconferência por Google Meet	24/09/21 – sexta-feira
Conversa com arquitetos da PUC-Minas	Videoconferência por Google Meet	27/10/21 – quarta-feira
Fórum Permanente do Coletivo Cultural Noroeste BH	Videoconferência por Google Meet	29/10/21 – sexta-feira
Fórum Permanente do Coletivo Cultural Noroeste BH	Videoconferência por Google Meet	03/12/21 – sexta-feira
Fórum Permanente do Coletivo Cultural Noroeste BH	Videoconferência por Google Meet	07/01/22 – sexta-feira
Fórum Permanente do Coletivo Cultural Noroeste BH	Videoconferência por Google Meet	04/02/22 – sexta-feira
Conversa com arquitetos da PUC-Minas	Videoconferência por Google Meet	09/02/21 – quarta-feira
Fórum Permanente do Coletivo Cultural Noroeste BH	Videoconferência por Google Meet	11/02/22 – sexta-feira
Conversa com arquitetos da PUC-Minas	Videoconferência por Google Meet	16/02/21 – quarta-feira
Fórum Permanente do Coletivo Cultural Noroeste BH	Videoconferência por Google Meet	18/02/22 – sexta-feira
Organização do Seminário Plano Diretor e Movimentos de Luta por Novos Horizontes	Videoconferência por Zoom	18/02/22 – sexta-feira
Conversa com a ex-vereadora Neusinha Santos	Telefone	23/02/22 – quarta-feira
Organização do Seminário Plano Diretor e Movimentos de Luta por Novos Horizontes	Videoconferência por Zoom	24/02/22 – quinta-feira
Reunião extraordinária do Coletivo Cultural Noroeste BH (manhã)	Videoconferência por Google Meet	25/02/22 – sexta-feira

(Conclusão)

Fórum Permanente do Coletivo Cultural Noroeste BH	Videoconferência por Google Meet	25/02/22 – sexta-feira
Organização do Seminário Plano Diretor e Movimentos de Luta por Novos Horizontes	Videoconferência por Zoom	02/03/22 – quarta-feira
Organização do Seminário Plano Diretor e Movimentos de Luta por Novos Horizontes	Videoconferência por Zoom	24/03/22 – quinta-feira
Fórum Permanente do Coletivo Cultural Noroeste	Videoconferência por Google Meet	25/03/22 – sexta-feira
Organização do Seminário Plano Diretor e Movimentos de Luta por Novos Horizontes	Videoconferência por Zoom	29/03/22 – terça-feira
Fórum Permanente do Coletivo Cultural Noroeste	Videoconferência por Google Meet	01/04/22 – sexta-feira
Organização do Seminário Plano Diretor e Movimentos de Luta por Novos Horizontes	Videoconferência por Zoom	07/04/22 – quinta-feira
Fórum Permanente do Coletivo Cultural Noroeste	Videoconferência por Google Meet	08/04/22 – sexta-feira
Apresentação do projeto de Santa Tereza pela concessionária	Pessoalmente	12/04/22 – terça-feira
Organização do Seminário Plano Diretor e Movimentos de Luta por Novos Horizontes	Videoconferência por Zoom	13/04/22 – quarta-feira
Fórum Permanente do Coletivo Cultural Noroeste	Videoconferência por Google Meet	22/04/22 – sexta-feira
FECOPE/ CCPE	Pessoalmente	02/06/22 – quinta-feira
Fórum Permanente do Coletivo Cultural Noroeste	Videoconferência por Google Meet	05/08/22 – sexta-feira

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

3. O TERRITÓRIO-SUJEITO

A Feira Coberta do Padre Eustáquio, ou as muitas feiras reveladas por sua história, é descrita e (re)descoberta a partir das narrativas dos atores envolvidos na sua construção e no seu cotidiano, atreladas a discussões políticas e teóricas. Tendo nas disputas socioespaciais seu ponto de encontro, as particularidades da FECOPE, as histórias e relações das pessoas com o espaço aparecem em sua diversas movimentações: Feira-território, Feira-mercado, Feira-construída, Feira-de-comer e Feira-de-criar.

Se, como aponta Marcelo Lopes de Souza (2006, p.331), o território "é, fundamentalmente, um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder", neste trabalho não estamos abordando espaço e sociedade de maneira desconectada, espaço físico e práticas sociais. Tampouco trata-se apenas de um espaço ocupado por grupos sociais, ou de uma sociedade apenas inserida sobre um mesmo limite espacial; a indicação é da formação de um território-sujeito, que se constrói de maneira socioespacial (ou sócio-espacial como prefere o autor, para marcar sua construção como tal) a partir de sua apropriação.

É nesse sentido que Souza, M. (2006, p.108, 109) enfatiza o papel do espaço de produto e condicionador das relações sociais, sabendo da "negligência [histórica] com a dimensão espacial da sociedade", apontada sobretudo por Henri Lefebvre, seguido de Edward Soja, Milton Santos, dentre outros teóricos¹². O aspecto dialético da relação socioespacial é enfatizado junto com a ressalva de que não se trata da

¹² "O debate sobre o *status* do espaço como elemento integrante da totalidade social, particularmente sob o capitalismo contemporâneo, girou em sua fase mais polêmica (que se estendeu dos anos 70 até o começo dos anos 80), principalmente em torno da recepção, mais refratária ou mais permeável conforme o autor, das ideias de [Henri] LEFEBVRE (1981), que tinha o espaço na conta de um domínio (...) preeminente em relação às esferas econômicas da produção, da troca e do consumo. A maior parte dos outros intelectuais e cientistas sociais marxistas [mesmo Manuel Castells e David Harvey, os quais se adentraram aos estudos espaciais, mas se mantiveram na superfície do tema] estava habituada a dar pouquíssima ou nenhuma importância ao espaço. (...) Entre os mais permeáveis à mensagem lefebvriana estavam [Edward] SOJA (1980) (...) Também Milton Santos" (SOUZA, M., 2006, p.109). Desse modo, o presente trabalho traz a perspectiva lefebvriana a partir de Marcelo Lopes de Souza.

mesma coisa, espaço e sociedade, e que, para o sentido de *território* é preciso engajamento.

Na mesma linha, mas com o foco no *sujeito* – sujeitos coletivos, mais especificamente (*collective subject*), contrapondo-se a um sujeito universal –, Rodrigo Nunes (2020) põe em destaque as tentativas de ressignificar a ideia moderna de sujeito (e também de história e de revolução). Como crítica à necessidade histórica, à transitividade e ao hilemorfismo: a contingência, a composição e a complexidade. Em outras palavras, assumir os limites da nossa capacidade de prever o futuro, compreender que processos emancipatórios não podem ser deduzidos a partir de mera previsão histórica ou análise sociológica; ou a partir de Chantal Mouffe e Ernesto Laclau, nenhum grupo social está destinado a se construir como sujeito político, os sujeitos políticos devem ser construídos.

3.1. Feira-território: espaço apropriado

Para entender a Feira Coberta do Padre Eustáquio é preciso entender o território do qual ela faz parte, o que implica entender o que é território para as pessoas que afetam e são afetadas por ele. De imediações da feira, passando pelo bairro que dá nome a ela, à Regional Noroeste como um todo, o que essas diferentes concepções incorporam é uma história de um lugar que vai na contramão das rápidas transformações que marcam a história da cidade. Localiza-se nas falas dos vizinhos, usuários, permissionários e trabalhadores da FECOPE, cada um a sua maneira, uma relação de pertencimento a uma construção coletiva e uma valorização da individualidade do lugar, que se modifica preservando sua essência – não sem desentendimentos e confrontos. Para que as características de cidade interior, a passagem de estabelecimentos residenciais e comerciais por gerações e o espírito convivial relatados por eles permaneça, foi e é preciso se mobilizar.

Jeferson Andrade foi morador de longa data do Padre Eustáquio e escreveu sobre o bairro na coleção "BH, a cidade de cada um" (2013), que reúne recordações pessoais e escolhas afetivas para contar a história de um lugar. O jornalista-morador escreve sua história, misturada à história do bairro, por "retalhos de memórias" próprias e emprestadas. Assumindo, indiretamente, o que Lepetit (2001) descreve

como objeto de uma reconstrução sempre reiniciada, Jeferson Andrade trata o passado que relata não como absoluto, mas como possibilidade.

Assim, menos interessado em fatos históricos generalizados, ainda que também os incorpore a seus relatos, o autor (e por anos editor da Folha do Padre Eustáquio) fala do bairro a partir de um lugar de afeto, de vivências – como quando fala da Confraria do Padreco, suas reuniões para "celebrar a vida" em torno do lema "alegria & amizade, sempre", os vários bares nas ruas Padre Eustáquio e Progresso, com seus baristas e fregueses conhecidos – de modo a falar do espaço a partir de seus encontros.

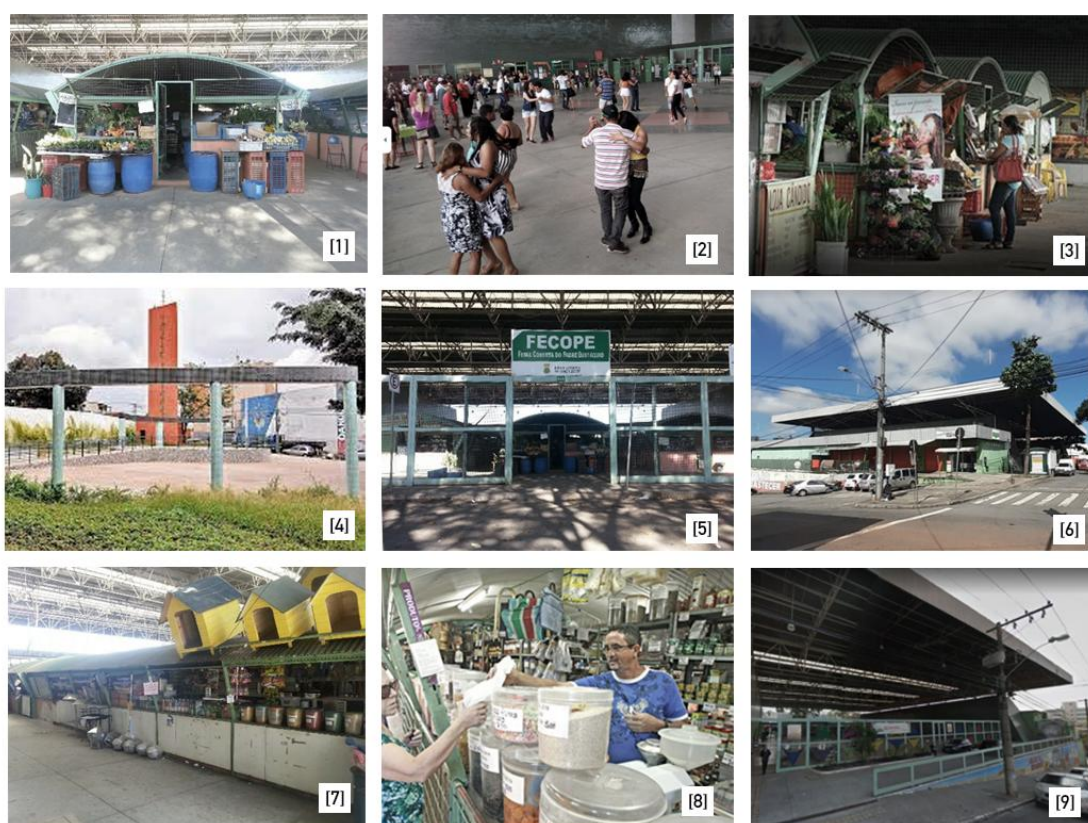
Jeferson descreve ainda alguns espaços pelas relações familiares, e portanto por uma relação *familiar* entre as pessoas e os estabelecimentos dali, tanto por uma ligação íntima, como pelos espaços "passados de pai para filho", como o Posto Dom Bosco, a Loja Umuarama, o Restaurante e Pizzaria Nino. O familiar aparece, assim, pela permanência de gerações na região e pela "larga tradição" dos comércios, que se fazem conhecidos entre os moradores. O autor destaca o Bola Bar, inaugurado na década de 40, tradicional não só no bairro, mas tido como o primeiro bar da região – além de tantos outros que, mesmo que mudem de dono ou de nome, permanecem, no tempo e no espaço.

No caso da FECOPE, por se tratar de equipamento público, com processos licitatórios para uso dos boxes, os negócios não passam para familiares, mas há permissionários que estão ali há décadas. Em entrevista recente ao Jornal Hoje em Dia (LOBATO, 2019a), os permissionários entrevistados – Mariano Cândido, Alvaír de Araújo e Edivaldo Generoso – mostraram o interesse em receber investimentos e melhorias no local, mas reforçam que é preciso pensar "com carinho" naqueles que há anos ajudam "a manter as portas do estabelecimento abertas", o que indica um sentimento de pertencimento à construção daquele espaço.

Do mesmo modo, no programa Cotidianos Culturais (FMC, 2021), organizado pelo Centro Cultural Padre Eustáquio, uma permissionária das mais antigas, Marisa Silva, fala do seu comércio que está na feira há mais de 30 anos, tendo "a feira como extensão de sua casa"; assim como o produtor cultural do CCPE, Angelo Andrade,

que se apresenta primeiramente como morador do bairro desde que nasceu e divide lembranças dos estabelecimentos da região; a primeira gestora do centro cultural, Gildete Mafra, relembra a importante integração do equipamento com seu entorno, como escolas, congregações religiosas e grupos culturais. A figura a seguir (FIGURA 01) apresenta imagens da feira, do centro cultural e da praça da FECOPE.

Figura 01 – Feira Coberta do Padre Eustáquio



Fonte: Elaborada pela autora, 2022¹³.

Permissionários, funcionários, usuários e artistas têm uma história com a região e com a própria FECOPE, alguns inclusive contribuem com a programação do CCPE, com oficinas e apresentações, além de participarem da Comissão Local de Cultura para debater sobre a agenda de cada mês. Thaís Novaes, atuante no Coletivo Cultural Noroeste BH, com importante papel de coordenação das reuniões, participa junto a outros moradores das reuniões da comissão. Com militância desde o período estudantil no regime militar, Thaís não apenas tem frequentado as reuniões, como

¹³ [1,3,7,8] Quiosques da feira; [2] Evento no CCPE; [4] Praça da FECOPE; [5] Entrada FECOPE; [6] Fachada FECOPE; [9] Entrada CCPE – as fotos foram extraídas do TripAdvisor.

atuou junto ao coletivo para que a comissão fosse de fato implementada, com agenda permanente, entendendo que os usuários do centro são também responsáveis pela definição de sua dinâmica – e como apontaria Souza, M. (2006), pela produção de espacialidade. Reconhecer esses atores como partes ativas nas decisões da cidade/ do bairro/ da vizinhança é reconhecer, como também coloca o autor, que o planejamento urbano não é tarefa restrita aos gestores públicos.

Algumas políticas públicas, como a comissão, foram apresentadas pela Fundação Municipal de Cultura (FMC) em reunião do COMUC¹⁴ como políticas de descentralização territorial – a Comissão Local de Cultura como descentralização das decisões, o Festival Descontorno Cultural como descentralização das atividades culturais na cidade. No entanto, em ambos os casos a concepção de descentralização trouxe divergências entre técnicos e conselheiros, "a gente aqui fora tem informações que não batem com a do poder público", pontuou a conselheira da regional leste Tetê Avelar, parte do Coletivo Cultural Noroeste BH e representante do Mercado Distrital de Santa Tereza no Comitê de Relações Comunitárias do processo de concessão (a ser abordado posteriormente). O conselheiro Lucas Brandão, ponte para o meu contato com o coletivo e também representante do comitê, mas da FECOPE, ainda apontou a dificuldade de descentralizar até mesmo no atual contexto do processo de requalificação, em que as informações não chegam aos representantes. Para outra integrante do coletivo, conselheira e representante do comitê da Central de Abastecimento Municipal/ Feira Coberta do Bairro São Paulo, sem vale transporte para o deslocamento na cidade e sem uma agenda para a discussão do orçamento e da gestão dos centros culturais, como descentralizar?

Do mesmo modo, em reunião do Coletivo Cultural Noroeste BH com o gerente de coordenação dos centros culturais¹⁵, logo após reunião do COMUC, apareceu a ideia de autonomia, também com concepções díspares entre os presentes. Simone Rocha, antiga gestora do Centro Cultural Padre Eustáquio, moradora e atuante politicamente por anos na região, além de participante do Coletivo Cultural Noroeste

¹⁴ 94ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Política Cultural, dia 14/04/2021, via Google Meet.

¹⁵ Reunião do Coletivo Cultural Noroeste BH no dia 23/04/2021.

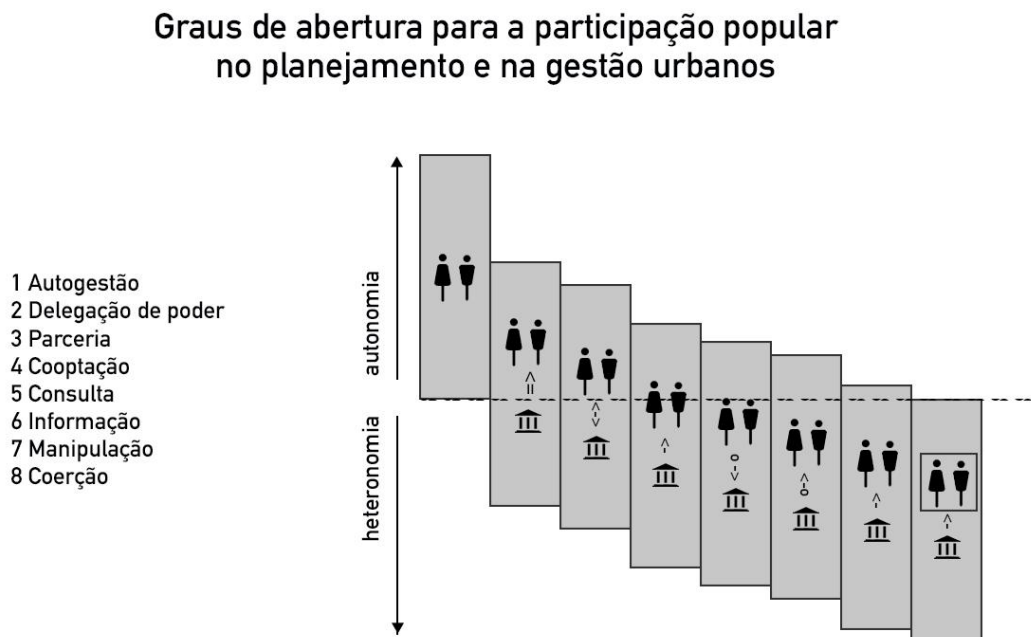
BH¹⁶, questionou a autonomia das Comissões Locais de Cultura indicada pela FMC, "como dizer autonomia na compra de equipamentos se todas as compras passam pela Fundação? Não é autonomia se precisa de permissão". Já para os representantes da prefeitura, "tem sim autonomia, mas dentro da lógica do poder público e dados todos os gargalos", apontando uma autonomia relativa.

Os conceitos de descentralização e autonomia perpassam a abordagem de território proposta nesta seção (e neste trabalho como um todo), na medida em que se trata de uma discussão sobre decisão e possibilidades/ entraves a processos de construção coletiva do espaço. Mais que isso, esses embates revelam uma discussão sobre o *grau* de participação e sobre seus *conceitos*, sendo importante mobilizar ao longo do texto categorias de análise de Souza, M. (2006). Tais categorias abrem um espectro da heteronomia à autonomia, considerando as nuances entre esses polos, que não devem ser lidos como absolutos, apenas como categorias relativas de balizamento.

O autor apresenta, primeiramente, uma escala de avaliação abarcando os diferentes graus de abertura para a participação popular no planejamento urbano, portanto internos à esfera institucional, como adaptação da "escada da participação popular" proposta por Sherry Arnstein em 1969. Entre os dois extremos, a coerção (como o mais próximo da heteronomia) e a autogestão (da autonomia), estão a manipulação, a informação, a consulta, a cooptação, a parceria e a delegação de poder (FIGURA 02).

¹⁶ Relato de Simone Rocha, antiga gestora do Centro Cultural Padre Eustáquio, hoje usuária do espaço e atuante no Coletivo Cultural Noroeste BH, cedido à autora em 25/05/2021.

Figura 02 – Categorias de análise de participação social



Fonte: Elaborado pela autora - reprodução de Marcelo Lopes de Souza, 2006.

Como será ilustrado, na *coerção* frequentemente não há nem a tentativa de se apresentar de outra forma; na *manipulação*, a população atingida é induzida a aceitar certas medidas que não aceitaria se tivesse pleno conhecimento da proposta; na *informação*, o Estado disponibiliza informações sobre as medidas planejadas, podendo ser menos ou mais transparente; na *consulta*, a própria população é ouvida, mas sem garantias de que suas opiniões serão incorporadas ao planejamento; na *cooptação*, são apresentadas medidas que conquistam respaldo popular, mas sem que o Estado partilhe poder de fato; na *parceria*, há um compartilhamento de poder e elevada transparência entre Estado e sociedade civil; na *delegação de poder*, o Estado abdica e transfere uma gama de atribuições para instâncias participativas, de modo que dentro da esfera institucional é o nível mais alto que se pode almejar; e, por fim, na *autogestão*, não há uma instância de poder separada da sociedade civil.

Na compreensão do autor, apenas as três últimas – parceria, delegação de poder e autogestão – integrariam práticas de um planejamento urbano democrático. Dentro desse campo, uma definição que nos interessa quanto ao entendimento de

autonomia para diferenciar "as autonomias" que são levantadas, é se a atuação ocorre a partir, ou para além do Estado. Justamente pelo fato de o Estado manter a lógica de um grupo de poder que define limites e normas para depois convidar a população para fazer parte, torna-se necessário diferenciar *participação* de *autonomia*, como indicariam Silke Kapp e Ana Paula Baltazar (2012), do que se toma parte e o que se autodetermina.

Se as três últimas categorias pendem para uma abordagem democrática, as duas primeiras – coerção e manipulação – representariam um autoritarismo de forma explícita. As restantes intermediárias – informação, consulta e cooptação – fariam parte do que Marcelo Lopes de Souza chama de "ilusão de participação", e por serem os tipos mais frequentes do dito planejamento participativo atual, interessam mais para esta pesquisa.

Além de abrir espaço entre a heteronomia e a autonomia, Souza, M. (2006) discorre sobre esses próprios conceitos, caracterizando autonomia como "dar-se a própria lei". Na mesma linha e de maneira complementar, para Eder Sader (1988, p.56),

Há, pois, uma inerência recíproca de sujeito e objeto na própria constituição do sujeito. Nessa concepção, sujeito autônomo não é aquele (pura criação voluntarista) que seria livre de todas as determinações externas, mas aquele que é capaz de reelaborá-las em função daquilo que define como sua vontade. Se a noção de sujeito está associada à possibilidade de autonomia, é pela dimensão do imaginário como capacidade de dar-se algo além daquilo que está dado.

Segundo Souza, M. (2006) trata-se de um conceito sensível que exige cuidados e diferenciações. Contrapõe, então, "autonomia no sentido forte", como projeto democrático, de "autonomia no sentido fraco", da escala das pequenas conquistas, expandindo as possibilidades de sua compreensão. Poderíamos dizer ainda que algumas práticas sociais incorporam ambos os conceitos, com frentes em conquistas menores como parte de um grande projeto.

De forma complementar, importam ainda os *jogos de linguagem* abordados por Ludwig Wittgenstein *apud* Mouffe (2000), tão caros às negociações políticas como aquilo que está em jogo, uma vez que sobressai ao conceito o uso que se faz das palavras. Para o autor, para se ter acordos em opiniões, é preciso antes haver

acordo na linguagem. Desse modo, não basta um acordo quanto à existência de participação/ autonomia/ democracia, é necessário compreender o que isso pode significar – suspeitar da falsa ilusão de consenso.

Mouffe (2000) reitera ainda que cada contexto tem um jogo democrática próprio, sendo necessário analisar as especificidades de cada rede. O esforço para desenvolver concepções "racionalis" – a democracia –, e apagar suas especificidades – a democracia liberal, por exemplo – é, para a autora, um grande esforço para garantir a legitimidade de instituições liberais; não se deve justificar sua universalidade, dado seu inerente paradoxo. É preciso se atentar, portanto, à *diferença*. De que participação estamos falando?

Tal questão foi abordada em reunião do Coletivo Cultural Noroeste BH, quando, a partir de Evelina Dagnino (2004) e seu conceito de *confluência perversa*, levantei a dificuldade de avançar em alguns debates em que posições distintas fazem uso dos mesmos conceitos – como o caso supracitado, ou ainda quanto aos discursos do Grupo UAI, vencedor da atual licitação para concessão e requalificação dos mercados municipais, quando falam de gestão compartilhada/ processos participativos, similar na forma daquela demandada por mobilizações sociais, mas profundamente oposta no conteúdo, como veremos. O termo cunhado pela autora no início dos anos 2000 ainda é pertinente, pela crítica à convergência entre projetos políticos distintos que acabam por mascarar o embate pelo consenso formal.

O termo "território" em si abrange entendimentos diversos, como já anunciado. Se o território passa pela noção de apropriação, é fundamental compreender que trata-se de uma apropriação em disputa (quanto aos seus conceitos, seus atores e seus limites). Nesse sentido, podemos entendê-lo também por suas transformações, em que a sua compreensão se restringe e se expande, incorporando e abandonando áreas e pautas que o constituem.

A partir dos debates no COMUC e no Coletivo Cultural Noroeste BH quanto a essas questões e também quanto a demandas em comum levantadas entre os centros culturais, foi reforçada a necessidade de o coletivo tratar da política de cultura de forma mais ampla, em parceria com os demais centros, principalmente os da mesma

regional, como o Centro Cultural Liberalino Alves de Oliveira. O próprio nome do coletivo, atrelado à Regional Noroeste, indica uma atuação para além dos limites do Centro Cultural Padre Eustáquio e para além do bairro em que está inserido.

Mais especificamente, o coletivo surgiu a partir da disputa pelo CCPE e a partir de um pequeno grupo de atores – para Nunes (2021), a *nucleação* seriam esses nós iniciadores de uma rede, esse primeiro conjunto de atores e de uma nova conduta coletiva, essencial para uma flutuação de forças se propagar –, e ao longo dos anos sua atuação e formação incorpora continuamente novas redes. Conforma-se, assim, um "núcleo mais forte", percebido na frequência e envolvimento de alguns atores, junto a uma "cauda" dinâmica de atores que se associam, configurando uma *diferenciação interna* à rede.

A transformação na composição dessa rede provoca transformações nos focos de atuação – ora voltado para o processo de concessão da FECOPE, ora para a destinação do Aeroporto Carlos Prates, ora para a disputa orçamentária da cultura na Regional Noroeste –, ou o que é ainda mais significativo, a conexão entre metas locais e globais, entre reformas e rupturas, expandindo a potência coletiva, o que Nunes (2021) denomina como *direcionalidade*. Ao invés de uma estratégia única, a diversidade e associação de apostas estratégicas, como fio condutor que anuncia para onde a luta está olhando, em suas diversas escalas (espaciais e temporais): pontualmente e a curto prazo disputar as decisões sobre a concessão da feira e de seu centro cultural; de maneira mais abrangente, disputar atividades culturais, de lazer e espaço verde na regional, a exemplo da área do aeroporto; e mais amplamente e a longo prazo, disputar o orçamento destinado à cultura na regional.

Tendo isso em vista, um trabalho sobre as movimentações sociais em torno da FECOPE deve supor *territórios* atrelados a ela, e não apenas um território. Assim, mesmo que a feira coberta e muitas de suas histórias sejam no bairro Padre Eustáquio, há semelhanças com as histórias contadas sobre os bairros vizinhos, fazendo a ressalva de que são muitas também as diferenças internas e entre os muitos bairros que compõem a regional da qual fazem parte. Essa questão aparece no coletivo quando dizem "nosso território cultural", incluindo ao "território da feira"

bairros como Glória, Dom Bosco, Jardim Montanhês, e excluindo bairros como Carlos Prates (e até mesmo parte do Padre Eustáquio), tidos como "praticamente Centro-Sul". Além disso, bairros inclusive fora do limite administrativo da regional, como Alípio de Melo, ou até mesmo fora do limite do município, como uma parte de Contagem, aparecem como vizinhos mais "reconhecidos" que os da regional em si. Tais apontamentos revelam um descompasso entre os limites oficiais e os limites do *território do cotidiano*, como busca por um território mais próprio (ou mais apropriado).

O "embaralhamento" entre esses limites não se restringe apenas à população, os próprios equipamentos públicos são nomeados a partir de outros bairros, como o novo Centro Cultural Padre Eustáquio a ser construído no Carlos Prates, ou o Aeroporto Carlos Prates localizado no Padre Eustáquio. A Prefeitura de Belo Horizonte compreende tais equipamentos por seu caráter regional, sendo mais importante sua área de abrangência que o bairro onde estão localizados. A divisão territorial em nove Regionais da cidade – Barreiro, Centro-Sul, Leste, Nordeste, Noroeste, Norte, Oeste, Pampulha e Venda-Nova – e mais recentemente seus 40 Territórios de Gestão Compartilhada (TGC) consideram indicadores urbanos importantes para determinadas políticas urbanas, além de a subdivisão das regionais aparecer como busca de uma delimitação mais ajustada às particularidades de cada região. No entanto, essas divisões territoriais ainda possuem fragilidades.

O caso do aeroporto foi discutido com o Coletivo Cultural Noroeste BH e com demais moradores do entorno, arquitetos urbanistas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas) em reuniões do coletivo e no Seminário Plano Diretor e Movimentos de Luta por Novos Horizontes¹⁷, quanto a sua desativação e nova destinação. Pelo fato de ser uma gleba de quase 600.000m², faz limite com diversos bairros, regionais e TGCs. O impacto sonoro das atividades do aeroporto, devido à diferença altimétrica,

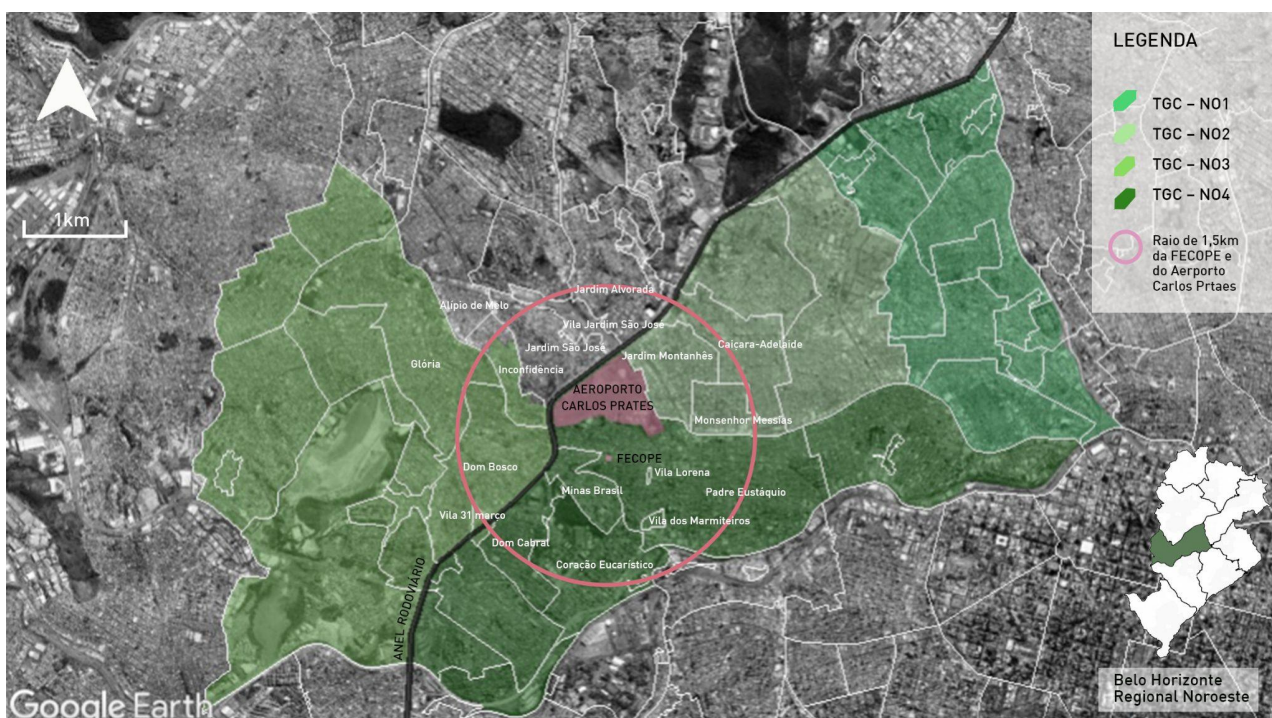
¹⁷ O Seminário Plano Diretor e Movimentos de Luta por Novos Horizontes ocorreu entre os dias 28/04/2022 a 30/04/2022, e contou com oficinas temáticas, dentre elas uma oficina voltada para o tema do Aeroporto Carlos Prates, da qual fiz parte. O site do evento está disponível em: <<https://sites.google.com/view/seminario-novos-horizontes/p%C3%A1gina-inicial?authuser=0>>. Acesso em: 02 jul. 2022.

atingem fortemente bairros como Jardim Montanhês, como apontado por moradores, o qual faz parte de outro Território de Gestão Compartilhada. O transbordamento dos limites oficiais é intensificado por se tratar de um equipamento metropolitano – ou até mesmo nacional, tendo em vista sua gestão federal, motivo de disputas a serem tratadas ao longo dos capítulos.

No caso da FECOPE, esse desalinhamento aparece pela justificativa da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania (SMASAC) quanto à transferência do CCPE para o bairro Carlos Prates por fazer parte do mesmo TGC. A medida, apesar de se basear em "terreno do Município de Belo Horizonte, localizado o mais próximo possível do atual endereço do equipamento e dentro do mesmo Território de Gestão Compartilhada" (PBH, 2019c), não considera que muitos usuários do equipamento moram em bairros vizinhos externos à tal delimitação.

Como indicado na figura a seguir (FIGURA 03), a Regional Noroeste se divide em quatro Territórios de Gestão Compartilhada: NO1, NO2, NO3 e NO4. A dita "noroeste do anel pra fora" é apontada por membros do coletivo como mais uma vez prejudicada em relação à distribuição de recursos, equipamentos e serviços públicos, uma vez que a transferência do CCPE para o Carlos Prates dificultará o acesso por essas pessoas, que não apenas são usuárias, mas também promotoras de eventos no centro cultural.

Figura 03 – Regional Noroeste e Territórios de Gestão Compartilhada



Fonte: Elaborada pela autora, 2022.

O argumento de transferência do centro cultural para o mesmo TGC também cai em contradição quando o poder público, a partir dessa mesma divisão territorial, indica que outros territórios deveriam ter prioridade. A FMC, por meio de estudos produzidos pelas Câmaras Temáticas do COMUC via Relatório Diagnóstico dos Centros Culturais de 2015 e 2016 (COMUC, 2018), indica a seguinte priorização de territórios para bens e serviços culturais, orientado para o equilíbrio dessas ofertas:

- Grupo A – Prioridade 0 (sem atividade) – CS2, CS5, L3, **NO2** e O5;
- Grupo B – Prioridade 1 (1 a 10 atividades) – N2, N4, NE1, NE2, NE5, **NO3**, O3, O4, P3, VN1, VN3 e VN4;
- Grupo C – Prioridade 2 (11 a 200 atividades) – B2, L1, NE4 e O2;
- Grupo D – Prioridade 3 (201 a 800 atividades) – B1, B3, B4, B5, L2, L4, N1, **NO1**, O1, P1 e VN2;
- Grupo E – Prioridade 4 (801 a 1.200 atividades) – CS3, CS4, N3, **NO4**, P2 e P4; e
- Grupo F – Prioridade 5 (acima de 1.200 atividades) – CS1

(B: Barreiro; CS: Centro-Sul; L: Leste; NE: Nordeste; NO: Noroeste; N: Norte; O: Oeste; P: Pampulha; VN: Venda Nova)

Como apontado, o Território de Gestão Compartilhada NO4 possui diversas atividades culturais, enquanto que os demais territórios da Regional Noroeste, em especial o NO2, apresentam menor número e por isso maior prioridade (dentre os quatro TGC da regional, quanto mais próximo à Centro-Sul, maior a oferta). É significativa a diferença entre o Grupo A, a qual o NO2 pertence, com nenhuma atividade cultural registrada, e o Grupo E, referente ao NO4, com mais de 800 atividades. Ou seja, a transferência do CCPE para o mesmo TGC não apenas não considera as dinâmicas locais do equipamento, como também não considera as próprias orientações de política pública a ele vinculadas.

Tais colocações vão de encontro às críticas à delimitação territorial "burocrática", muitas vezes relacionada à condição socioeconômica, sem considerar as práticas socioespaciais. Como aponta Ariel Gravano (2005), o bairro como tema do discurso científico-ideológico surge em meio à Revolução Industrial, e com isso o fenômeno urbano aparece como problema matriz e o bairro como indicador de segregação social; isto é, a caracterização do bairro perpassa questões mais quantitativas que qualitativas, mais formais que culturais.

Trata-se, no fundo, de uma questão conceitual. Para adentrar nesse assunto, ainda que não caiba aqui profundidade no complexo debate acerca do território¹⁸, algumas considerações teóricas de Rogério Haesbaert e de Ester Limonad se fazem necessárias. Primeiramente, Haesbaert e Limonad (1999) partem da indissociabilidade entre sociedade e território, indicando a constituição mútua das partes. Os autores ainda destacam o papel das relações de poder nesse processo:

O território é sempre, e concomitantemente, apropriação (num sentido mais simbólico) e domínio (num enfoque mais concreto, político-econômico) de um espaço socialmente partilhado. (...) Desta forma, o importante a enfatizar aqui é que a noção de território deve partir do pressuposto de que:

- primeiro, é necessário distinguir território e espaço (...)
- o território é uma construção histórica e, portanto, social, a partir das relações de poder (concreto e simbólico) (...)

¹⁸ Rogério Haesbaert (2014) propõe uma "constelação geográfica de conceitos" para pensar o espaço, em torno do qual orbitam conceitos de território (espaço-poder), paisagem (espaço-representação), ambientes (relações sociedade-natureza) e lugar (espaço vivido), além da complexa discussão sobre região e regionalização e da compressão espaço-tempo na contemporaneidade. Sobre território, Rogério Haesbaert e Ester Limonad (1999) distinguem diferentes concepções a partir de três linhas de abordagem conforme a dimensão social priorizada, jurídico-política, cultural e econômica, a partir de diversos autores.

- o território possui tanto uma dimensão mais subjetiva, que propomos denominar de consciência, apropriação subjetiva ou mesmo, em alguns casos, identidade territorial, e uma dimensão mais objetiva, que propomos denominar de dominação do espaço, num sentido mais concreto, realizada por instrumentos de ação político-econômica' (1999, p.10).

Em relação à dupla qualidade do território de apropriação/ domínio, Haesbaert e Limonad (1999) frisam a importância de se compreender o modo como o território é afetado pelas práticas sociais, quais são os meios utilizados pelos grupos sociais para se apropriar ou manter certo domínio afetivo, cultural, político, econômico. Esse jogo entre o que pertence e o que não pertence, que não deixa de ser uma disputa entre "nós e eles", pode ser percebida no caso da FECOPE quando falam do "território cultural", por se tratar também da constituição de um grupo social – aqui poderíamos enfatizar: *socioespacial*.

Para o território descrito por esses usuários da FECOPE, o anel rodoviário aparece como elemento importante de caracterização do "nós", quando falam "do anel pra fora" dizendo de sua condição periférica (na cidade e nas políticas), em relação a "eles", centralizados. Ao mesmo tempo, reivindicam uma noroeste ampla, que atravessasse esse limite, que se aproprie de seus equipamentos urbanos, como a feira coberta e seu centro cultural (e também o Aeroporto Carlos Prates e sua nova destinação, além dos próprios recursos públicos da cidade).

Do mesmo modo que o anel é parte constituinte do grupo, a FECOPE também o é – aquilo que separa e aquilo que une a(s) noroeste(s). O aeroporto também tem papel na constituição do território, seja para o Coletivo Cultural Noroeste BH, que o incorpora ao território cultural imaginando sua destinação para fins de lazer e cultura, seja por vizinhos de demais bairros, por seus impactos negativos de som, barreira física e acidentes.

Fazendo a ressalva de que são muitos e diversos os territórios, assim como seus conceitos, Haesbaert e Limonad (1999) destacam a definição da escala para analisar o território em questão, uma vez que a territorialidade adquire conotações muito distintas a depender de seu nível de detalhe, do local ao regional. Nesse sentido, para retomar a discussão sobre a delimitação territorial burocrática da qual Gravano (2005) tece críticas, o que parece acontecer na FECOPE – mas não é

exclusivo dela – é o fato de o poder público muitas vezes pensar política urbana pelo nível global, enquanto que a dinâmica da cidade se sente em nível cotidiano.

Na mesma linha, como colocado em reunião de organização do Seminário Plano Diretor e Movimentos de Luta por Novos Horizontes¹⁹, pensar nos territórios do cotidiano, ao invés de reforçar o "planejamento em caixinhas", permite que as pessoas pensem nas próprias vidas. Assim, um mapeamento mais coerente para definir o destino de um equipamento, como o caso do Centro Cultural Padre Eustáquio, deveria partir da dinâmica do entorno do equipamento, de contato com a população. Assim como o território faz parte da vida das pessoas, as pessoas fazem parte do território, fazem parte de sua construção e organização – tanto os moradores do bairro onde está inserido, como os de bairros vizinhos.

Importante enfatizar que Belo Horizonte é uma cidade com pouco mais de um século, o que significa que a formação dos bairros é recente, tendo alguns deles apenas algumas décadas de vida. Como apontado pelo Coletivo Cultural Noroeste BH, muitos moradores hoje de bairros vizinhos ao Padre Eustáquio já moraram ali, quando seus bairros atuais nem mesmo existiam.

Interessa para esta pesquisa perceber como o espaço se transforma, como seus atores se transformam, mas principalmente como tal transformação se dá de maneira correlacionada. Existe uma Belo Horizonte, uma Regional Noroeste, um Padre Eustáquio e uma FECOPE diferentes em cada época, cujas transformações nunca são totais, ficando rastros no espaço daquilo que já foi um dia, combinados a movimentações sociais que também se alteram ao longo do tempo, e que de alguma forma também permanecem.

3.2. Feira-mercado: de feira aberta a mercado municipal

É preciso entender que ainda que a FECOPE tenha sua construção na década de 70, está inserida em um bairro surgido no início do século XX, período próximo da inauguração de Belo Horizonte, ambos carregando uma longa história de

¹⁹ Reunião do Seminário Plano Diretor e Movimentos de Luta por Novos Horizontes, no dia 24/02/2022.

transformações. Bairros da regional como o Padre Eustáquio tiveram maior ocupação na década de 20 com as vilas dos operários e guardam "traços da transição entre o passado e o futuro", como Regina Lazzarotti, funcionária do Centro Cultural Padre Eustáquio, moradora do bairro e parte do Coletivo Cultural Noroeste BH aponta em sua monografia (2009, p.42)²⁰. São lembrados pelas pessoas como antigas fazendas e colônias agrícolas²¹, e ao mesmo tempo como vilas operárias e vias de expansão²². O aumento do trânsito de veículos é anunciado como testemunha das mudanças, mas a Rua Padre Eustáquio, que perpassa por vários bairros, preserva o caminho da antiga Estrada de Contagem, que mantém o traçado original. Esses lugares foram se transformando, no espaço urbano e na memória das pessoas, mas com um ritmo diferente de outras partes da cidade, marcadas por rupturas sucessivas afinadas com o princípio da modernidade.

Como aponta Leonardo Castriota (2017), a implantação de Belo Horizonte em si, em 1897, construída sobre a destruição do antigo Arraial del Rey, já indicava que sua arquitetura se renovaria tão logo fosse edificada, denunciando o "destino transitório" da cidade. O caráter descontínuo da história da capital e as rápidas mudanças em sua paisagem são reflexo de um modo desenvolvimentista de pensar cidades, que vê nos vestígios um impedimento de progresso. Exemplo desse imaginário é a própria história dos mercados municipais de Belo Horizonte. Tanto o imaginário no passado, que já inicia com uma rápida transformação, "a destruição do primeiro mercado [datado de 1902] para a construção da Feira de Amostras e sua posterior demolição para a construção da Rodoviária", (CASTRIOTA, 2017, p.15) –, quanto

²⁰ Monografia produzida por Regina Lazzarotti, funcionária do Centro Cultural Padre Eustáquio e atuante no Coletivo Cultural Noroeste BH, cedida à autora em 26/05/2021.

²¹ Entre a determinação da transferência da capital mineira de Ouro Preto para Belo Horizonte, na época Cidade de Minas (1893), e a inauguração de Belo Horizonte (1897), foi criado o primeiro centro de abastecimento da nova capital, a Colônia Agrícola do Barreiro (antiga Fazenda do Barreiro). A partir da inauguração de BH surgiram demais núcleos agrícolas, Carlos Prates, Córrego da Mata, Bias Fortes, Adalberto Ferraz, Afonso Pena e Vargem Grande. Foi em 1912 que houve a incorporação das antigas colônias agrícolas à zona suburbana, de modo que sua urbanização passou a ser controlada pela prefeitura (PBH, 2018).

²² A implantação dos bondes em Belo Horizonte data de 1902, com expansão da linha férrea para a região oeste da cidade em 1917. Junto aos novos empreendimentos em novas áreas, aprovou-se lei em 1918 que autorizava a construção de vilas operárias em BH (como as vilas Bela Vista, Angélica, Santos Dumont, Maria Aparecida, Oeste, Senhor Bom Jesus, João Pinheiro, Futuro, Palmares, Santa Anna, Nova Cachoeirinha, Celeste Império e Parque Riachuelo, dentre outras) (PBH, 2018).

seu imaginário atual, em meio ao atual projeto de concessão e requalificação, caracterizando os mercados como "ultrapassados", carentes de "renovação".

O autor discorre sobre a rápida obsolescência das construções, apontando que até mesmo espaços concebidos dentro do plano de Aarão Reis sofreram modificações. A crítica não está na transformação da cidade – a qual é inerente à própria vida na cidade –, mas em seu ciclo de evolução, que se encurta em prol da modernização, do novo. Ainda que seja um sintoma de seu tempo, Castriota (2017, p.14) reforça a especificidade de Belo Horizonte, que nasce como o sonho de uma ordem – "Belo Horizonte nasce moderna e, como tal, infiel a si mesma".

Quanto ao bairro Padre Eustáquio, Jeferson Andrade (2013, p.75) diz que "a construção do aeroporto [na década de 30], a canalização da Avenida Pedro II [também na década de 30] e o calçamento da Rua Contagem [na década de 60] determinam a chegada do desenvolvimento à região"²³, inspirando os nomes de vilas que dariam nome a algumas ruas do bairro, como a Vila Progresso. O asfaltamento da antiga Estrada de Contagem, atual Rua Padre Eustáquio (a qual ganha o nome de Rua Pará de Minas ao cruzar a Rua Vila Rica e é endereço da FECOPE), é apresentado na figura a seguir (FIGURA 04), representando uma outra relação com o bairro e com a cidade.

²³ Segundo PBH (2018), as grandes obras na capital se iniciam na década de 30 e se intensificam em 40 e 50. Com a expansão industrial, os ônibus e automóveis tornam-se os meios de transporte mais comuns, não mais os bondes, de modo que os córregos são canalizados e as grandes avenidas abrem caminho para recebê-los. Também nesse período, novos loteamentos são aprovados, sendo formalizados bairros vizinhos como Dom Bosco, Caiçara-Adelaide e Coqueiros na década de 50; Coração Eucarístico, Vila 31 de março e Dom Cabral na de 60; Santa Maria, Glória, Álvaro Camargos, Pindorama, Serrano, Califórnia, Alípio de Melo e os Conjuntos Habitacionais Celso Machado, Itacolomi e Califórnia na de 70; dentre outros.

Figura 04 – Asfaltamento da atual Rua Padre Eustáquio



Fonte: APCBH/ ASCOM 1417, 1960.

Na régua da modernização, até mesmo estabelecimentos recém construídos, como os muitos cinemas de rua dos anos 40, são fechados nos anos 70, 80. O novo endereço do CCPE é um desses casos, localizado no antigo Cinema Azteca, na Rua Padre Eustáquio, 120, hoje lote vago da prefeitura. Como apontado pelo coletivo, essa parte da cidade, que já foi considerada corredor dos cinemas, contando também com os cinemas São Carlos e Progresso, "onde a criançada ia aos domingos nas matinês assistirmos Mazzaropi e tantos outros filmes e desenhos animados"²⁴, hoje não tem mais nenhum funcionando (FIGURA 05).

²⁴ Frase extraída de material compartilhado por email pelo Coletivo Cultural Noroeste BH em 04/12/2022 sobre a situação cultural na Regional Noroeste para embasar nota técnica. Foi escrita por Munish, integrante do coletivo e de outras tantas movimentações na cidade.

Figura 05 – Antigo Cinema Azteca, lote do novo CCPE



Fonte: Google Street, 2022.

É essencial entender que os projetos de transformação da FECOPE não devem ser analisados como casos isolados, fazem parte do modo predominante de produção do espaço da cidade. Contudo, ainda que sejam evidentes as mudanças na região, para Jeferson Andrade, a formação de um bairro como o Padre Eustáquio não permite transformação completa como nos demais, pois seus moradores não *moram* simplesmente, eles *são* dali. Portanto, uma alteração abrupta "levaria um antigo morador à constatação de que o lugar em que cresceu não existe mais", o que não significa que não haja mudanças, mas elas chegam "sem aquela urgência de destruição" (ANDRADE, 2013, p.8).

A necessidade e a velocidade das destruições e construções em Belo Horizonte faz a história das feiras se misturar com a dos mercados municipais. "Querem fazer com a FECOPE o que fizeram com o Mercado Central", relata Simone Rocha. Simone lembra de algumas parcerias entre poder público e iniciativa privada que acabaram por gradualmente expulsar as pessoas que estavam ali há mais tempo, o que a aflige em relação à atual concessão dos mercados municipais. Os anos se passam, mas a estratégia parece ser a mesma: "organizar" as feiras abertas em um só lugar, construir um estabelecimento fechado para "modernizá-lo" e passar para a gestão

da iniciativa privada para "salvá-lo" do abandono, o que muitas vezes implica em alteração dos preços de produtos e aluguéis.

Assim como o Mercado Central partiu da reunião das feiras da Praça da Estação e da Praça 14 de Fevereiro²⁵ para sua constituição em 1929, a atual feira coberta tem sua origem nas feiras do Padre Eustáquio, que começaram nas próprias ruas do bairro. As feiras de rua do Padre Eustáquio foram criadas oficialmente pelo menos desde 1946, vide figura a seguir (FIGURA 06), a qual data de 1966 e ilustra homenagem dos feirantes ao prefeito da época em comemoração de aniversário das feiras livres do bairro.

Figura 06 – 20º aniversário das feiras livres do bairro Padre Eustáquio



Fonte: APCBH/ ASCOM 5386, 1966.

Quando perguntei sobre essa época, em conversa com o Coletivo Cultural Noroeste BH²⁶, algumas pessoas dividiram suas lembranças e experiências, relataram outros

²⁵ A Praça 14 de Fevereiro corresponde à atual Praça Rio Branco, em frente à Rodoviária de Belo Horizonte.

²⁶ Conversa por Whatsapp com membros do Coletivo Cultural Noroeste BH, no dia 08/06/2021.

tempos, de "brincadeiras nas ruas, sem TV, sem telefone", e de outras distâncias, em que "era uma viagem do Padre Eustáquio até o Dom Cabral".

Nessa ocasião, foi compartilhado o relato do tio de Regina sobre os primeiros anos da feira. Ele conta que nas décadas de 50 e 60 a área da FECOPE fazia parte de uma fazenda, não havia nada além da casa da fazenda e do ponto final do bonde. Só depois de muito tempo que os proprietários venderam o terreno e se iniciou a feira. Regina ainda contou que os avós moravam na "roça", que era a região do Coração Eucarístico, Minas Brasil, Dom Cabral e outros. Quando foram se constituindo os bairros, os avós passaram parte das terras para os filhos, que permaneceram ali e tiveram seus próprios filhos, todos morando na região.

Maria Eliza Vasconcelos, moradora da noroeste há décadas, além de presença constante no Centro Cultural Padre Eustáquio, é parte atuante no Coletivo Cultural Noroeste BH. Eliza relatou que quando ela e os irmãos eram crianças, na década de 60, brincavam no barranco atrás da atual área da FECOPE, o qual chamavam de "buracão", onde desciam assentados em caixas de papelão.

Ainda nessa época, Munish, morador da noroeste há 57 anos, conta que era uma época em que "podíamos brincar nas ruas do bairro, soltar papagaio, jogar futebol, correr, andar de carrinho de rolimã e tantas outras peraltices dignas de um boa infância"²⁷. Munish é artista, integrante não apenas desse coletivo, mas também de outras movimentações na cidade vinculadas à cultura.

Neusinha Santos, que sempre morou na região, também faz parte do coletivo e é uma importante figura para a cidade por seu longo histórico como vereadora (1989-2012), além de sua militância de longa data, "desde as Diretas Já". Neusinha morava no bairro Glória nos anos 70 e passava pelo Padre Eustáquio para chegar em casa, com lembranças de fazer compras com os pais na feira, que não tinha os boxes de hoje.

²⁷ Frase extraída de material compartilhado por email pelo Coletivo Cultural Noroeste BH em 04/12/2022 sobre a situação cultural na Regional Noroeste para embasar nota técnica. Foi escrita por Munish, integrante do coletivo e de outras tantas movimentações na cidade.

Para Souza, L. (2020), essa política de centralização do abastecimento em BH vem desde o século XX, sempre com viés higienista verificado nos registros da época, que indicavam os inconvenientes das feiras, a sujeira, a desordem, para justificar a expulsão dos feirantes. A política se intensifica na segunda metade do século com o aumento populacional, a crescente industrialização, a nova velocidade de produção e de consumo de gêneros alimentícios. Pelo interesse do poder público em assegurar o acesso aos produtos à população e em manter tal responsabilidade sob seu controle, não só seu arranjo institucional se transforma, como também o próprio ordenamento urbano – reflexo disso é o projeto de um mercado municipal a ser construído no Barreiro na década de 40, que não foi construído, a implementação do Mercado Popular da Lagoinha em 1949 e do Mercado Novo em 1963.

Ressalta-se que o Mercado Novo foi construído como apoio ao Mercado Central, mas ambos passaram para a iniciativa privada nessa época. O Novo, tão logo teve o projeto terminado, foi vendido em leilão para a Companhia Edificadora Sobrado, guardada a função de mercado. A Companhia, contudo, entrou em falência, deixando a obra inacabada (até hoje o quarto pavimento não foi completamente construído e é o único que pertence atualmente ao poder público). Quanto ao Central, em 1964 a prefeitura alegou impossibilidade de administração e necessidade de venda. Para impedir seu fechamento, os comerciantes criaram uma cooperativa para a compra do imóvel público, com o acordo de construírem um galpão coberto no loteamento em cinco anos. No entanto, para não perderem o prazo, precisaram recorrer a investidores para acelerar a construção.

O período mais marcante para a história dos mercados, contudo, se passa na ditadura, principalmente em meados dos anos 70. Ainda segundo Souza, L. (2020), com um aumento da população urbana ainda mais considerável, o governo militar realiza uma grande transformação no planejamento urbano, inclusive em relação à distribuição de alimentos, resultando em um *boom* dos mercados. A autora atribui o incentivo à construção de novos mercados à Lei Municipal Nº 1.137/1964, que proibia a utilização dos logradouros públicos da área central para o comércio de produtos alimentícios de consumo popular e previa a transferência dos postos comerciais. A medida tentava acabar paulatinamente com as feiras da região e

criava a demanda de estrutura para abrigar os antigos comerciantes – que evidentemente não era suficiente para todos.

Nessa conjuntura de centralização do período militar, está inserida a implementação do CEASA-MG, em 1971, seguida da inauguração da Unidade Grande BH em Contagem, em 1974, um ano depois da constituição da Região Metropolitana de Belo Horizonte. O CEASA é considerado uma importante política pública de distribuição de alimentos nas grandes cidades e metrópoles, com papel central no abastecimento dos mercados municipais (inclusive da FECOPE, segundo permissionário) e no cotidiano das pessoas, apontado pelo coletivo como "um local onde a agricultura familiar pode escoar sua produção a preços baixos e como referência no abastecimento e na garantia de segurança alimentar"²⁸. O CEASA também faz parte do imaginário do Grupo UAI, prevendo um "ceasinha", no Mercado de Origem Olhos d'Água, em Nova Lima, mercado-modelo da rede Origem que busca aproximar agricultor e consumidor, com inauguração prevista para outubro deste ano. A implementação do CEASA em Minas Gerais, mas sobretudo a unidade de Contagem, está atrelada ao surgimento dos mercados distritais de BH, cuja construção também data de 1974, autorizada pela Lei Municipal Nº 2.075/1972.

De acordo com Souza, L. (2020), a partir dos Relatórios dos Prefeitos (PBH, 2020), especificamente aquele publicado em 1975²⁹, o projeto dos distritais visava regular o abastecimento de áreas consideradas estratégicas na zona urbana: foram planejados quatro mercados, nos bairros de Santa Tereza, Cruzeiro, Barroca e Padre Eustáquio. Aprofundando a leitura desse relatório, nota-se uma parte que discorre sobre o processo de construção desses mercados, que envolveu aquisição de terrenos e implantação de vias de acesso às custas da expulsão de comunidades que estavam nesses lugares – a exemplo da desapropriação de terrenos na Vila Padre Eustáquio, visando a criação de um mercado na região, a partir da Lei Municipal Nº 869/1961. Entretanto, o que seria o Mercado Distrital do Padre

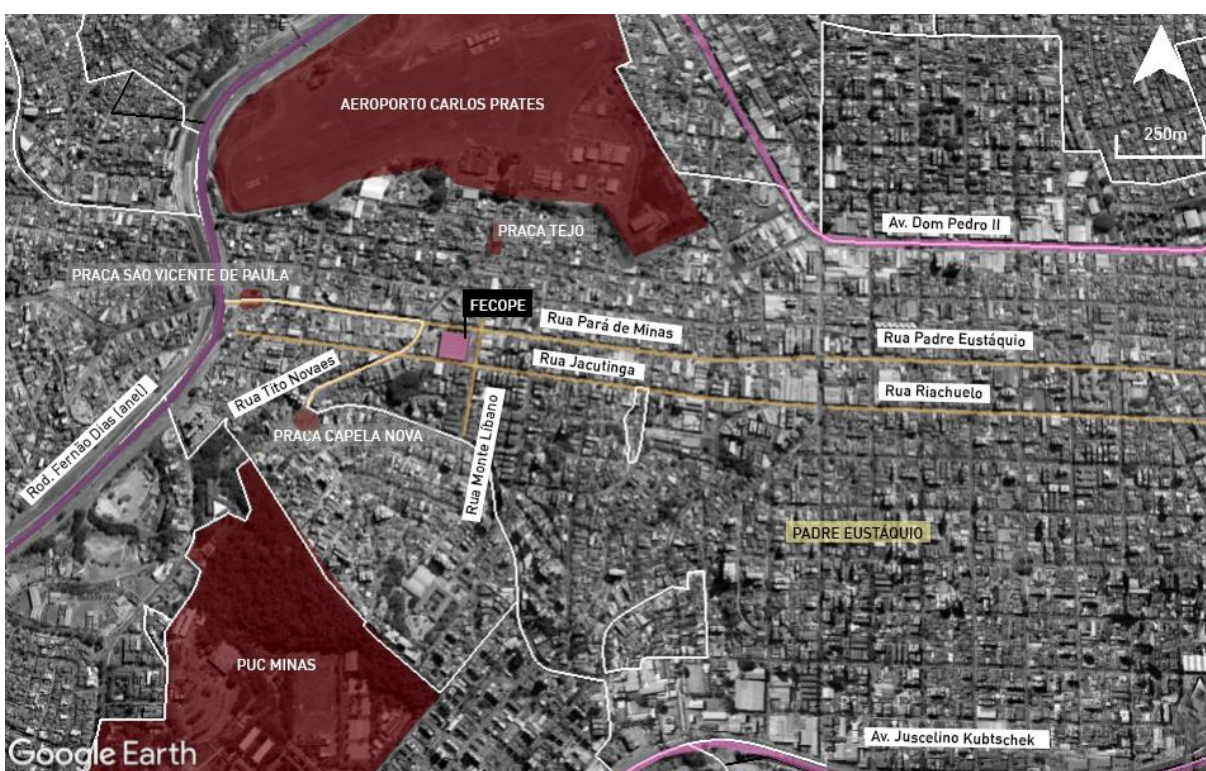
²⁸ Conversa por Whatsapp com membros do Coletivo Cultural Noroeste BH, no dia 30/04/2021.

²⁹ A Coleção Relatórios Anuais de Atividades da Prefeitura de Belo Horizonte (1899-2005) é de responsabilidade do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte e está disponível para acesso físico (na instituição) e virtual (por meio do site da PBH).

Eustáquio nunca foi construído. Não apenas a feira de rua se manteve, como um novo mercado não foi implementado.

De acordo com Jeferson Andrade (2013), apenas dois anos depois da construção dos mercados distritais, em 1976, a prefeitura desapropriou uma área que havia sido transformada em loteamento para a implementação da Feira Coberta do Padre Eustáquio, como feira permanente, com o objetivo de atender a região noroeste da cidade. O terreno se localiza entre as ruas Jacutinga, Pará de Minas, Monte Líbano e Professor Tito Novais (FIGURA 07), com endereço na Rua Pará de Minas, 821.

Figura 07 – Localização da Feira Coberta do Padre Eustáquio



Fonte: Elaborada pela autora, 2022.

Como indica o Relatório de 1975 (PBH, 2020):

Com o propósito de retirar as feiras-livres do meio da rua, atravancando o tráfego e até mesmo o simples trânsito de pedestres, não se falando na quantidade enorme de sujeira que restava nas vias públicas após a realização de cada feira, entendeu a Prefeitura de construir uma rede de Supermercados Distritais, em cada ponto da Cidade.

Foram planejados 4 supermercados, nos Bairros de Santa Tereza, Cruzeiro, Barroca e Padre Eustáquio, praticamente um em cada ponto cardinal.

Embora tenha sido feita aquisição para todos esses mercados, o do Padre Eustáquio não chegou a ser construído. A Prefeitura mantém entendimento com a COBAL [Companhia Brasileira de Alimentos]³⁰ para realizar ali uma experiência pioneira – a de uma feira confinada, com todas instalações necessárias, conjugada com um ginásio esportivo. O projeto arquitetônico foi elaborado por técnicos daquela empresa federal, processando-se a assinatura de convênio que regula a participação do Município e da COBAL no empreendimento.

A partir desse documento, vemos que a decisão pela não construção do Mercado Distrital do Padre Eustáquio partiu do próprio poder público, e não por mobilização popular, como se imaginou em um primeiro momento. A própria decisão de se tratar de uma feira coberta, com atividades diversas em seu interior, parece ter partido da esfera pública, uma vez que o "projeto arquitetônico foi elaborado por técnicos daquela empresa federal".

Na foto de inauguração (FIGURA 08) a faixa diz "aqui a primeira feira coberta do Brasil, informa a associação dos feirantes". Hoje a associação de feirantes existe, depois de algumas reconstruções, mas não é mais tão ativa. Os permissionários que participaram da fase inaugural da feira não estão mais ali, e apesar das tentativas de aprofundar essa parte da história, foi difícil encontrar atores que pudessem relatar sobre essa época. Embora este trabalho não tenha se aprofundado nesse período, seria interessante investigar o que ocorreu entre o projeto do Mercado Distrital do Padre Eustáquio e a inauguração da Feira Coberta do Padre Eustáquio. Qual o motivo de ter sido este mercado distrital a se constituir como "experiência pioneira"? Teria relação com mobilizações dos moradores do bairro? A presença de uma associação de feirantes anunciando a feira coberta poderia indicar um apoio dessa parte da sociedade em sua implementação?

³⁰ A COBAL é hoje denominada Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

Figura 08 – Inauguração da Feira Coberta do Padre Eustáquio, 1976



Fonte: Souza, L. (2020), via Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte – APCBH.

Tratando-se do período militar, o maior nível de heteronomia, em que não há nem mesmo "encenação participativa", como colocaria Souza, M. (2006), não cabe pensar em instâncias abertas à população para deliberações sobre a vida coletiva. Ao que tudo indica, dada as desapropriações e acordos relatados, o processo de construção da FECOPE se constituiria como coerção nas categorias do autor. No entanto, entendendo que a participação está sempre para além das instâncias formais, a partir de brechas possíveis para a atuação social, seria interessante entender quais seriam essas brechas, com todas suas limitações.

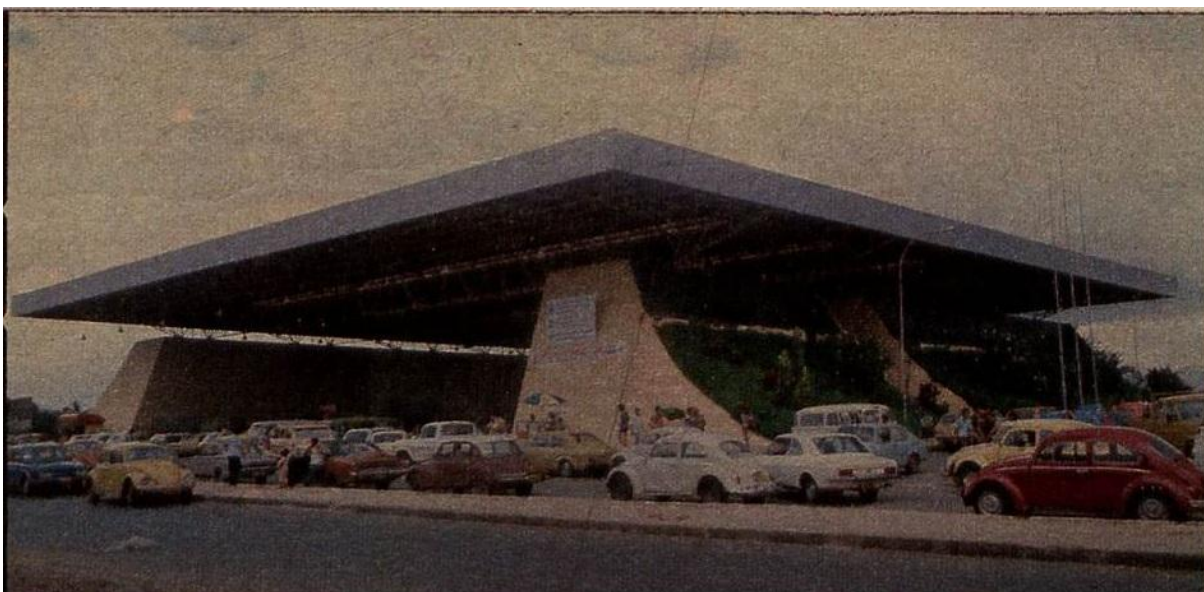
3.3. Feira-construída: entre origem e originalidade

Ao tratar da construção da Feira Coberta do Padre Eustáquio, Jeferson Andrade (2013, p.57) descreve seu objetivo de "conciliar um espaço de lazer para a população do Padre Eustáquio com uma unidade de abastecimento que servisse aos moradores da região". Conta que a feira coberta oferecia lazer durante a semana, com quadra para futebol de salão, peteca e vôlei, e produtos hortifrutigranjeiros nos sábados e domingos. "Para animar o lugar nos finais de semana, seu Antônio convocava duplas sertanejas para fazerem shows". Regina³¹

³¹ Conversa por Whatsapp com membros do Coletivo Cultural Noroeste BH, no dia 08/06/2021.

complementou em uma conversa que ocorriam apresentações de grupos locais, encontros de capoeira, motociclistas e carros antigos. Existiam bares e barracas na lateral e onde hoje estão os equipamentos de academia na praça ao lado ficava o palco para os eventos festivos. A seguir, foto da feira em 1978 (FIGURA 09).

Figura 09 – Feira Coberta do Padre Eustáquio, 1978



Fonte: Revista Manchete, ano 1978, edição especial: Minas 1979, via Biblioteca Nacional Digital.

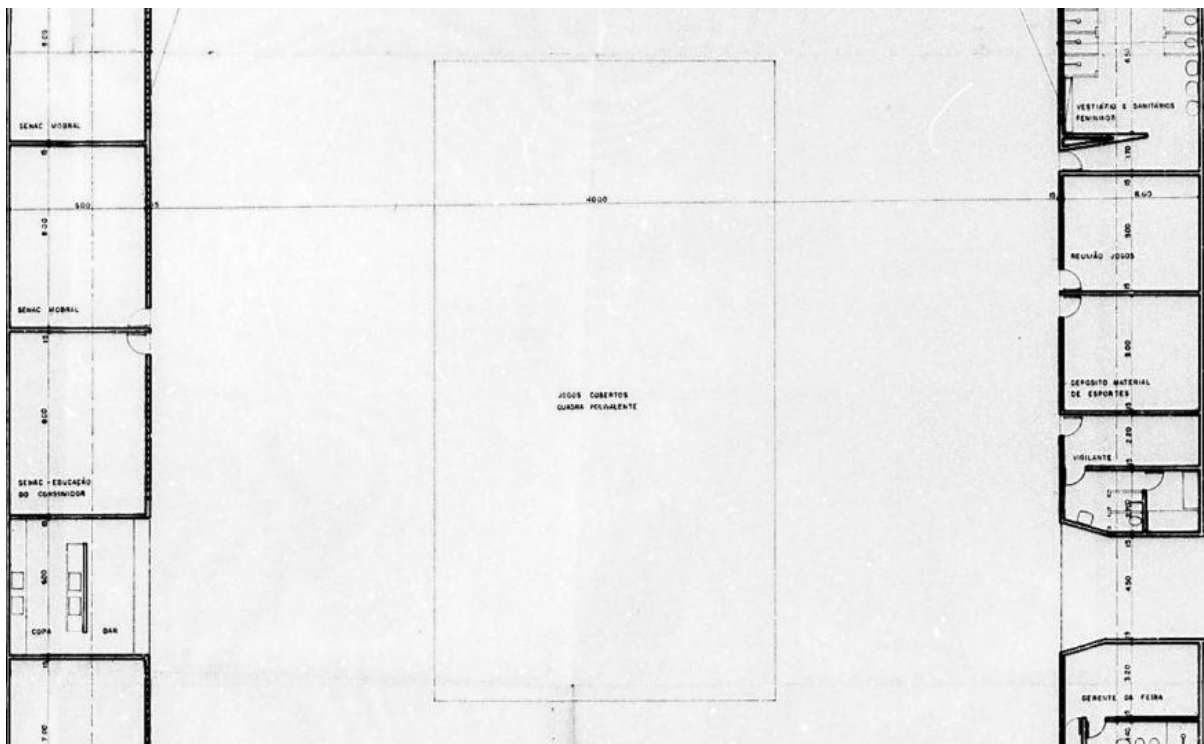
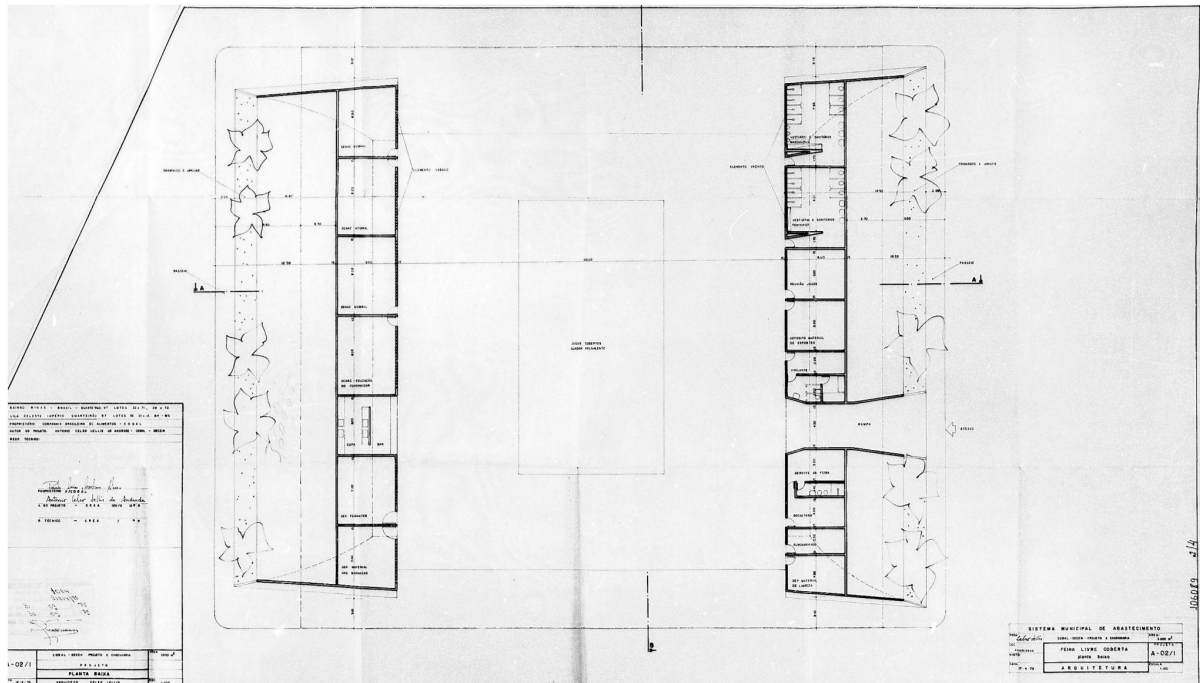
A PBH Ativos S.A.³², responsável pelo atual processo de concessão dos mercados municipais, também apresenta a construção da Feira Coberta do Padre Eustáquio apontando seu "duplo objetivo de atender tanto os lojistas quanto de atender a população local com eventos culturais que poderiam ser realizados dentro do espaço do mercado (BELO HORIZONTE, 2018)"³³.

O projeto original da FECOPE, datado de 1975, apresenta uma "quadra polivalente" para "jogos cobertos" no centro da feira, como indicado na figura a seguir (FIGURA 10).

³² A PBH Ativos S.A. é uma estatal criada em 2011 na gestão de Marcio Lacerda, para oferecer suporte técnico especializado ao Poder Executivo Municipal na execução das políticas públicas, sendo responsável pela gestão de obras de infraestrutura, Parcerias-Público-Privadas, captação de recursos financeiros, administração patrimonial e gestão de ativos e de imóveis (PBH Ativos S.A, 2022).

³³ Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI), Anexo VI – Feira Coberta do Padre Eustáquio.

Figura 10 – Projeto da Feira Coberta do Padre Eustáquio



Fonte: APCBH, 1975.

Essa mistura de mercado e cena cultural ocorre hoje em tempo integral depois da implementação do CCPE na feira coberta. O que é curioso é a diretriz presente no Edital de Licitação³⁴ (PBH, 2019a) para o atual projeto de "resgatar a identidade e o propósito original da edificação, que foi concebida para abrigar atividades comerciais típicas de feiras e mercados", prevendo a desativação das atividades do Centro Cultural, que será realocado em um novo endereço, em outro bairro, não mais fazendo parte da FECOPE. Como será apresentado, a transferência do centro cultural foi um ponto-chave para a atual mobilização em torno da Feira.

A concessionária vencedora da licitação dos mercados disse em entrevista ao Jornal O Tempo em 2020 (PENAFORTE, 2020), "Queremos resgatar a origem e a identidade desses espaços, oferecer arte, cultura e entregar à população o que foi projetado há anos". O Grupo UAI não apenas pressupõe que a cultura deve ser oferecida às pessoas, desconsiderando as práticas culturais existentes, como insiste na ideia de resgate de origem e identidade. Sob o mesmo discurso, em reunião no Cine Santa Tereza em 2022 para a discussão do projeto do novo mercado do bairro³⁵, o grupo apresentou o Circuito Mercados de Origem, composto pelo Mercado Distrital de Santa Tereza, pela FECOPE, pelo Mercado Distrital do Cruzeiro, (sem incluir a Central de Abastecimento Municipal/ Feira Coberta do Bairro São Paulo, que faz parte do mesmo edital de licitação) e o mercado-modelo no Olhos d'Água – em outra entrevista, em 2021 (ALVES, 2021), o grupo anunciou ainda que outros espaços serão construídos nos próximos anos, além de Venda Nova, também em Ribeirão das Neves e em Betim, expandindo-se para a região metropolitana da capital. Ainda que afirme considerar as particularidades de cada unidade, sendo constante palavras como "identidade", "origem" e "cultura", os projetos para os mercados (FIGURAS 11 e 12) foram apontados na reunião como "genéricos", "com cara de shopping".

³⁴ Edital de Licitação – Anexo V – Diretrizes de Projeto Arquitetônico.

³⁵ Reunião entre Grupo Uai e comunidade para apresentação do projeto do novo Mercado Distrital de Santa Tereza, no dia 12/04/2022, no Cine Santa Tereza. O registro está disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=zQOWCuY3KUU>>. Acesso em: 18 abr. 2022.

Figura 11 – Projeto para a Feira Coberta do Padre Eustáquio



Fonte: Grupo UAI, 2021.

Figura 12 – Projeto para o Mercado Distrital de Santa Tereza



Fonte: Grupo UAI, 2021.

O atual projeto será tratado mais à frente, mas é preciso destacar que o termo "identidade" supracitado gera alguns questionamentos. Primeiramente, o entendimento de resgate pela prefeitura parece se opor àquele construído pela população, que associa comércio e cultura quando fala da antiga feira coberta. Outro ponto é entender identidade por sua origem, e não por sua originalidade, aquilo que é próprio, que poderia ser mais interessante. Um terceiro aspecto ainda é sobre não considerar que a identidade pode se transformar e se (re)construir ao longo do tempo.

Assumir a identidade como algo fixo, é compreender uma relação pré-determinada entre espaço e sujeito, uma relação "natural", previsível, como coloca Gravano (2005). Em conversa com Thaís Novaes³⁶, a ideia de identidade apareceu como "ligação com o lugar", ao comentar sobre a importância do diálogo com as pessoas que estão ali tecendo uma relação de pertencimento. Thaís passou a frequentar a FECOPE com mais intensidade em 2015 pelas oficinas oferecidas pelo centro cultural, e hoje ocupa um lugar relevante para sua luta. Como, então, resgatar algo que vem se formando a cada dia? Como pensar em algo estático sendo nossas relações cada vez mais fluidas? Esse vínculo com o lugar, hoje mais do que nunca, se modifica com o passar do tempo, alguns atores começam a aparecer depois e se estabelecer, outros acabam saindo.

Como apontam Mouffe e Laclau *apud* Nunes (2020), a identidade não está dada, deve ser construída continuamente. Para os autores, a sociedade é composta por elementos cuja própria natureza não os predetermina a entrar num tipo de arranjo em vez de outro, o caráter aberto e incompleto de cada identidade social permite a sua articulação com diferentes formações histórico-discursivas. Deve haver algum fator contingente que desencadeie processos de subjetivação política e de constituição de identidades. Mais que isso, a noção de identidade, bem como as conexões entre as pessoas e as conexões entre as pessoas e o território se fazem de forma constante, aquilo que define um grupo e/ou um lugar está sempre por se definir.

³⁶ Relato de Thaís Novaes, vizinha e usuária da FECOPE e atuante no Coletivo Cultural Noroeste BH, cedido à autora em 25/05/2021.

Sobre essas conexões, se nos interessa tratar das movimentações sociais no território, interessa a própria construção de uma movimentação socioespacial, ou como colocaria Kapp (2018), de grupos sócio-espaciais, entendidos como "grupos para os quais o espaço é constitutivo e que, inversamente, constituem (produzem) espaço" (p.221). A autora reforça que não se trata apenas de um grupo social se organizando em um espaço, "a articulação entre espaço e nexos social é *necessária* e *dialética*: necessária porque o grupo não existiria sem ela; dialética porque tensionada e sempre em processo" (p.223).

O conceito de grupo socioespacial deve ser relativizado quando mobilizado para o caso da FECOPE. Se por um lado esta pesquisa propõe uma análise de um território-sujeito, compreendendo a articulação abordada por Kapp, por outro, trata-se de um grupo cuja atuação passa fundamentalmente por canais institucionais (ainda que os atravesse como estratégia), diferenciando de sua abordagem com foco na autonomia.

Desse modo, será avaliado aqui o grau de abertura de participação social, suas especificidades e mobilizações associadas às disputas identificadas na FECOPE, revelando a heterogeneidade dos processos ao longo do tempo. A própria ideia de grupo se relativiza quando pensamos em diferentes momentos da história da FECOPE. Se, como colocam Mouffe e Laclau *apud* Nunes (2020), a identidade se reconstrói de forma contínua, o território-sujeito em si está continuamente em transformação. O que não significa uma cisão absoluta na configuração desses grupos, ou como colocaria Nunes (2014a), dessas gerações de lutas, como veremos adiante. Há uma transformação que admite novos atores e estratégias, conjugada à manutenção dos antigos, e ainda atravessada por mudanças no cenário político e suas medidas e intervenções no espaço.

3.4. Feira-de-comer: abastecer a cidade

O que os anos 70 representaram de forte para os mercados e para a centralização das políticas públicas, nos anos 80 os mercados parecem declinar. Além da queda do movimento de forma geral, relatada pelos próprios usuários, em 1985 ocorre a doação do quarto andar do Mercado Novo para a prefeitura, pavimento que faz parte

do atual projeto de concessão. Poucos anos depois, em 1988, o Mercado Popular da Lagoinha é fechado, tendo sua reforma apenas na década seguinte, como aponta Souza, L. (2020).

Importante dizer que o declínio dos mercados municipais não significa um declínio da pauta do abastecimento municipal. Se, por um lado, os mercados – representando a centralização das políticas³⁷ – estavam decaindo, por outro, a década de 80 é marcada por mobilizações populares ligadas à terra que vinham se construindo desde a década anterior, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em 1984. Nesse período, vale diferenciar as políticas públicas das movimentações de base, os trabalhadores dos mercados municipais daqueles ligados a movimentos sociais, assim como suas relações com o abastecimento e com a terra em si. A pauta agroecológica presente nessas mobilizações aparece no discurso institucional apenas na década de 90, e reaparece atualmente no processo de requalificação, de uma forma que as separações supracitadas perdem seus limites. Ressurge pela PBH, quando incorpora a seu edital diretrizes indicadas por mobilizações de Santa Tereza; e ressurge pelo Grupo UAI, que não apenas aceita as diretrizes impostas, como reitera já ser pauta do grupo as exigências vinculadas à agroecologia, à cultura e à sustentabilidade, além de "ter contato direto com o MST"

³⁸.

Em relação a esse período de declínio dos mercados, houve diferentes relatos em conversa com o Coletivo Cultural Noroeste BH sobre a FECOPE³⁹. Segundo Regina, "a feira que já estava decadente foi só definhando" e, com algumas exceções, "os comerciantes de hortifrutigranjeiros foram saindo, ficando aqueles que já estavam aposentados ou que não precisavam sobreviver apenas com aquele comércio". Ela entende que parte desse problema decorre da decisão da prefeitura de colocar o Sacolão Abastecer ao lado da FECOPE, concorrente direto e com preços melhores.

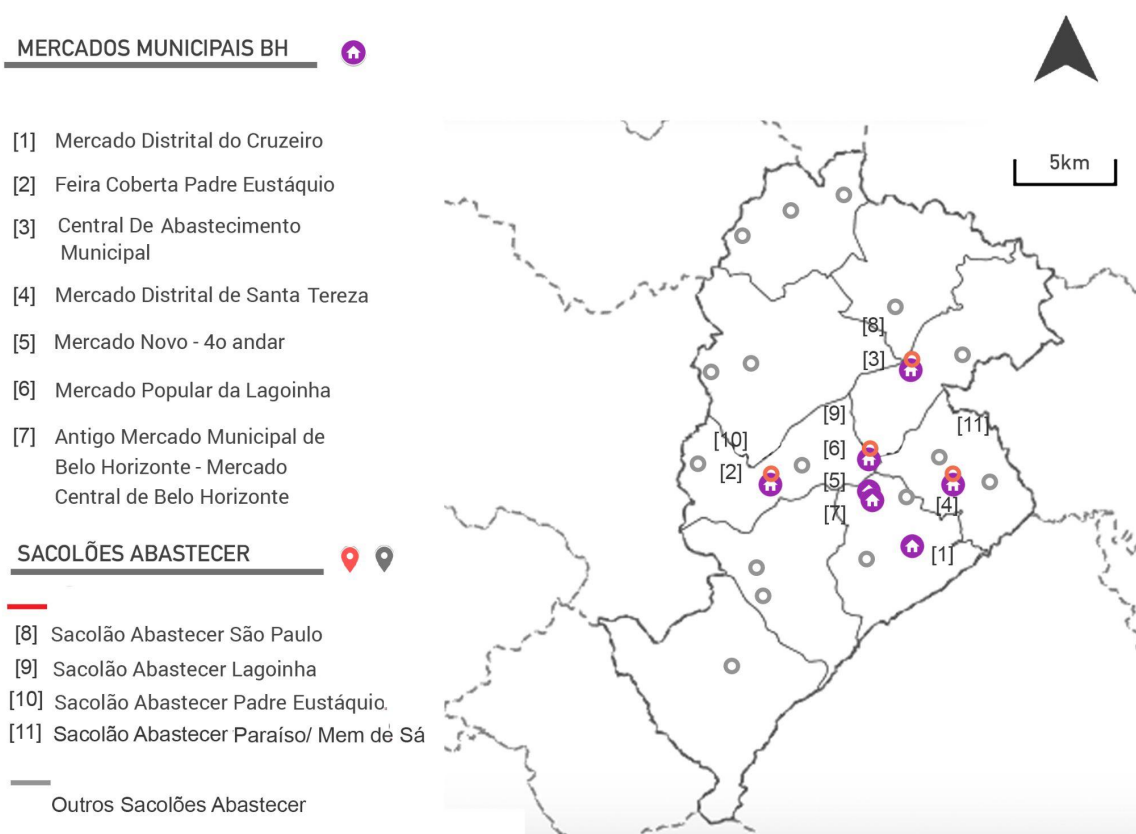
³⁷ Segundo PBH (2016, p.11), "a partir da década de 80, o Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento, que deu grande suporte à atividade dos mercados distritais, foi descontinuado, trazendo um movimento de descentralização da política de abastecimento no Brasil".

³⁸ Reunião entre Grupo Uai e comunidade para apresentação do projeto do novo Mercado Distrital de Santa Tereza, no dia 12/04/2022, no Cine Santa Tereza.

³⁹ Conversa por Whatsapp com membros do Coletivo Cultural Noroeste BH no dia 08/06/2021.

A partir disso e do mapeamento dos equipamentos de abastecimento da RMBH realizados para estudo, questioneei o discurso da prefeitura do abandono dos mercados com a chegada dos sacolões como justificativa para o atual projeto de concessão, sendo que a rede Abastecer faz parte de uma política pública e está localizada ao lado de mercados municipais – além da FECOPE, o Mercado Popular da Lagoinha, o Mercado Distrital de Santa Tereza e a Central de Abastecimento Municipal (FIGURA 13). Se é a PBH que implementa esses sacolões, de certa forma o próprio poder público parece provocar a queda do movimento nos mercados municipais e a necessidade de requalificá-los.

Figura 13 – Mapeamento de mercados municipais e Sacolões Abastecer

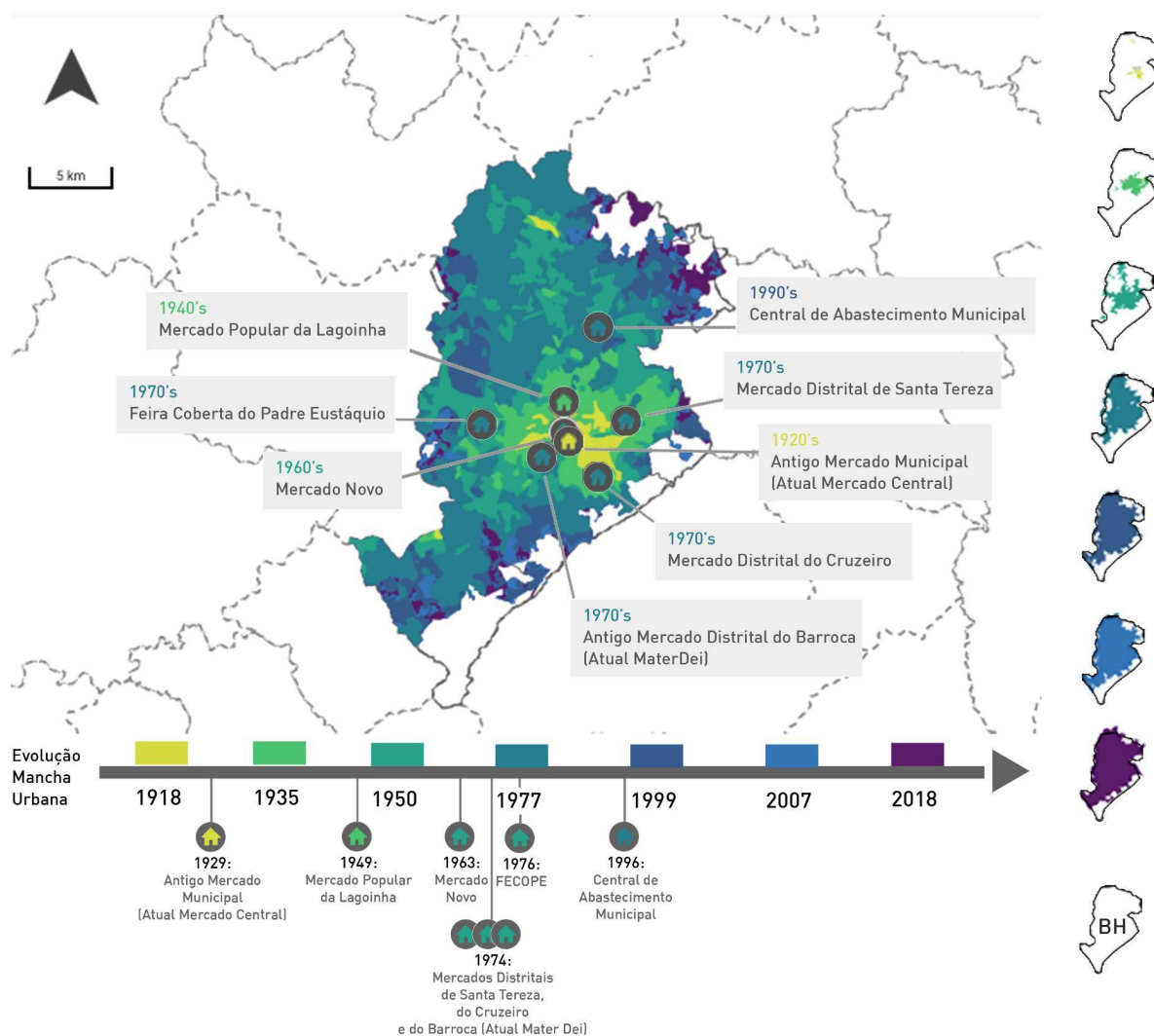


Fonte: Elaborada pela autora, 2021.

Sobre o questionamento, alguns membros do coletivo disseram entender como soluções da prefeitura que levam ao declínio para que tenham novas soluções, outros pensam que a queda do movimento dos mercados aconteceu porque os hábitos das pessoas mudaram, dentre outras justificativas. Já Simone, que trabalhou na PBH na área de assistência social a partir de 1995, explicou que o Abastecer foi uma política da década de 90 "para garantir uma alimentação mais saudável às famílias com extrema pobreza e valorização da agricultura familiar e pequenos produtores". Contou ainda que quando foi morar no Dom Bosco, na década de 80, a FECOPE tinha os preços mais altos da região, não possibilitando o acesso de famílias de baixa renda aos seus produtos. O sacolão Abastecer e a FECOPE tinham públicos economicamente diferenciados, de modo que ela atribui a baixa do movimento não ao programa, mas ao desenvolvimento do bairro e à chegada de equipamentos como os supermercados e os sacolões privados.

A política do Abastecer foi implementada na gestão de Patrus Ananias (1993-1996), como também a reforma do Mercado Popular da Lagoinha em 1994 e a inauguração da Central de Abastecimento Municipal em 1996, ambos representando a bandeira da segurança alimentar inserida nesse governo, como aponta Souza, L. (2020). A figura a seguir indica data e localização de implementação dos mercados (FIGURA 14).

Figura 14 – Implementação dos mercados municipais



Fonte: Elaborada pela autora, 2022.

Além disso, a gestão de Patrus, para Simone⁴⁰, simbolizou um conjunto de políticas públicas para e pela população. Essa e demais gestões municipais no Brasil iniciadas na esteira da Constituição Federal de 1988⁴¹ são frequentemente apontadas como uma virada política no planejamento urbano. Para Neusinha, que já

⁴⁰ Relato de Simone Rocha, antiga gestora do Centro Cultural Padre Eustáquio, hoje usuária do espaço e atuante no Coletivo Cultural Noroeste BH, cedido à autora em 25/05/2021.

⁴¹ A Constituição Federal de 1988 é um marco aos direitos dos cidadãos brasileiros e fruto de décadas de lutas sociais durante a ditadura. A Constituição Cidadã, como é conhecida, consolida a abertura política com o fim do regime militar, estabelecendo o sistema presidencialista de governo, com voto direto, bem como a ampliação dos direitos civis.

estava há anos na militância e iniciou seu trabalho como vereadora em 1989, o período que antecedeu e a própria redemocratização em si foi uma "formação política", da luta pela Reforma Urbana⁴², passando pela implementação do primeiro Plano Diretor (PD) de Belo Horizonte em 1996⁴³, pautas diversas, tais como a defesa dos mercados municipais, até todos os entraves para se implementar o Plano Diretor atual.

No Seminário Plano Diretor e Movimentos de Luta por Novos Horizontes⁴⁴, a palestrante representando o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN), compartilhou um histórico de luta pelo PD a partir de sua própria experiência. Ainda que reconheça os instrumentos de política urbana presentes desde a Constituição, o Estatuto da Cidade⁴⁵ e o Fórum Nacional da Reforma Urbana⁴⁶ – tão citados por demais palestrantes –, ela relata que "era difícil a gente se sentir cidadão integrante da cidade", e que foi apenas na terceira Conferência Municipal de Política Urbana⁴⁷ em 2009 que "a gente saiu com um acordo que nós construímos, setor popular, técnico e empresarial". Esse relato demonstra que o sentido político que representou os anos 90 para Neusinha e para tantos outros não se estende para todos; como a representante do MNLN, parte da população só experimentou mais intensamente a participação mais de 10 anos depois.

Junto às divergências, o que ecoou em diversas falas quanto ao mandato de Patrus foi de que se iniciava ali uma importante mudança nas prioridades do governo com a elaboração de uma nova política local, mais participativa. Diferenciando-a da atual

⁴² A luta pela Reforma Urbana é pautada em um planejamento urbano que garanta o direito à cidade e à habitação, sobretudo a partir da função social da propriedade.

⁴³ Segundo Neusinha, o primeiro plano só não foi aprovado em 1992 por causa do instrumento da Outorga Onerosa do Direito de Construir, o qual possibilita a aquisição de novos potenciais construtivos mediante pagamento a fundos do poder público com destinação a políticas urbanas específicas – hoje Fundo Municipal de Habitação Popular e Fundo de Desenvolvimento Urbano das Centralidades –, finalmente aprovado em 2019 com o plano atual.

⁴⁴ O Seminário Plano Diretor e Movimentos de Luta por Novos Horizontes ocorreu entre os dias 28/04/2022 a 30/04/2022, e contou com a participação do MNLN no dia 28/04/2022.

⁴⁵ O Estatuto da Cidade – Lei Federal Nº 10.257 de 2001 – regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição de 1988, os quais estabelecem diretrizes gerais da política urbana.

⁴⁶ O Fórum Nacional da Reforma Urbana atua desde 1987 como uma articulação de diferentes atores sociais, dentre movimentos populares, organizações-não-governamentais, entidades de ensino e estudantis, associações de classe e instituições de pesquisa, com o objetivo de lutar por políticas públicas voltadas para a promoção da reforma urbana no Brasil.

⁴⁷ As Conferências Municipais de Política Urbana estão previstas pelo Plano Diretor de Belo Horizonte desde 1996 e devem ocorrer a cada quatro anos – já foram realizadas cinco conferências.

gestão de Alexandre Kalil/ Fuad Noman⁴⁸, para Simone, a gestão de Patrus foi descentralizadora em todos os sentidos. As políticas foram distribuídas pela cidade, atendendo regiões esquecidas até então e foram distribuídas as decisões. Citou, então, o Orçamento Participativo (OP), como referência mundial e responsável por praticamente todos os Centros Culturais de Belo Horizonte, inclusive o CCPE, a ser detalhado no próximo capítulo. Em diferentes setores, seja na cultura, na alimentação – ou na saúde, como lembram Thaís e Eliza, que também tiveram passagem no poder público nessa área –, Simone destaca que a condução das pautas "não era só técnica, mas política, havia uma real vontade de transformação social".

3.5. Feira de criar: o lugar da cultura

3.5.1. A cultura do lugar

A própria FECOPE é vista pelo seu caráter político. Durante as reuniões do Coletivo Cultural Noroeste BH, muito se fala da feira (e principalmente de seu centro cultural) como ponto de encontro cotidiano, de festa e de engajamento da comunidade. Ainda que sua gestão não seja formalmente coletiva – tendo sido realizada pela prefeitura, pela CONAB (PBH, 1998), pelo CEASA (PBH, 1999a), novamente pela prefeitura e em breve por consórcio privado –, a sociedade civil parece constantemente se organizar naquele e para aquele espaço. O que não significa que seja sempre em prol de um objetivo comum, nem que seus desejos se concretizem.

A relação entre as dinâmicas comercial e cultural da FECOPE começou a se conturbar quando se iniciaram manifestações da comunidade em se criar um espaço próprio para atividades culturais na feira coberta. Não foi possível desvelar detalhes desses processos (assunto que parece ser sensível para os permissionários), mas Regina Lazzarotti (2009) apresenta as diversas tentativas que ocorreram de implementar essa ideia e as conseqüentes desavenças.

Na primeira vez, a prefeitura realizou um convênio em 1999 com o Grupo Folclórico Aruanda e com a Comissão Mineira do Folclore para a construção desse espaço.

⁴⁸ Alexandre Kalil exerceu o cargo de prefeito de 2017 a 2022, quando seu vice Fuad Noman assumiu o posto.

Segundo a prefeitura (PBH, 1999b), o projeto visava "resgatar valores culturais, através de movimentos de manifestação popular e artística, com a finalidade de atrair o público consumidor contribuindo para a revitalização da FECOPE". Se para uns o projeto de um espaço cultural poderia atrair mais pessoas e melhorar as vendas da feira, para outros, a nova função conflitava com a dinâmica vigente.

O desejo de implementar um espaço para a cultura permaneceu, e em 2001 a Associação Comunitária do Bairro Dom Bosco enviou à Regional Noroeste um projeto solicitando a desativação da FECOPE para a transformação do local em complexo cultural, esportivo, ambiental e comercial do bairro Padre Eustáquio. A proposta previa a extinção completa da feira, de modo que os feirantes perderiam seu local de trabalho. Diante dos impasses nas reuniões, os feirantes se mobilizaram elaborando abaixo-assinado, buscando órgãos públicos, imprensa e judiciário, por meio de processos e liminares.

Outra proposta de desativação da FECOPE ocorreu em 2006, via prefeitura, para a construção do centro administrativo da Regional Noroeste. A justificativa era de que a feira estava sem movimento por causa de varejões na área. Novamente os comerciantes se mobilizaram, "entregando à Presidência da Assembléia Legislativa um abaixo assinado, onde protestavam contra a decisão que prejudicaria as trinta e oito famílias empregadas ali e mais de quinhentos empregos indiretos" (Lazzarotti, 2009, p.46).

A partir de publicações no DOM (PBH, 2006a, 2006b), foi possível identificar um convite de audiência pública, convidando representantes do poder público dos setores de abastecimento, cultura, desenvolvimento, administração regional e orçamento participativo, com a finalidade de discutir sobre o destino da FECOPE. Segundo o vereador responsável pela audiência, "existe a proposta de transformá-la em um centro administrativo da Regional Noroeste ou de se criar um centro cultural, que está em fase de elaboração. Não sabemos ao certo o que realmente vai acontecer, já que as informações não são concretas", indicando simultaneidade das propostas. No entanto, dessa vez, como a proposta do centro administrativo vinha

da prefeitura, as pessoas que estavam solicitando um espaço cultural se posicionaram a favor dos comerciantes.

Nota-se que as disputas, sempre presentes na FECOPE, são diversas, não sendo sempre entre poder público e sociedade civil, mas também entre diferentes parcelas sociais. As próprias alianças entre grupos distintos não são estáticas, podendo se romper e se formar a depender de cada situação – ou como colocaria Nunes (2014b), as redes são dinâmicas, adquirindo ou perdendo nós e laços o tempo todo, qualquer tentativa de descrevê-las será apenas um *frame* congelado de um processo contínuo. Assim, se na disputa entre feira e espaço cultural houve uma cisão entre os diferentes grupos sociais, a chegada de um terceiro elemento externo, a prefeitura, provocou um reatamento desses grupos. Por outra perspectiva, se antes havia um conflito quanto ao lugar da cultura, em seguida, prevaleceu a cultura do lugar, a ocupação do espaço por aqueles que vivenciam sua dinâmica.

Essa discussão perpassa as atuais discussões sobre o terreno do Aeroporto Carlos Prates. Apesar de defendido por parte da população, desde a década de 80 há mobilizações para sua desativação e nova destinação da área. Tendo em vista que este trabalho não tem como enfoque o aeroporto, não será abordada aqui sua história de 40 anos de mobilização social, mas em alguma medida incorpora o debate hoje em curso sobre sua destinação frente aos perigos de uma iminente privatização, perpassando pelo debate da cultura levantado a partir do Coletivo Cultural Noroeste BH.

Como dito, na FECOPE foi travado um conflito entre feira e centro cultural, isto é, entre abastecimento e cultura, delimitando a ideia de cultura ao perímetro do centro a ser implementado. Hoje disputam a área do aeroporto, além dos aviadores, do poder público e da iniciativa privada, demandas por implantação de área verde, espaço para exposições, habitação de interesse social, bem como pela permanência de carroceiros, cuidadores de nascentes e de quintais, envolvendo, dentre outras tantas, uma disputa entre moradia e cultura e entre diferentes conceitos de cultura.

A confluência de forças para discussões no Coletivo Cultural Noroeste BH e no Seminário Plano Diretor e Movimentos de Luta por Novos Horizontes⁴⁹ não se formou sem antes ter suas pautas rivalizadas, nem depois sem manter sua tensão. Não se trata, portanto, de uma união livre de conflitos, mas de uma tentativa de diálogo a partir desses conflitos.

Isso significa, para o caso do aeroporto, que embora os desejos sejam distintos – sob a forma da construção de parque, museu, casa, e ainda a permanência daqueles que já estão ali –, não são desejos excludentes entre si, na medida em que vem sendo proposto discutir um "espaço comum multiuso" (FIGURA 15), além de se pensar ambiente como o lugar que vivemos, cultura como práticas socioespaciais. Não se trata de achatar as demandas, evidentemente, nem é objetivo da mobilização que vem se formando apagar suas particularidades: o problema da falta de saneamento básico não pode ser reduzido a hábito cultural, como apontado por uma integrante. No entanto, a oposição entre as pautas, tão frequente nas lutas atuais (a exemplo de ocupação urbana e área de preservação, de patrimônio histórico e novos usos) têm se mostrado penosa para ambos os lados.

Figura 15 – Protótipo de adesivo de manifestação

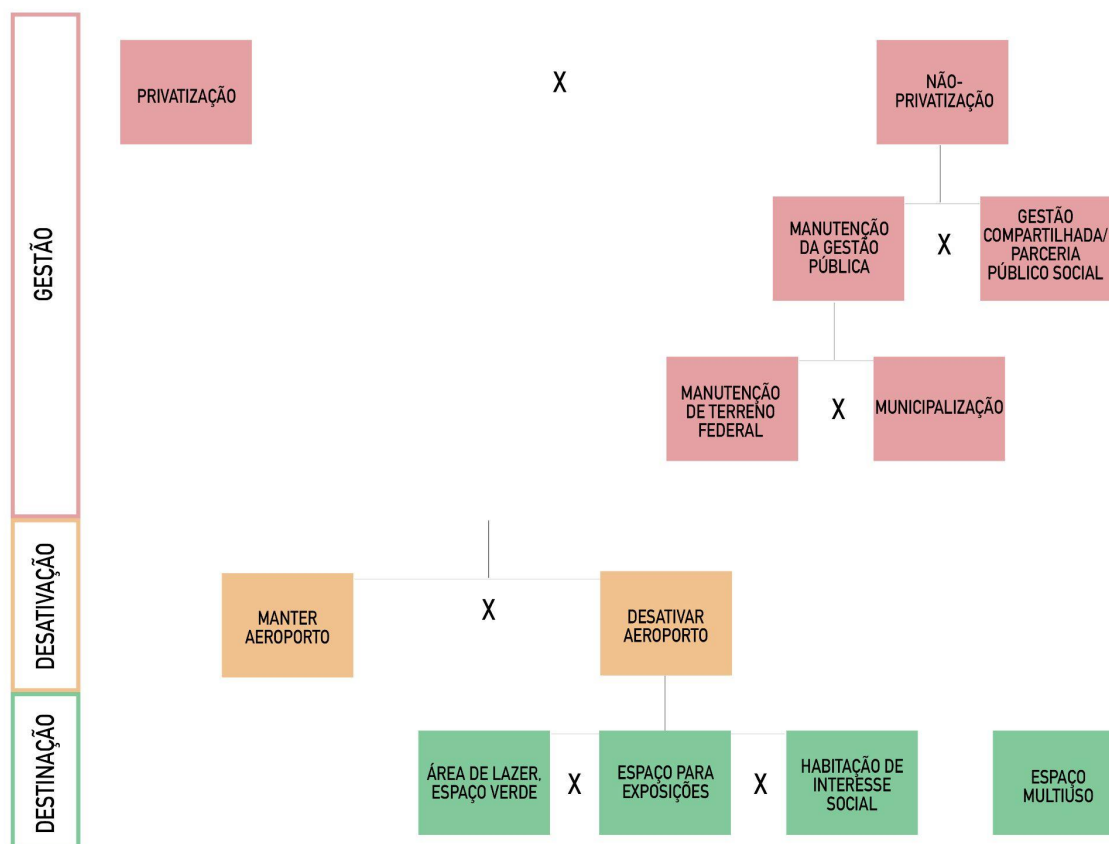


Fonte: Elaborada pela mobilização do aeroporto, 2022.

⁴⁹ O Seminário Plano Diretor e Movimentos de Luta por Novos Horizontes ocorreu entre os dias 28/04/2022 a 30/04/2022.

Em um contexto de disputas em diversos níveis – quanto à gestão (privada, pública-federal, pública-municipal, ou coletiva), quanto à desativação ou não do aeroporto e quanto a sua destinação (FIGURA 16), – a separação das pautas que buscam a não-privatização e o fim das atividades do aeroporto acabam por se enfraquecer. Considerando os conflitos existentes entre os diferentes níveis do poder público, as tentativas de leiloar o terreno para a iniciativa privada, bem como a forte campanha dos aviadores (Associação Voa Prates) para a manutenção de suas atividades, ensaiou-se uma articulação por um espaço multiuso. Junto a pesquisadores da PUC e da UFMG, vimos que o próprio Plano Diretor prevê usos diversos para o zoneamento da área do aeroporto, permitindo grandes equipamentos de uso coletivo, habitação de interesse social e área de preservação ambiental.

Figura 16 – Disputas no Aeroporto Carlos Prates



Fonte: Elaborada pela autora, 2022.

Retomando a dinamicidade das redes apontada por Nunes (2014b), assim como no caso da FECOPE, no caso do aeroporto houve uma reconfiguração das alianças quando elementos externos entraram em cena, e mais de uma vez. Reforçando a transformação contínua dessas conexões, quando a desativação do aeroporto foi adiada, houve uma convergência de forças para se manifestar contra as atividades do aeroporto na região, e quando a discussão do leilão ganhou destaque, diversos grupos se viram do mesmo lado contrários à privatização. Contudo, no momento em que essas pautas se chocaram, pela discussão sobre protelar ação de privatização provocando mais um adiamento da desativação, chocaram-se também as diferentes prioridades. Para uns, a desativação, por morar nas imediações do aeroporto, o que já traz diversos inconvenientes, além de se tratar de área de risco de incidentes e acidentes (desde 2004 já foram mais de 50 ocorrências) (COMUNIDADE..., 2021)⁵⁰; para outros, a não-privatização, por ver no aeroporto uma possibilidade de ganho de espaço para a cidade. Ainda que ambos desejem o fim das atividades do aeroporto, sua não-privatização e uma destinação da área mais voltada para os habitantes de seu entorno, as alianças podem se refazer devido a divergências de *estratégias*.

No caso da Feira Coberta do Padre Eustáquio, como descrito, o desejo de se ter um espaço cultural também se apresentou a partir de diferentes estratégias, seja retirando a feira para dar lugar ao espaço cultural, o que inviabiliza a permanência dos permissionários, seja inserindo-o no espaço da feira, o que permite sua coexistência, mas retira parte dos boxes. Há, ainda, a estratégia da época da construção da FECOPE, de abrigar atividades distintas em seu interior, de venda de alimentos a festivais de música, mas em diferentes horários, possibilitando que diversos grupos ocupem o espaço. Em torno de cada estratégia estão diferentes arranjos sociais, que se reorganizam conforme as prioridades.

⁵⁰ O site Comunidade Em Movimento BH se intitula como "um grupo de cristãos de boa vontade, que buscamos por meio da comunicação social contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e solidária", contando com membros engajados em diversas lutas na cidade. O site aponta o "levantamento quantitativo feito no portal do Cenipa – Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos, órgão do comando da Aeronáutica responsável pelas atividades de investigação de acidentes e incidentes com aviões, mostra que houve pelo menos 47 ocorrências, classificadas como incidentes, incidentes graves e acidentes, no período entre 2004 e 2020".

Depois de diversas tentativas, a proposta que foi implementada e que permanece até hoje partiu da ação de moradores, junto a lideranças comunitárias e vereadores, de indicar no Orçamento Participativo o projeto do atual centro cultural na FECOPE, a ser analisado a seguir.

Tendo todas essas questões em vista, a transferência do CCPE para outro endereço causada pela requalificação dos mercados atravessa todo esse histórico de disputas e de ocupações na feira. Além disso, rompe com uma representação que a FECOPE tem, para Jeferson Andrade (2013), da legítima necessidade de "alimentar corpo e alma", pegando emprestada a famosa frase do padre que deu nome ao bairro "saúde para vossos corpos e paz para vossas almas" – reduzida por vezes como "saúde e paz", presente ainda hoje nas paredes de residências e estabelecimentos comerciais da região, nos jornais locais para votos de fim de ano, e até mesmo nas mensagens trocadas por membros do Coletivo Cultural Noroeste BH no Whatsapp.

3.5.2. A cultura da participação

O Centro Cultural Padre Eustáquio, com sua biblioteca, telecentro, salas para oficinas e espaço multiuso, foi inaugurado em 2008, conquistado no Orçamento Participativo de 2003/2004 e articulado alguns anos antes. Neusinha Santos⁵¹ era vereadora na época e conta que seu mandato participou da organização desse OP junto a movimentos sociais, "de maneira horizontal", "ou melhor, transversal", ela especifica. Segundo Neusinha, praticamente todos os centros culturais partiram de suas bases, "é a ideia de descentralização possibilitada pelo OP".

De acordo com a Lei Orgânica do município (1990), Artigo 169: "O Poder Público promoverá a implantação, com a participação e cooperação da sociedade civil, de centros culturais nas regiões do Município, para atender às necessidades de desenvolvimento cultural da população".

Na época, havia muita obra vinculada a saneamento, saúde e educação, mas "a cultura, como sempre, ficava de lado", então "tivemos que construir a narrativa de que cultura tem a mesma importância que as outras pautas, isso não estava dado".

⁵¹ Relato de Neusinha Santos, ex-vereadora de Belo Horizonte, vizinha e usuária da FECOPE e atuante no Coletivo Cultural Noroeste BH, cedido à autora em 23/02/2022.

A ideia de um centro cultural na regional partiu da articulação de seu gabinete junto aos movimentos – ressaltando que durante todo seu mandato sentava com as lideranças a cada três meses para discutir todas demandas, prioridades e estratégias para a cidade –, e o aproveitamento da estrutura da FECOPE foi a solução encontrada por seu assessor diante da pouca verba e área disponível. Neusinha relata que o movimento da feira estava baixo. Ainda que a Secretaria Municipal de Abastecimento tenha vetado a ideia, teve o apoio do então prefeito da época, Célio de Castro (1997-2002), ele próprio ligado à Regional Noroeste, além de demais vereadores, delegados do OP, administração regional e moradores do entorno.

As reuniões para discutir o OP ocorriam no Auditório da Igreja Padre Eustáquio (ASPE), que além de igreja e local de reunião, abrigava também "teatro, shows das bandas dos jovens artistas do bairro e região", segundo Munish⁵². Outro lugar das reuniões era o auditório do Laboratório São Marcos, próximo à igreja, também com mais de uma função. Nota-se que as reuniões não ocorriam na FECOPE, uma vez que os permissionários desaprovavam a proposta.

O projeto inicial aprovado no OP previa a ocupação integral do espaço da feira coberta para o centro cultural, o que mais uma vez implicaria na saída dos feirantes, que se mobilizaram para impedir a proposta e contaram com apoio de movimento político também contrário ao centro. Após muitas discussões, chegaram ao acordo de desocupar apenas metade da área para a implementação do CCPE, sendo retirados parte dos boxes.

O espaço é hoje dividido por uma grade com portão, dividindo os dois "setores". Para Simone⁵³, o espaço deveria ser integrado, feira e centro cultural, já que no seu entendimento tudo é cultura, "a divisória física só reforça uma imagem limitada do seu significado" – ou como a conselheira Tetê Avelar levantou no Seminário Plano

⁵² Frase extraída de material compartilhado por email pelo Coletivo Cultural Noroeste BH em 04/12/2022 sobre a situação cultural na Regional Noroeste para embasar nota técnica. Foi escrita por Munish, integrante do coletivo e de outras tantas movimentações na cidade.

⁵³ Relato de Simone Rocha, antiga gestora do Centro Cultural Padre Eustáquio, hoje usuária do espaço e atuante no Coletivo Cultural Noroeste BH, cedido à autora em 25/05/2021.

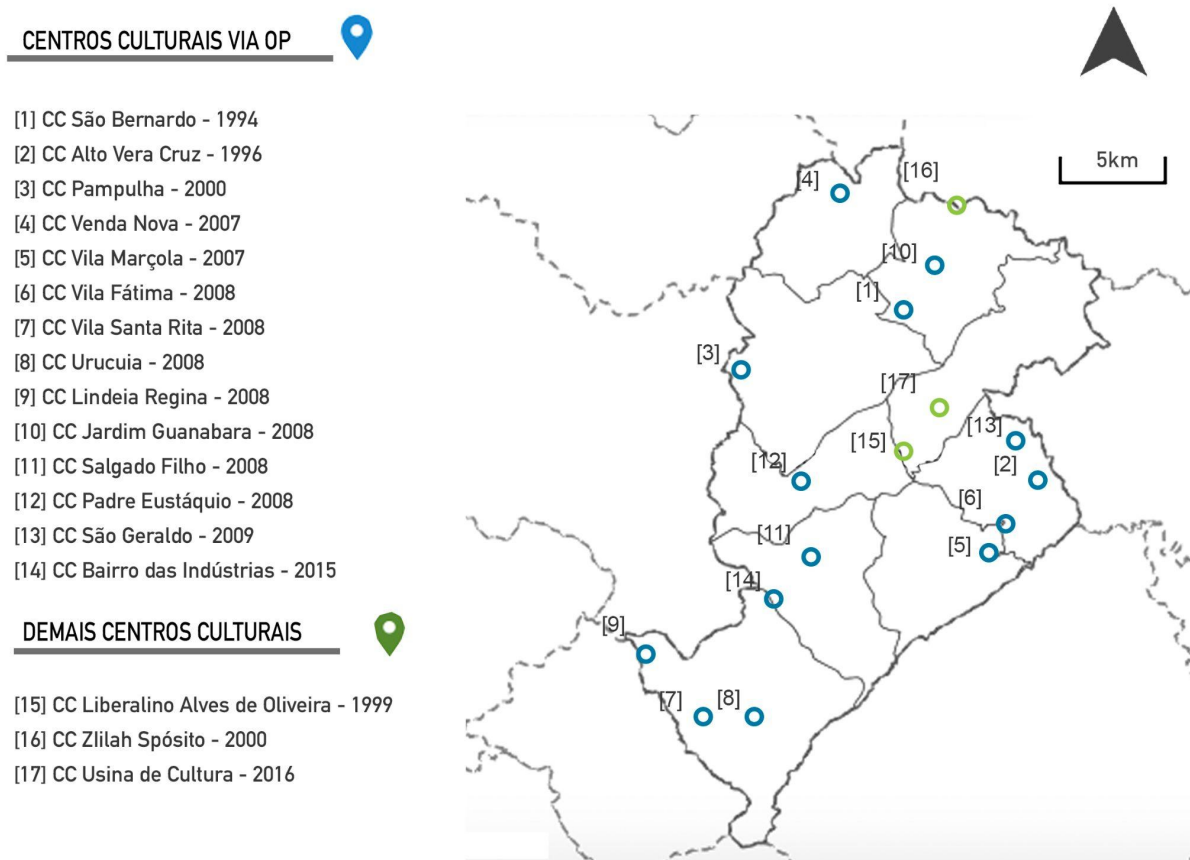
Diretor e Movimentos de Luta por Novos Horizontes⁵⁴, "cultura não é só evento, é tudo que ocupa o território". No entanto, enquanto Simone era gestora, conta que nem sempre era fácil manter o portão aberto. Ressalta-se que o acordo de o CCPE ocupar apenas metade da área, apesar de incorporar a demanda dos feirantes, não garantiu a permanência de todos, gerando contínuos conflitos até hoje. Se entendemos território a partir de Haesbaert e Limonad (1999), como conceito associado à apropriação, devemos especificar que o CCPE representa uma apropriação de *parte* da comunidade.

O Grupo UAI, em visita à FECOPE em junho de 2021, antes mesmo de assinar o contrato de concessão, buscou retirar a grade que separa os dois setores para já iniciar mudanças no espaço. Além de ir contra o edital que prevê a entrega do novo CCPE antes de qualquer alteração, além da própria assinatura do contrato, a concessionária estava interferindo em uma disputa histórica representada por aquela grade. A divisão dos lados é sentida no próprio processo de concessão e requalificação, no qual a feira será expandida e o centro cultural realocado, de modo que a resistência ao projeto é de maneira mais significativa por parte dos usuários do centro cultural e não dos permissionários.

Sobre os centros culturais, de acordo com o Relatório Diagnóstico dos Centros Culturais de 2015 e 2016 (COMUC, 2018), dos 17 centros da cidade, 14 foram implementados por OP (FIGURA 17). O Centro Liberalino Alves de Oliveira, parceiro do coletivo, é uma das exceções ao instrumento e se encontra hoje dentro do Mercado Popular da Lagoinha.

⁵⁴ O Seminário Plano Diretor e Movimentos de Luta por Novos Horizontes ocorreu entre os dias 28/04/2022 a 30/04/2022, e contou com a participação dos conselheiros no dia 29/04/2022.

Figura 17 – Centros Culturais de Belo Horizonte



Fonte: Elaborada pela autora, 2022.

Ainda sim, o CCPE é o único interno a um mercado municipal via Orçamento Participativo. Segundo dados da PBH (2016), foram registradas movimentações para implementar centros culturais em outros mercados: no Mercado Distrital do Barroca em 2005, por meio do Projeto de Lei Municipal N° 487/2005, mas o projeto foi arquivado, e no Mercado Distrital de Santa Tereza em 2008, via Orçamento Participativo, mas o processo de votação foi anulado. Houve ainda, a partir de 2010, tentativas de reabertura de alguns pavimentos do Mercado Novo por grupos de artistas e produtores culturais, mas as experiências foram sempre breves. Coincidência ou não, o projeto mais duradouro para esse mercado, que continua em vigor, foi a reabertura do segundo piso para bares e restaurantes, e posteriormente do terceiro também para estúdios, no mesmo ano de lançamento de chamada do

Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI)⁵⁵ para a concessão dos mercados municipais. Essa onda cultural é acompanhada pela instituição do COMUC em 2008, com sua primeira vigência em 2012.

Como reflexo do OP, é frequente na fala de moradores da região o CCPE aparecer como um espaço conquistado pela comunidade, um espaço que representa a participação da sociedade na definição de políticas públicas. Além disso, apontam que os centros culturais acompanham o desenvolvimento da política municipal de descentralização da cultura, inclusão social e exercício de cidadania.

Regina Lazzarotti se refere ao Orçamento Participativo como um "mecanismo governamental de democracia participativa que permite aos cidadãos influenciar ou decidir sobre os orçamentos públicos das prefeituras, através de processos de participação cidadã" e ainda que a partir dele "retira-se poder de uma elite burocrática repassando-o diretamente para a sociedade (...) que passa a ocupar espaços que antes lhe eram negados" (2009, p.47).

Pelo tamanho e complexidade do assunto, o presente trabalho não pretende e nem daria conta de uma discussão profunda e detalhada sobre o Orçamento Participativo, o foco aqui é buscar compreender, junto a uma análise geral, as especificidades de sua aplicação na FECOPE.

Dessa forma, adianta-se que frequentemente o OP é colocado como referência de instrumento de participação social e conquista popular atrelada à Constituição de 1988, de modo que, como aponta Leonardo Avritzer (2016, p.15), a Constituição "foi o ponto de partida na direção da participação social no Brasil" e o OP "foi a política que consolidou o pontapé inicial dado nessa direção". As assembleias, conselhos, conferências, fóruns e comissões possibilitaram a distribuição dos bens públicos de forma mais justa, as chamadas "inversões de prioridades". Ao mesmo tempo, aponta-se a priorização de algumas pautas em detrimento de outras, participação

⁵⁵ O PMI é formalizado por meio de um edital que tem como função orientar aos interessados na estruturação de projetos para eventuais parcerias com a Prefeitura, sem ônus para a Administração Pública. Assim sendo, pode ser utilizado antes de um processo licitatório, para obter estudos de viabilidade, levantamentos, investigações, projetos, opiniões fundamentadas, informações técnicas, pareceres etc. Os produtos esperados são: Modelagem Econômico-Financeira, Modelagem Jurídica e Elementos de projeto básico (PBH Ativos S.A, 2022).

desigual, com maior influência em áreas de maior força de associações comunitárias, prevalecendo aquelas com mais condição financeira, conflitos entre as regionais e os bairros, diminuição de recursos ao longo dos anos.

O OP de Belo Horizonte se iniciou em 1993, logo após a experiência pioneira de Porto Alegre, em 1989. Em debate sobre o Orçamento Participativo no Seminário Plano Diretor e Movimentos de Luta por Novos Horizontes⁵⁶, os presentes relataram suas experiências. Para alguns, o OP simbolizava a verdadeira democracia, uma vez que as pessoas pararam de falar da própria rua alagada para discutir juntos sobre saneamento na região, além das "caravanas de prioridades", em que os participantes visitavam os locais das demais demandas, podendo mudar seus votos. Para outros, era bastante difícil a conversa entre os bairros para definir as prioridades, sobressaindo aqueles com mais capital político. O representante do Conselho Municipal de Habitação, além de ser coordenador do MNLN, levantou ainda que de maneira geral o OP equivale a menos de 5% do orçamento do município, e os outros 95%? "A gente tem que brigar pela gestão de todo o orçamento, se não é enganação".

A partir dos métodos de Souza, M. (2006) quanto aos graus de participação, o Orçamento Participativo pode ser avaliado como um instrumento democrático de delegação de poder do Estado para a sociedade civil, em que o governo transfere o poder de decisão de onde investir o recurso público para a população, ainda que dentro da esfera institucional. Contudo, o próprio autor se pergunta se algumas experiências de OP não deveriam ser pensadas como parceria, não havendo portanto uma transferência de poder de decisão, mas um compartilhamento.

Como aponta, é preciso debater o instrumento em si e investigar as particularidades do seu uso. Para situações diversas há graus de controle social distintos, podem haver discrepâncias, a serem analisadas para cada caso, quanto às instâncias institucionais e escalas, externas ou internas, quanto a forma institucional e a

⁵⁶ O Seminário Plano Diretor e Movimentos de Luta por Novos Horizontes ocorreu entre os dias 28/04/2022 a 30/04/2022, e contou com debate sobre Orçamento Participativo.

dinâmica socioespacial efetiva, podem coexistir e se contradizer categorias de análise.

Para aprofundar a análise, Souza, M. (2006) propõe investigar, junto à escada da participação, indicadores de consistência. Ainda que o termo consistência indique caráter normativo, a consistência da experiência participativa é entendida aqui como seu nível de ambição (plano externo, alcance, objetivos) e coerência (plano interno, transparência, melhoramento), a partir das seguintes questões:

- A profundidade decisória da participação: em que momentos a rotina se mostra deliberativa, caso não o seja em todos, e em que momentos ela é consultiva?
- A extensão da participação: em que instâncias e sob quais circunstâncias se participa? (Existem representantes? Quem os define?)
- O grau de transparência e accountability: com que regularidade e de que forma circulam as informações? E a prestação de contas dos representantes e suas bases?
- O caráter participativo da malha territorial: em que medida a malha territorial é estabelecida a partir de negociação com a população?
- A inclusividade: com que proporcionalidade diferentes grupos da sociedade se acham representados nas instâncias participativas formais?
- O grau de suporte ativo à participação de grupos vulneráveis: qual o grau de suporte especial para esses grupos?

Como coloca o próprio autor, tais critérios auxiliam na leitura quando tomado o cuidado de não tentar buscar fronteiras claras onde elas nem sempre existem. Tendo em vista que numa mesma esfera podem coexistir (e se contradizer) níveis distintos de participação e de respostas possíveis aos indicadores, ressalta ainda os limites das classificações e sugere sua relativização. São "categorias a título de aproximação", que incorporam permeabilidades e contradições.

Dessa forma, no caso do OP no qual o projeto do CCPE estava inserido, Neusinha relata que houve "participação do grupo durante todo o processo, inclusive depois de pronto". Nas assembleias era informado o orçamento disponível para cada rodada, depois eram levantadas as demandas para a votação. Neusinha destaca ali a figura

dos delegados, representantes com poder deliberativo, pensando na profundidade decisória na extensão da participação, apontadas por Souza, M. (2006). Também fala da importância dos membros da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização da Execução do Orçamento Participativo (COMFORÇA), que garantiam transparência ao processo, segundo ela muito atrelada à base social. Havia reuniões periódicas entre os delegados e o grupo interessado, "com muita diversidade, movimento social presente e tudo". Para ela, foi "um processo participativo de verdade, a população que definiu o espaço, abriu projeto, opinou", indicando participação inclusiva na definição da malha territorial. Neusinha ainda reforçou ser um equipamento construído pela comunidade para a comunidade, desde o início com programação aberta a todos.

Sobre isso, Simone relata que nos primeiros anos do CCPE as atividades eram efervescentes, "mas sem investimentos não há ações continuadas que possam manter a mesma consistência". Ela diz que os governos de Patrus Ananias e Célio de Castro tinham a descentralização como eixo estruturante da política pública, a qual começou a se desfazer a partir do governo de Fernando Pimentel e mais intensamente com Marcio Lacerda e Alexandre Kalil/ Fuad Noman – "é a visão centralizadora e liberal dos governos que as cidades têm feito a opção".

Se podemos destacar três disputas marcantes na FECOPE – sua construção durante o regime militar, a implementação de seu centro cultural via Orçamento Participativo em gestão progressista e sua concessão e requalificação nos moldes neoliberais –, tratam-se também de diferentes formas associativas ao longo do tempo. Como aponta Nunes (2014a), analisar os grupos sociais da contemporaneidade exige um olhar para os grupos anteriores, compreendendo as diferenças de *geração*. Mais que isso, compreender tais gerações de lutas, suas convergências e divergências, é buscar compreender, ainda que em parte, os novos sujeitos políticos que atuam no território.

4. AS ORGANIZAÇÕES/ A ECOLOGIA

Tal qual sugere Rodrigo Nunes em aula inaugural do Instituto Estudos do Presente (TRANSE, 2022), estudar o tempo em que vivemos é um problema filosófico: como a historicidade nos constitui no momento em que nos deparamos com a questão do presente? Ao tratar da complexidade da questão, Nunes trata do desafio de "escavar o próprio solo que nos põe de pé", uma vez que perguntar sobre o próprio presente é perguntar de onde se fala.

Se haveria uma abordagem longitudinal para comparar diferentes épocas, para o autor, uma abordagem sagital seria mais adequada para se perguntar sobre seu próprio tempo, um corte de cima a baixo *de seu corpo*.

"O que do meu tempo faz de mim quem eu sou, e o que do meu tempo dispara a minha pergunta sobre o meu tempo?"

Esse solo, esse corte, essa pergunta, por si só vertiginosos, apontam a impossibilidade de respostas por inteiro. No entanto, servem de guia para a análise do presente. Para esta pesquisa e o questionamento sobre como os atores se organizam no território da FECOPE, implica em analisar suas diferentes movimentações e ressonâncias considerando a dimensão histórica de suas construções: o que leva a uma conformação e outra? Quais os pontos de ligação entre elas? O que existe entre o passado e o presente?

Portanto, tratar das disputas atuais da Feira Coberta do Padre Eustáquio é observar aquilo que permanece ao longo do tempo e aquilo que se diferencia, é tratar do presente em contato com o passado – assim como inevitavelmente o passado se constrói a partir do tempo presente. Desse modo, nota-se que a feira coberta nasce sob o mesmo mote da modernização que recai sobre ela atualmente (renovação, requalificação, progresso), mas sob outros pressupostos (cultura, origem, participação). Como Marcelo Lopes de Souza (2006) ressalta, o discurso da participação é antigo, apropriado pela ideologia dominante, configurando-se como

um conceito saturado, banalizado, esvaziado de sentido verdadeiramente popular. Tal imagem participacionista, ainda que não apareça como novidade, se reinventa. Hoje, a partir do processo de requalificação dos mercados municipais, percebe-se que mais que a mensagem da empresa social e da eficiência empresarial que vem se difundindo desde a virada do século, intensifica-se o discurso do fazer "a mil mãos", deixando ainda mais turvo os limites dos atores e grupos que o permeiam.

Além disso, se parte dos "sujeitos-territórios" que se constroem em torno da FECOPE são os mesmos de outrora – a geração de jovens contra a ditadura, da luta pela reforma urbana, descendentes da Constituição de 1988, das gestões municipais dos anos 90 e de seus instrumentos participativos –, eles próprios não são mais os mesmos, uma vez que atravessados também pelos anos 2000 e 2010, e com o que 2013 representa para as organizações sociais, mesmo que inconscientemente.

Assim, não apenas de organizações, Rodrigo Nunes (2021) propõe tratar de uma ecologia diversa, analisada a partir da observação das várias redes que se sobrepõem na contemporaneidade, de forma fluida, dinâmica e conectada. Ressalta-se ainda que, embora sejam nítidas as transformações nas organizações sociais, não é no sentido de substituição, mas de sobreposição; dentre as grandes contribuições do autor está a percepção de uma hibridização das relações, que misturam verticalidade e horizontalidade, centralização e dispersão, global e local, novas e velhas estratégias e conformações.

4.1. Entre gerações

Geração para Nunes (2014a) não diz respeito a um recorte de idade, mas de acontecimento. Atores formados a partir de um evento cristalizador, que os constitui e os diferencia dos demais por essa razão. Uma nova geração surge, portanto, de uma ruptura – no campo político, uma ruptura política –, além de uma nova perspectiva sobre a conjuntura histórica.

A escolha neste trabalho de tratar de gerações se dá junto a uma escolha anterior de entender as movimentações na FECOPE a partir das narrativas de seus atores,

de modo a falar de uma atuação ancorada em grandes eventos (a Constituição, por exemplo), mas ainda sim localizada em suas experiências. Isto é, não se trata de uma análise geral dos novos sujeitos coletivos, mas como nos recortes a partir da FECOPE essas mudanças são sentidas e construídas.

Dito isso, é importante marcar que as mobilizações nas disputas identificadas na Feira Coberta do Padre Eustáquio são "acumulativas" em alguma medida, ou seja, não há uma mobilização da época de construção da FECOPE dissociada totalmente da época da implementação do CCPE e da atual concessão e requalificação. Mesmo que muitos atores sejam diferentes, a "formação política" descrita por Neusinha se refere a tanto uma luta de resistência da ditadura, como uma luta institucional nos governos progressistas, mistura que tanto ela quanto outros carregam consigo na atual disputa, junto ainda a outras influências.

Assim, atores que dividem essa história de resistência nos anos 70 também são, em muitos casos, aqueles que participaram de alguma forma da construção da Constituição de 1988, que como discutido anteriormente iniciou um novo modo de fazer política, a exemplo do OP nos anos 90, com suas plataformas participativas, além do Estatuto da Cidade de 2001, regulamentando os dispositivos constitucionais de política urbana. Propomos aqui tratar toda essa construção inserida no que Nunes (2014a) denomina como "geração da redemocratização".

Na outra ponta, a "geração de 2013", associada às manifestações de junho de 2013⁵⁷, mas como qualquer geração, tem o início de sua formação anterior ao evento – as manifestações representam mais uma consequência que uma causa. É uma geração que constrói seu modo de agregar, comunicar e atuar sobretudo em 2013, mas que tem sua formação marcada por contradições nas políticas dos anos 2000 – ao mesmo tempo que representa importantes conquistas de redução da desigualdade social, aprofunda as formas de gestão deliberativa, traz inovações no campo da participação social (com a inclusão das novas tecnologias), trata-se de um

⁵⁷ As manifestações de junho de 2013, conhecidas como Jornadas de Junho de 2013, foram uma série de mobilizações que levaram milhões de pessoas às ruas em diversas cidades brasileiras, com protestos contra o aumento das tarifas de transporte público, violência policial, gastos com megaeventos esportivos, hegemonia das instituições políticas, dentre outras pautas a essas somadas. As Jornadas de Junho estão inseridas em um ciclo de lutas dos anos 2010 que ocorreu em diversas partes do mundo, a ser abordado ao longo do texto.

desenvolvimentismo atrelado ao capital, provocando alguns pontos cegos nas políticas sociais. "Ampliaram-se os espaços de participação (conselhos e conferências), mas a democracia participativa esteve subordinada à lógica da democracia representativa, neutralizando parcialmente seu potencial transformador" (MILANI *apud* GOHN, 2019, p.100).

Dadas as duas gerações, observa-se que no caso da FECOPE em todas suas disputas há uma predominância da geração da redemocratização – dentre os membros do coletivo há poucos que disseram ter participado das manifestações de 2013, vistas inclusive como provocadoras da ascensão conservadora na política⁵⁸. No entanto, a conformação da rede que parte do coletivo e que se expande em torno da feira coberta evidencia que há muito da geração de 2013 na formação das movimentações atuais.

A coexistência no tempo e no espaço de diferentes gerações – da redemocratização e de 2013 –, e portanto de diferentes organizações – movimentos e associações junto a frentes, coletivos e redes – representa, segundo Nunes (2013), a coexistência de duas esquerdas – a esquerda tradicional e a esquerda alternativa. Que forma, então, dar a essa coexistência? Para o autor, ao invés do antagonismo, deveríamos apostar na complementaridade, uma aliança das esquerdas que mantenha suas diferenças, para que seja possível negociá-las, articulá-las⁵⁹.

No entanto, vale ressaltar, a partir do próprio apontamento do autor (2014a) sobre geração e ruptura, que o êxito de uma geração pode ser visto negativamente pela geração seguinte. Se a institucionalização da luta da esquerda é considerada um avanço para a geração da redemocratização, é justamente o ponto chave de crítica

⁵⁸ Desde o golpe que provocou o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em 2016, com a transferência de Michel Temer ao cargo, o país tem passado por um período de promoção de políticas conservadoras, tais como a Proposta de Emenda Constitucional 241/55 (ou PEC do Teto de Gastos, como ficou conhecida, por fixar por até 20 anos um limite para as despesas na saúde e na educação), dentre outras medidas de mesmo cunho. Ao fim do governo Temer, com as eleições de 2018, a guinada ao conservadorismo se intensifica com o atual presidente.

⁵⁹ Rodrigo Nunes, em seu texto *Uma ou duas melancolias? 1917, 1968 e o retorno à questão da organização* (NUNES, 2017), compara as duas esquerdas a duas melancolias, a partir de Walter Benjamin e a melancolia da esquerda (do ideal impossível, paralisante), indicando uma relação simétrica entre elas. O autor propõe considerar as duas esquerdas verdadeiras e compatíveis, de forma a avançar no debate.

da geração de 2013.

Os membros do Coletivo Cultural Noroeste BH que têm ou tiveram mandatos como vereadores, conselheiros, além daqueles com passagem no corpo técnico do poder público, aparecem não como casos isolados, mas como uma tendência de adentramento à política institucional nos anos 1990 e 2000, a partir da ascensão de partidos progressistas em cargos políticos, em especial o Partido dos Trabalhadores (PT). Assim, parte das organizações sociais, antes de oposição ao Estado, passam a integrá-lo, como ativismo institucional, para Abers *apud* Gohn (2019). Esse recorte é fundamental para compreender as organizações sociais atuais na FECOPE e em alguma medida em demais escalas, na medida em que reside ali o interstício das gerações propostas por Rodrigo Nunes.

Sobre esse período, Raquel Rolnik (2012) faz um balanço dos primeiros 10 anos de Estatuto da Cidade, contrapondo o reconhecimento inegável de conquistas sociais com a institucionalização da luta (com novos instrumentos e práticas de planejamento urbano) à aproximação de uma agenda neoliberal (representada com mais evidência pelas "cidades da Copa do Mundo"⁶⁰). Nesse sentido, apresenta a contraposição entre, por um lado, a instituição da função social, o fortalecimento da base pela Reforma Urbana e a ampliação da cidadania, e, por outro, a ascensão do neoliberalismo, a cooptação do discurso de autonomia e o empreendedorismo urbano. O caminho para tentar compreender tal contradição passa, como sugere Gohn (2019), pela relevância que o termo cidadania ganha nesse contexto, sobressaindo-se ao de autonomia. A institucionalização da luta provoca, assim, uma mudança no léxico das organizações sociais, bem como em seus objetivos. Pensa-se em participação social como modelo de gestão pública, isto é, circunscrita ao Estado, sem considerar a possibilidade de questionar as estruturas.

Isso provocaria, segundo Pedro Arantes (2013), não a Reforma Urbana, discutida no pré-constituição, mas uma Anti-Reforma Urbana no pós-constituição, uma vez que o não enfrentamento de questões estruturantes abre espaço para a mercantilização

⁶⁰ A implantação de projetos vinculados à realização da Copa do Mundo de 2014, sediada no Brasil, foi acompanhada por alterações legais, investimentos públicos e políticas privatizantes que caracterizaram as chamadas "cidades da Copa do Mundo", requalificadas para receber o megaevento.

das cidades e alianças entre poder público e mercado imobiliário/ financeiro.

O termo posto em oposição aparece exatamente pela reversão entre sua meta e resultado, tendo em vista que a forma como a agenda de luta foi construída para a garantia de direitos básicos paradoxalmente permitiu seu atrofiamento. Em outras palavras, a luta pela ascensão de classe ao invés da luta contra o capitalismo não passa por uma política de enfrentamento da lógica corporativa e patrimonialista de gestão das cidades, provocando efeitos colaterais. Tais contradições – e não simples oposições – fazem parte da luta institucional, dando a tônica das manifestações de 2013.

Assim, compreendendo que "embora nos pegue de surpresa, o evento não vem do nada" (NUNES, 2013), o ciclo de lutas dos anos 2010 que ocorreu em diversas partes do mundo – Primavera Árabe no final de 2010, Occupy Wall Street nos Estados Unidos e 15M/ Movimento de los Indignados na Espanha em 2011, dentre outros –, no qual as Jornadas de Junho de 2013 estão inseridas, é analisado justamente como fruto dessa lógica que culminou na crise financeira de 2008, simbolizada pela quebra do banco americano Lehman Brothers.

Tais manifestações surgem, segundo Observatorio Metropolitano de Madrid (2014), como urgência em se pensar outros modos de gestão e propostas políticas que não confiem na regeneração interna do regime⁶¹. A constatação faz referência à própria "solução" encontrada para a crise, como reforço da lógica neoliberal financeirizada que marca o século XXI, nas políticas e na vida cotidiana (vide bolha imobiliária antecessora do colapso). Para o Observatorio, a insistência nos elementos que levaram à crise, como a proteção dos interesses econômicos e a responsabilização nas finanças públicas e nos cidadãos comuns, provoca uma crise não apenas econômica, mas também social, política e institucional.

Trataremos aqui não dos densos detalhes da crise de 2008, mas de como essa lógica – ou "razão neoliberal" para Pierre Dardot e Christian Laval *apud* Thiago

⁶¹ O Observatorio Metropolitano de Madrid trata do ciclo de lutas ancorado à perspectiva espanhola, principalmente de Madri, no debate sobre municipalismo e lutas sociais, por sua cultura associativa histórica desde os movimentos de vizinhos ao 15M/ Movimento de los Indignados, com todas suas especificidades como experiência democrática.

Canettieri (2021), marcada pela disseminação de práticas baseadas no mercado como racionalidade dominante e pela empresa como modelo fundamental de governança – está intimamente ligada às gestões municipais *entre gerações* de Belo Horizonte, "primeira cidade no Brasil a adotar esse tipo de modelo de gestão urbana" (CANETTIERI, 2021, p.20).

O empresariamento da política urbana encontra as disputas pela FECOPE e pelos demais mercados municipais na medida em que, como pontuou o conselheiro do COMUC Lucas Brandão⁶², o projeto de concessão e requalificação está sendo implementado na gestão de Alexandre Kalil/ Fuad Noman, mas já vem sendo construído desde outros governos, assim como "toda essa lógica de privatizações".

Em uma abordagem jurídica, é o mesmo que a PBH Ativos S.A (2022) indica sobre concessão e Parceria Público-Privada (PPP), em uma lista de leis e decretos relacionados ao tema, brevemente apresentada aqui a fim de se compreender em que momento e gestão se iniciaram e se intensificaram as políticas que transferem a gestão de equipamentos públicos para a iniciativa privada.

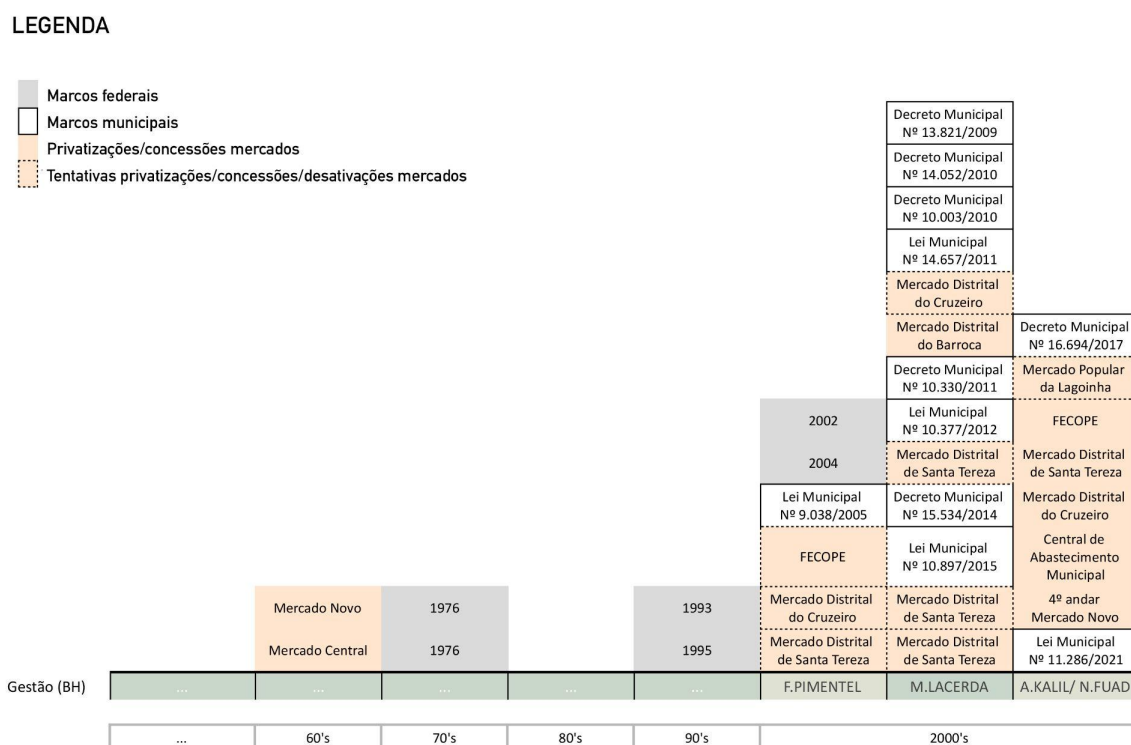
Seguindo a lógica federal de terceirização de políticas públicas, no âmbito municipal foi publicada em 2005 a Lei Municipal Nº 9.038 sobre o Programa de PPPs de Belo Horizonte, durante a gestão de Fernando Pimentel. Esses marcos se intensificam na gestão de Marcio Lacerda, iniciando pelo Decreto Municipal Nº 13.821 de 2009 que regulamenta leis federais de concessão e, dentre outras atribuições, dispõe sobre projetos de PPPs e outras formas de exploração de serviços e bens públicos por particulares. Em 2010, o Decreto Municipal Nº 14.052 institui o Processo de Manifestação de Interesse. No mesmo ano, a Lei Municipal Nº 10.003 autoriza a criação de uma sociedade anônima vinculada à PBH para gerenciar os ativos municipais, auxiliar o município em projetos de concessão e de Parceria-Público-Privada – em outras palavras, autoriza a criação da PBH Ativos S.A., implementada no ano seguinte, com atribuições definidas pelo Decreto Municipal Nº 15.534 de 2014. Em 2011, o Decreto Municipal Nº 14.657 institui a Manifestação de Interesse da Iniciativa Privada e é seguido de legislação que abre

⁶² Conversa por telefone com o conselheiro do COMUC, Lucas Brandão, no dia 13/04/2021.

caminho para as PPPs acessarem serviços de saúde, educação e iluminação, pelas Leis Municipais Nº 10.330 de 2011, Nº 10.377 de 2012 e Nº 10.897 de 2015, respectivamente. A PBH Ativos S.A. ainda indica marcos mais recentes, já na gestão de Alexandre Kalil, o Decreto Municipal Nº 16.694 de 2017, que dispõe sobre o Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas, e a Lei Municipal Nº 11.286, de 2021, que autoriza o Poder Executivo a conceder serviços de limpeza urbana.

Esse fomento às políticas de privatização é sentido nos mercados municipais no mesmo passo: se inicia no governo de Fernando Pimentel (2001-2008), se desenvolve em maior medida no de Marcio Lacerda (2009-2016) e com maior êxito com Alexandre Kalil/ Fuad Noman (a partir de 2017). O esquema abaixo ilustra essas medidas ao longo das gestões (FIGURA 18).

Figura 18 – Privatizações e mercados municipais



Fonte: Elaborada pela autora, 2022.

Importante reforçar o que foi dito pelo conselheiro Lucas Brandão sobre a atual concessão dos mercados ser uma construção de longa data. Se Kalil se auto-denominou o rei das PPPs, foi Lacerda a principal peça para a concretização

de seu projeto, por ser responsável pela maior parte do arcabouço legal que sustenta esse tipo de concessão, além de influência em demais governos – segundo Canettieri (2021), o modelo de gestão de Lacerda, principalmente a partir da criação da PBH Ativos S.A., expandiu-se até alcançar outros 16 municípios no Brasil.

Sobre esse aspecto, Morado et al (2018) discorrem sobre a presença cada vez maior do setor privado no planejamento, na formulação e na execução de políticas urbanas, resguardado por marcos regulatórios que aumentam suas garantias e seu controle sobre as definições da cidade. Não apenas os ativos públicos são privatizados, como as competências de gestão e as próprias escolhas, em detrimento de processos públicos e democráticos.

Além disso, os autores apontam que a maior confiança na participação do setor privado nos projetos urbanos decorre da difusão da lógica neoliberal na insatisfação das pessoas com relação à gestão estatal, considerada corrupta e ineficaz. Do outro lado, à iniciativa privada é atribuído o pacote da transparência e da eficácia, o que abre caminho para que Parcerias-Público-Privadas sejam associadas a uma gestão de serviços melhor e mais avançada.

Esse imaginário esteve presente em audiência pública⁶³ na Câmara Municipal, em 2019, para tratar da atual concessão, tendo representantes dos mercados e da SMASAC como convidados. O vereador responsável pela convocação, Pedro Patrus, abriu a sessão questionando as políticas que cedem a gestão de bens públicos à iniciativa privada, citando junto às tentativas de concessão dos mercados, o caso recente dos cemitérios e dos parques da cidade. Rebatendo o que o vereador dizia sobre a capacidade de gestão do poder público, referindo-se sobretudo ao caso dos mercados, Wayne Vasconcelos, presidente da Associação dos Comerciantes do Mercado Distrital do Cruzeiro (ACOMEC) e chefe de gabinete do vereador à época Catatau do Povo, apontou que "seria o ideal, mas a gente vê que não tem condição". Ao mesmo tempo que lembrava que "tivemos momentos piores, com o Márcio Lacerda, foi uma rasteira que passou na gente", conclui que "a

⁶³ Audiência Pública em 29/07/2019, organizada pelo vereador Pedro Patrus, na 14ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor na Câmara Municipal de Belo Horizonte.

gente vê por tudo que o país está passando, que é inevitável passar pro privado (...) não tem como voltar atrás".

Isto é, a gestão de Lacerda, conhecida por justamente fomentar as PPPs, ao invés de ser vista como a ilustração dos perigos das privatizações, é apontada como má gestão pública. Como coloca Coraggio (2018), a perspectiva neoliberal, não se limitando à economia, mas penetrando em vários campos do cotidiano, é naturalizada como universal e insubstituível, vista como único caminho possível – se a economia entra em crise ou é ineficiente, será porque não foi liberal o suficiente. Por diferentes fontes, a privatização é associada ao avanço, à solução, e o Estado ao retrocesso, ao problema, internalizando-se em diversas esferas da vida.

Tais construções subsidiam o atual imaginário das privatizações como salvadoras de espaços públicos, observado em notícias dos mercados municipais nos principais veículos de comunicação a partir de 2017. O termo "recuperação", às vezes misturado com "renovação", "revitalização", ou ainda "requalificação", é acompanhado de fotos dos mercados vazios (na grande maioria referentes ao Mercado Distrital de Santa Tereza, o único que está de fato inteiramente desocupado). As publicações se referem a eles como "abandonados", "ociosos", "há décadas no ostracismo", "sucateados", "às moscas" e "subaproveitados".

Ao mesmo tempo que algumas reportagens reforçam a necessidade do projeto, entrevistas com alguns feirantes em outras reportagens apontam que, apesar de a reforma dos mercados ser aguardada há anos, a privatização causa receio de aumento dos preços e consequente saída daqueles que não puderem arcar com os novos custos.

A partir dos valores do edital, o permissionário da FECOPE Tony Carlos Braga disse em entrevista ao jornal O Tempo (PENAFORTE, 2020): "A administradora vai ter que pagar mais de R\$ 300 mil [mensais] para a prefeitura, mas acho que todo mundo lá junto não consegue arrecadar nem R\$ 40 mil. Tenho medo que eles aumentem o preço do nosso aluguel e a gente tenha que sair". Como apontou o conselheiro do

COMUSAN Leonardo Koury⁶⁴, ainda que no edital preveja que os custos da reforma fiquem a cargo do poder público e da concessionária, além da garantia de cinco anos de manutenção das atividades dos permissionários atuais, "vai ter um aumento do valor na forma condominial, porque ninguém coloca milhões sem receber muito mais". Mesmo que estejam previstos itens específicos como despesa do condomínio (limpeza, vigilância, jardinagem, zeladoria, software), alguns gastos podem aparecer dentro disso, "a estética vai cobrar também, certas placas de avisos, essas coisas que surgem forçam vocês a se adequarem aos novos custos". De maneira complementar, em entrevista ao jornal Hoje em Dia (MAGALHÃES, 2018), Mariano Cândido, dono de uma loja de temperos e outros produtos na FECOPE e hoje representante dos permissionários no Comitê de Relações Comunitárias (a ser tratado mais adiante), disse que a feira está com poucos lojistas, abandonada, mas teme que com a concessão os permissionários sejam prejudicados – "sempre que falam nisso, ficamos com o pé atrás", afirmou.

Além da preocupação dos permissionários de maneira geral, chama a atenção a fala de Mariano que indica ser corrente o desejo de fechar ou privatizar os mercados municipais. Como mencionado em seção anterior, Fernando Pimentel propôs em 2006 a desativação da FECOPE para abrigar a Regional Noroeste. Entretanto, mesmo antes do arcabouço legal apresentado, o Mercado Distrital do Barroca foi desafetado e sua venda foi autorizada ao final da gestão de Célio de Castro, pela Lei Municipal Nº 8.195 de 2001, com processo de licitação no mesmo ano – o leilão ocorreu apenas em 2011, na gestão de Marcio Lacerda, sendo adquirido e transformado pelo Hospital Mater Dei, segundo jornal O Tempo (MACHADO, 2010). Durante esse processo, em reunião na Câmara Municipal, alguns vereadores se colocaram contrários, preocupados com a proposta se tornar precedente para a privatização dos demais mercados (PBH, 2001). Em 2006,

a prefeitura começou um processo de proposição para reutilização dos mercados distritais pautando, inicialmente, a requalificação dos usos para o Mercado do Cruzeiro e de Santa Tereza. (...) No Mercado do Cruzeiro a proposta foi o encaminhamento da gestão para um concessionário privado e

⁶⁴ Reunião do grupo Articulação dos Mercados, que contou com a presença grupos ligados à FECOPE e ao Mercado Distrital de Santa Tereza, além de conselheiros do COMUSAN, no dia 06/07/2021.

no Mercado de Santa Tereza foi a mudança de uso para acomodar a nova sede da Guarda Municipal (PBH, 2016, p.11).

No caso do Cruzeiro, segundo o Jornal O Tempo (SOCIAL, 2007), "os lojistas receberam da prefeitura uma notificação para desocuparem o espaço, mas conseguiram adiar a decisão através de uma liminar na Justiça". O jornal trata ainda de manifestações promovidas pela comunidade do bairro, a exemplo da ACOMEC, a qual defende melhorias no espaço, mas mantendo os lojistas no local – apoiando, inclusive, a requalificação atual.

De maneira similar, em Santa Tereza, a decisão da desativação do mercado também foi revogada por pressão popular, protagonizada pela Associação Comunitária do Bairro Santa Tereza (ACBST) e pela Associação de Permissionários e Amigos do Mercado, como aponta o Jornal O Tempo (PAIXÃO, 2007, 2007b). O presidente da ACBST e assessor do mandato da Neusinha na época, Yé Borges, mobilizou a população para um plebiscito sobre o destino do mercado, o qual demonstrou a vontade da população por sua requalificação e não pela implementação de quartel da Guarda Municipal.

Em ambos os casos, observa-se que as decisões do poder público para os mercados aparecem, a partir das categorias de análise de Marcelo Lopes de Souza, como coerção, uma vez que a população é notificada sobre uma decisão da qual não participa – não havendo nem mesmo rituais participativos, os indicadores de consistência tornam-se nulos nesse caso. Como oposição, destacam-se as mobilizações das associações, tanto de moradores como de comerciantes, as quais se inserem na esfera da luta institucional (liminar, plebiscito), junto a manifestações na rua, faixas e carros de som. Tais mobilizações surtiram efeito para barrar as propostas, mas aponta-se também que não geraram novos projetos para os espaços – no caso de Santa Tereza, o mercado foi fechado no ano seguinte, como permanece até hoje. Outras propostas de desativação ou privatização surgiram para os mercados municipais, o que como veremos implicará em novas mobilizações. Mais do que isso, podemos ressaltar que se trata de um novo tipo de mobilização.

4.2. Sujeitos e territórios em rede

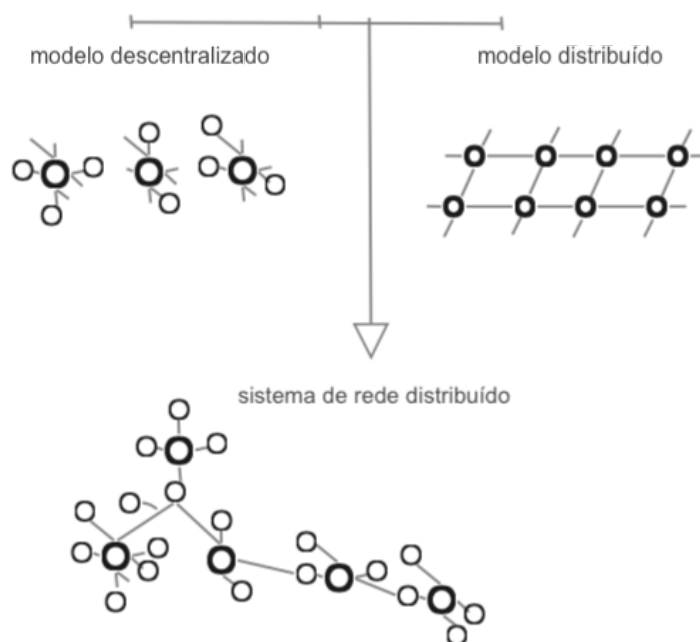
Para Rodrigo Nunes (2013), o *evento* vem de uma transformação dos corpos, das sensibilidades, das palavras, dos desejos e de sinais que anunciavam sua possível chegada. Isso significa para o nosso universo da pesquisa que as movimentações de 2013 não se criaram do nada, e que as movimentações em torno dos mercados representam mais que apenas os mercados. Na escala macro, precederam as grandes manifestações de 2013 protestos contra o projeto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, o Código Florestal, a Copa do Mundo, assim como precederam as Assembleias Populares Horizontais e seus Grupos de Trabalho o Movimento Passe Livre, o Movimento Anti-Copa, entre outros.

Nos termos de Nunes (2014b), a grande rede que se conformou em 2013, virtual e fisicamente, partiu de núcleos (retomando o conceito de *nucleação* do autor), o que pressupõe mobilizações mais fortes e ativas que outras (retomando o conceito de *diferenciação interna*). Reforça que as organizações sociais da contemporaneidade devem ser analisadas a partir das redes, as quais são desiguais⁶⁵ e estão sobrepostas entre si, compreendendo um *sistema-rede*. Cada rede possui seus próprios nós, laços, limites temporais e espaciais, em intensa transformação, impossibilitando sua representação definitiva. O autor sugere que a definição do que faz parte da rede parta de eventos transformadores de relações sociais.

Toda essa complexidade implica em não associar a rede à horizontalidade e à dispersão totais. A partir dos estudos de modelos de redes de Paul Baran por Nunes (2014b), compreendemos as redes sociais como uma conformação entre o modelo descentralizado, em que cada conjunto de elementos é presidido por um elemento central (ou em que cada *cluster* é presidido por um *hub*), e o modelo distribuído, em que há uma malha homogênea. Daí o que o autor denomina como *sistema de rede distribuído*, considerando sua nucleação, diferenciação interna e dinamicidade contínua (FIGURA 19).

⁶⁵ Segundo Rodrigo Nunes (2014b), as redes são desiguais inclusive por uma necessidade matemática; o entendimento de horizontalidade por homogeneidade de grau de nó (número de laços por nó) não é compatível com as propriedades da rede.

Figura 19 – Modelos de redes



Fonte: Elaborada pela autora, 2022.

As movimentações sociais estariam contidas em um sistema de rede: as Jornadas de Junho de 2013 estão inseridas em uma rede ampla do ciclo de lutas dos anos 2010 no mundo, por exemplo. Para o autor, a análise de uma movimentação deveria partir do sistema, e não dela em si, uma vez que segundo ele isso limitaria a análise a ir além do que já se sabe, a linguagem para tratar de outros fenômenos e a avaliação da própria conjuntura. Nesse ponto divergimos, compreendendo que justamente a análise com uma escala pré-definida apaga a *diferença*, abordada a partir das reflexões quanto aos modos de narrar por teóricos apresentados anteriormente. Aqui compreendemos que é justamente na possibilidade da diferença que o universo e a linguagem se expandem – o que não significa que as análises devam necessariamente partir do micro, mas no sentido que também não devem partir necessariamente do macro, como colocariam Lepetit e Revel.

O fluxo que propomos aqui é, ainda a partir dos teóricos franceses da nova história urbana, trabalhar as diferentes escalas na medida da necessidade, como já dito, compreender a particularidade das movimentações na FECOPE ao longo dos anos junto às conexões com movimentações que a ultrapassam, aproximando-se e

distanciando-se do objeto. Na prática, isso significa observar a atuação do Coletivo Cultural Noroeste BH na atualidade e não identificá-lo como um claro exemplo de mobilização fruto de 2013⁶⁶ – como apontamos há mais da geração da redemocratização que da geração de 2013 em seu modo de agir (a exemplo das estratégias institucionais) –, lembrando que os eventos políticos significam coisas diferentes para as pessoas, tendo inclusive uma disputa pelo imaginário do que eles representam. No entanto, é também considerar que algo sempre respinga de uma escala a outra, que as pessoas se movem por afetos e que mesmo se a organização não tiver plena consciência, há influências de outra ordem em seus gestos, escolhas e tipos associativos (a exemplo da conformação como coletivo).

Entendemos, assim, que a movimentação está inserida no sistema de rede, mas não por completo (FIGURA 20). É portanto uma questão de grau, como a todo momento nos lembra Nunes, apostando também na diferença e não em dualismos que mascaram contradições. *Quanto* uma organização é afetada por outras forças?

Figura 20 – Sistema de rede e movimentação



Fonte: Elaborada pela autora, 2022.

Para buscar entender essa pergunta, é preciso voltar alguns passos na própria ideia de organização. Apesar da complexidade do conceito e de seus desdobramentos, a organização pode ser brevemente definida, para Nunes (2021), como a reunião e concentração da capacidade coletiva de agir em determinados pontos. Tal atuação

⁶⁶ Não aparece nas atuais movimentações da FECOPE e dos demais mercados conceitos de Rodrigo Nunes como *liderança distribuída* e *função de vanguarda*, as quais supõem um maior nível de horizontalidade e fluidez das relações.

se diferenciaria entre ação agregada e ação coletiva⁶⁷, gerando ainda uma outra, segundo o autor, como entrelaçamento das duas anteriores, denominada ação distribuída. A primeira, agregada, partiria da acumulação de múltiplas ações individuais descoordenadas, enquanto que a segunda, coletiva, participaria da percepção das pessoas como participantes de uma identidade comum mais ampla, se envolvendo intencionalmente. Diante das organizações da contemporaneidade, Rodrigo Nunes propõe que pensemos nos diferentes graus da terceira, distribuída, como espaço comum no qual as demais ações se combinam, tendendo mais para um lado que para outro.

No caso da FECOPE, temos uma mobilização com características mais voltadas à ação coletiva, em que um grupo se reúne para se mobilizar, tomando forma de coletivo, com identidade própria. Ao mesmo tempo, como relatado por Thaís⁶⁸, tratam-se também de ações que as pessoas já faziam, reforçando o histórico de luta de seus integrantes, ligados a demais mobilizações na cidade. Seja em protestos políticos, ou na organização de blocos de carnaval, muitos se conectam a partir dessas movimentações, isto é, muitos se mobilizam para depois se agrupar, voltando-se mais para a ação agregada nesse sentido.

O que todas essas atuações têm em comum é uma mobilização que parte de uma "sincronização afetiva", para usar os termos de Nunes (2014), espalhando e replicando palavras, imagens, narrativas, ações e afetos. Ainda segundo Thaís, no centro cultural, no carnaval, no dia-a-dia, "o foco é o convívio, ter a cultura como convívio, como democracia (...) A cultura se mistura com a vida cotidiana". Há estratégia, evidentemente, mas há também conexões que extrapolam as vias formais – a exemplo da conexão entre membros do Coletivo Cultural Noroeste BH a partir de bloco que tem a FECOPE como base, ou do encontro entre organizadores de diferentes blocos nos bairros adjacentes, ou ainda o contato de moradores com alguns conselheiros, vereadores e associações de bairro a partir do carnaval. Assim,

⁶⁷ Os conceitos de ação agregada e ação coletiva de Rodrigo Nunes (2021) têm como referência os conceitos de revolução molecular e revolução molar, de Gilles Deleuze e Félix Guattari.

⁶⁸ Relato de Thais Novaes, vizinha e usuária da FECOPE e atuante no Coletivo Cultural Noroeste BH, cedido à autora em 25/05/2021.

tanto a organização parte dessas manifestações culturais como as manifestações culturais partem da organização, tendo em comum o próprio cotidiano.

Na organização do Seminário Plano Diretor e Movimentos de Luta por Novos Horizontes⁶⁹, em reunião para a definição do formato das oficinas propostas, uma liderança de movimento por moradia compartilhou o histórico das ocupações em Belo Horizonte. A concentração de ocupações em meados de 2013 sugere uma relação entre essa movimentação e as Jornadas de Junho. Na mesma direção, no próprio seminário, quando a representante do MNLM relatava sobre a luta para a realização da 4ª Conferência de Política Urbana na gestão de Marcio Lacerda, o qual se recusava a realizá-la, outros presentes complementaram que a mobilização que já vinha de antes se fortaleceu em 2013. Ou seja, tanto a mobilização da ação direta (das ocupações), como a institucional (das conferências e instrumentos participativos), se afetaram em alguma medida com as Jornadas de Junho, mesmo que não de forma direta. Além da habitação, outros exemplos na cidade são o Espaço Comum Luiz Estrela no campo da cultura⁷⁰, o Tarifa Zero na mobilidade⁷¹, a Casa de Referência da Mulher Tina Martins⁷², as ocupações estudantis, dentre outras experiências que diversificam as pautas e reivindicam outra produção do espaço, como desdobramentos das mobilizações de 2013.

2013 não significa uma cartilha de estratégias e táticas de um urbanismo por vir ou ainda um conjunto de regras para novas práticas de planejamento urbano, mas a afirmação do que é específico, singular e contingente como prática positiva de produção espacial mais efetiva em que o poder público deixa de ser o ator político central pois ele mesmo nunca é sócio espacialmente presente no cotidiano de moradores (CANUTO, 2019, p.204).

⁶⁹ O Seminário Plano Diretor e Movimentos de Luta por Novos Horizontes ocorreu entre os dias 28/04/2022 a 30/04/2022.

⁷⁰ O Espaço Comum Luiz Estrela é um centro cultural autogestionado criado em 2013 a partir da ocupação de um casarão abandonado por um grupo de artistas, ativistas, pesquisadores, produtores e educadores frente à carência de espaços acessíveis para produção artística. Mais informações podem ser acessadas em: <<https://espacocomumluizestrela.org/>>.

⁷¹ O Tarifa Zero é uma organização autogestionada que visa a gestão democrática da cidade com transporte justo, de qualidade e gratuito. Mais informações podem ser acessadas em: <<https://tarifazerobh.org/>>.

⁷² A Casa de Referência da Mulher Tina Martins é um coletivo autogestionado que reivindica a efetivação dos serviços de atendimento a mulheres em situação de violência. Mais informações podem ser acessadas em: <<https://tina-martins.bonde.org/>>.

Justamente pelo evento não vir como um manual sua apreensão nem sempre é simples, aumentando o desafio ao se tratar do presente, em que há uma proximidade do observador e de sua imagem. Os exemplos apresentados acima como produtores de espacialidade junto às manifestações em si perpassam a minha própria formação, e ganham esse agrupamento e esse ancoramento a 2013 apenas anos depois, possibilitando que as perguntas atuais dêem nome às perguntas anteriores (é preciso se distanciar para enxergar com mais nitidez).

Dar esse passo atrás possibilita encontrar pontos de contato entre mobilizações. No âmbito dos mercados municipais, nota-se uma diferença na atuação dos anos 2000 para os anos 2010 em relação aos projetos para esses espaços. Se na primeira, como abordado anteriormente, o foco estava nas associações de moradores e de comerciantes com protestos para barrar propostas do governo, na segunda aparece com mais força o entrelaçamento de uma rede que envolve atores diversos e propostas espaciais elaboradas por essa rede. Em outras palavras, desloca-se a produção do espaço do poder público para outros atores, o que pode ser positivo, apontando para um novo modo de construir a cidade, de forma mais inclusiva e diversa, ou negativo, como simples transferência para a iniciativa privada.

A década de 2010 em Belo Horizonte está associada à gestão Lacerda, que não apenas construiu uma base legal para as privatizações na cidade, como apresentado, como buscou privatizar, desativar ou restringir o acesso a diversos mercados municipais e demais espaços públicos. O teor excludente de sua gestão aparece logo no primeiro ano de mandato, a partir do Decreto Nº 13.798, de 2009, o qual "proíbe realização de eventos de qualquer natureza na Praça da Estação, nesta capital". Em resposta, surge a Praia da Estação, mobilização a favor do uso livre da praça, em que os participantes transformam o espaço da Praça da Estação em praia, reivindicando sua ocupação pela população. Junto às marchas que foram organizadas, a mobilização torna-se movimento, o Movimento Fora Lacerda, cuja página no Facebook data de 2011 (MOVIMENTO..., 2022), com mobilizações para além do decreto, que tratam desde Parcerias-Público-Privadas a despejos de ocupações urbanas.

Se o governo Lacerda marca um alinhamento mais assumido ao capital, as mobilizações que o acompanham marcam um novo modo de lidar com os espaços públicos, o que é sentido também nos mercados municipais. Desde quando Simone Rocha era gestora do CCPE, a partir de 2013, ela percebe a vontade do prefeito de privatizar os mercados, dizendo que por sorte ela estava na feira para exigir os direitos previstos. Convém dizer que os mercados de uma maneira geral, incluindo a Feira Coberta do Padre Eustáquio, estão em disputa há anos, mas tais disputas são mais intensas em áreas mais nobres da cidade, destacando-se os Mercados Distritais do Cruzeiro e de Santa Tereza.

Em 2010, Marcio Lacerda lançou o PMI Nº 05/2010 para a construção de "centro de entretenimento, lazer, turismo, comércio, gêneros alimentícios, gastronomia e atividades afins" no local do Mercado Distrital do Cruzeiro. A demolição do mercado e possível implementação de centro comercial junto a hotel de luxo (atrelado aos anseios da Copa do Mundo) gerou tanta repercussão, dentre manifestações e abaixo-assinado organizados pela Associação dos Comerciantes do Mercado Distrital do Cruzeiro e pela Associação de Cidadãos do Bairro Cruzeiro (AMOREIRO), que em 2011 houve a suspensão da proposta.

Interessante notar que diferentemente das mobilizações da década anterior, esta se desdobra em uma nova rede, junto ao Instituto de Arquitetos do Brasil de Minas Gerais (IAB-MG) e ao Sindicato dos Arquitetos de Minas Gerais (SINARQ-MG). Além do pedido de tombamento do mercado, a fim de preservá-lo e protegê-lo de intervenções que o descaracterizem, o IAB em parceria com demais entidades lançou um concurso para proposta alternativa de projeto, a Premiação Viva o Mercado! (VIDIGAL, 2011). Observa-se que não só a rede se expande e se diversifica, extrapolando os limites das associações, como passa a pleitear a definição sobre o espaço. Contudo, apesar do intuito e de terem sido elaborados projetos com centenas de votos, o atual processo de concessão dos mercados atravessa essas negociações.

Em consulta pública da concessão (PBH, 2020c), os responsáveis pela Premiação Viva o Mercado! solicitaram maiores esclarecimentos sobre "o novo e estranho

projeto que se apresenta como proposta para requalificação". O espanto se deve ao não cumprimento das premissas comunitárias colocadas no concurso sem a devida consulta popular. Ao solicitar a interrupção do processo e o restabelecimento de parâmetros democráticos, a articulação toma forma de movimento, referindo sobre si como "Movimento Viva o Mercado".

De maneira similar, em 2013 Lacerda destinou o Mercado Distrital de Santa Tereza à Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, para a criação de uma escola automotiva profissionalizante, segundo Brígida Alvim, representante do Movimento Salve Santa Tereza, em reunião da Articulação dos Mercados⁷³. Assim como no caso do Cruzeiro, em Santa Tereza foi criado o Mercado Vivo + Verde (denominado ora por movimento, ora por rede, ora por coletivo), unindo movimentos, associações, diferentes grupos (ligados à agricultura, à arte e à economia solidária), universidade, e demais interessados em defesa do mercado. Ainda que alguns membros sejam os mesmos das mobilizações contra a implementação da Guarda Municipal no local, é marcante a diferença dos arranjos sociais, tanto no que diz respeito a sua composição, cada vez mais diversa, como a estratégias, cada vez mais propositivas, tal qual no Cruzeiro e na FECOPE.

Outra semelhança de estratégia aparece na tentativa seguinte de transferência do mercado, dessa vez para a Casa da África no Brasil, em 2015, em que o movimento também fez pedido de tombamento para diminuir o interesse de empresas privadas. A estratégia ressoa, no espaço e no tempo, no atual caso de concessão, onde a ideia do tombamento circulou em reuniões do coletivo quanto à FECOPE e quanto ao Mercado Popular da Lagoinha. Ressalta-se que na emenda que retirou esse último do atual processo, são pontuados inúmeros motivos para sua proteção, dentre eles o aspecto patrimonial por fazer parte do Conjunto Urbano Bairro Lagoinha, Bonfim e Carlos Prates. Contudo, esse aspecto isolado não tem força para impedir uma privatização – vide Mercado Central (hoje privado), Conjunto da Praça da Liberdade (ocupado por bancos e mineradoras), bem como o próprio caso do Mercado Distrital de Santa Tereza, transferido para a FMC em 2016 com o

⁷³ Reunião do grupo Articulação dos Mercados, que contou com a presença grupos ligados à FECOPE e ao Mercado Distrital de Santa Tereza, além de conselheiros do COMUSAN, no dia 06/07/2021.

tombamento, a qual propôs a construção de um teatro shakespeariano no espaço do mercado em parceria com grandes empresas, denominado por Brígida como "privatização cultural".

A proposta mais uma vez foi barrada pelo movimento, desencadeando reflexões em direção à elaboração compartilhada de uma proposta alternativa. Perceberam que "não bastaria lutar contra", era preciso lutar "por" um projeto, iniciando-se, na mesma linha do Cruzeiro, uma contraproposta para o mercado de Santa Tereza (com feiras no local e projeto para a reabertura do mercado). Novamente, o mesmo perpassa o coletivo, tanto em relação à FECOPE, na elaboração de diretrizes próprias para o novo CCPE, quanto em relação à luta pelo Aeroporto Carlos Prates, em que junto às demandas de não privatização e desativação, discutiu-se a necessidade de definir que projeto se defenderia "para que não definam por nós". Para Rodrigo Cesário, conselheiro do COMUC e membro do coletivo, "quando a comunidade mostra um projeto, o poder público leva mais a sério"⁷⁴.

Apesar do movimento propositivo em torno dos mercados distritais na gestão de Marcio Lacerda, considerando os graus de participação propostos por Marcelo Lopes de Souza quanto à abertura do governo, as tentativas de intervenções na FECOPE e nos demais mercados municipais da cidade no governo Lacerda podem ser avaliadas como o nível mais extremo de heteronomia, a coerção, em que "nem sequer as aparências são salvas" (SOUZA, M., 2006, p.415). Para garantir objetivos de planejamento e gestão urbanos e/ou interesses econômicos para a iniciativa privada, o poder público anuncia medidas que visam acabar com os mercados, buscando transformar seu uso ou mesmo sua gestão.

O atual processo de concessão dos mercados, implementado apenas na gestão de Alexandre Kalil/ Fuad Noman se deve não somente por uma base legal e por um precedente aberto com Marcio Lacerda, como fundamentalmente por uma mudança de estratégia por parte do poder público – a qual acompanha uma diversidade de estratégias por parte da população.

⁷⁴ Reunião do Coletivo Cultural Noroeste BH, no dia 18/06/2021.

4.3. Convergências e divergências estratégicas

4.3.1. Participação como estratégia

Se, segundo Brígida Alvim⁷⁵, Lacerda "nunca ouvia ninguém", em 2017 "o Kalil ouviu". Kalil discutiu com a população uma proposta para o Mercado Distrital de Santa Tereza, mas com a condição de apresentarem projeto arquitetônico, orçamento e plano de viabilidade econômica sem onerar o executivo. Assim, ao mesmo tempo que o poder público abre caminho para uma participação social mais autônoma, transferindo o poder de decisão sobre o espaço para a sociedade civil, afirma que "o custo da prefeitura vai ser zero", como colocou o atual prefeito de Belo Horizonte, Fuad Noman, ex-secretário da Fazenda na época, em entrevista ao jornal Hoje em Dia (MAGALHÃES, 2018). Ressalta-se que para o Coletivo Cultural Noroeste BH, o discurso da falta de dinheiro público parte de uma escolha de direcionamento de recursos, portanto de prioridade, não de escassez.

Vale dizer ainda que a delegação de poder, para usar os termos de Marcelo Lopes de Souza, aparece como simulação, uma vez que no mesmo ano, a prefeitura, atravessando essas negociações, como também a Premiação Viva o Mercado! no Cruzeiro, publicou o Decreto Municipal Nº 16.726. Tal publicação é responsável por instituir um Grupo de Trabalho com membros de diferentes secretarias da PBH⁷⁶ com o objetivo de "propiciar a recuperação dos mercados municipais" (PBH Ativos S.A, 2022).

Trata-se de uma simulação de delegação de poder por teoricamente transferir o poder decisório sobre o mercado para a sociedade, assemelhando-se mais à simples consulta ou até mesmo à manipulação. No lugar de participação, o "participacionismo", ilustrado por inúmeros instrumentos participativos que acabam por contradizer a autonomia, de acordo com Kapp e Baltazar (2012). Pode, assim, ser considerado como delegação de poder, pelo fato de a população ter a função de

⁷⁵ Reunião do grupo Articulação dos Mercados, que contou com a presença grupos ligados à FECOPE e ao Mercado Distrital de Santa Tereza, além de conselheiros do COMUSAN, no dia 06/07/2021.

⁷⁶ Grupo de Trabalho formado pelas secretarias de Fazenda, Desenvolvimento Econômico, Assuntos Institucionais e Comunicação Social, Planejamento, de Governo, Assistência Social, de Políticas Urbanas e Cultura.

projetar o espaço; consulta, por se tratar de uma possibilidade de diálogo com as pessoas sem garantias; ou ainda como manipulação, pelo fato de as pessoas serem induzidas a aceitar certas medidas e suas condições (isto é, assumir a função do projeto) pela omissão de informações (de que não se trata de fato de uma transferência de atribuições, como demonstravam as negociações firmadas até ali).

Quanto aos indicadores de consistência de Souza, M. (2006), só é possível analisá-los a fundo a partir de um entendimento quanto a sua posição na escala da participação – refere-se a delegação de poder, portanto com atribuições necessárias para certo grau de autonomia e atuação no território? Manipulação, como simples heteronomia? Ou consulta, entre as duas pontas da escala? Compreendendo o processo como delegação de poder (dis)simulada, optou-se por tratá-lo como consulta, em que há alguma abertura para a fala da população, suas opiniões e propostas, mas sem a segurança de uma verdadeira escuta.

Desse modo, ao tratar da profundidade decisória da participação em Santa Tereza e no Cruzeiro como consultiva e não deliberativa, as demandas da população aparecem como sugestões apenas – o que, como veremos, é uma constante na gestão de Alexandre Kalil/ Fuad Noman.

Sobre a extensão da participação, supondo que ela existiu, haveria um grupo representante, o Mercado Vivo + Verde no primeiro caso e a Premiação Viva o Mercado! no segundo, que se constituiu como tal por já envolver movimentos, associações e demais interessados na transformação dos mercados. Importante destacar, contudo, que existem disputas e desentendimentos quanto a essas representações, havendo outras frentes interessadas pelos espaços dos mercados que não entram em consenso com essas mobilizações (em algumas reportagens, há entrevistas com moradores que aprovam as medidas de privatizações e veem os projetos alternativos como impeditivos). Ainda quanto aos indicadores, sem regularidade dos encontros entre população e poder público e sem grau de suporte ativo à participação de grupos vulneráveis, fica reduzida a participação.

Tais questões se repetem hoje no processo de concessão. Na reunião organizada

pelo Grupo UAI para a discussão do novo Mercado Distrital de Santa Tereza⁷⁷, o representante do bloco de carnaval Inocentes (o qual é formado por muitos moradores das vilas do bairro) perguntou o que a concessionária tinha para essas vilas, "lembrando que Santa Tereza não é só essa parte da classe média". A pergunta é decorrente da falta de medidas voltadas para a participação de população vulnerável no edital de licitação e no contrato de concessão – não há suporte nem para moradores de vilas e favelas, nem para moradores de rua, ambos presentes em torno de alguns mercados (a exemplo da FECOPE). Ressalta-se ainda que no caso do Mercado Distrital do Cruzeiro, a comunidade do entorno publicou uma carta coletiva para a SMASAC e para a Secretaria Municipal de Cultura (SMC), em junho de 2022, denunciando a intenção da concessionária de criar um novo estacionamento subterrâneo e uma farmácia na rua adjacente, com risco de abalo na estrutura das casas da Vila Pindura Saia⁷⁸.

Na reunião do Grupo UAI em Santa Tereza, Elias Tergilene, representante da concessionária, afirmava, apesar do constante discurso de que o projeto deve envolver aqueles que fazem parte do território e que "mercado não é construção, é mobilização", que "aqui o empreendedorismo é entendido como mola social, não é assistencialismo", eximindo-se da responsabilidade dos impactos de seu empreendimento. Ao mesmo tempo, colocou-se no papel de representar a Fundação Doimo, entidade de assistência social sem fins lucrativos do Grupo UAI, como tentativa de separar sua figura da empresa de fato, "que são as *holdings*, os acionistas".

Buscando passar a imagem de conciliação, com frases como "nem capitalismo, nem socialismo: capitalismo social", apontava que a concessão dos mercados municipais tem que "ser social sem prejudicar o capital". O lado empresarial se revela quanto à seleção dos lojistas dos mercados, a qual aparecia como oportunidade de emprego para os moradores do bairro, mas que se dará pelo "histórico de sucesso" do profissional, segundo Elias, quem vai "escolher a dedo". É o mesmo teor de seus outros discursos na mídia, do empreendedorismo social, presente em demais

⁷⁷ Reunião entre Grupo Uai e comunidade para apresentação do projeto do novo Mercado Distrital de Santa Tereza, no dia 12/04/2022, no Cine Santa Tereza.

⁷⁸ A carta foi compartilhada no grupo de Whatsapp Fórum Plano Diretor, no dia 07/06/2022.

projetos do Grupo UAI, como a Cidade das Compras, em Feira de Santana, na Bahia, a rede UAI Shopping, com unidades em vários estados do país.

Elias, identificado como "ex-camelô" ou "rei dos camelôs" em reportagem da Folha de São Paulo (GOMES, 2012), diz seguir o "modelo povão" em seus shoppings, gosta da "muvuca", vem de "uma das regiões mais pobres do país" e "já vendeu de tudo". Em reportagem do jornal Hoje em Dia (OLIVEIRA, 2015), complementa "gosto mesmo é de fazer negócios com a base da pirâmide, porque falo a língua dos mais pobres". Sobre seu trabalho com a Central Única de Favelas, a Revista Encontro (FÉLIX, 2013) escreveu uma matéria sobre Elias com o título "ele quer ser o rei do morro", dizendo que "se quisesse (...) poderia frequentar as rodas 'de bacanas' (...) Mas é mais fácil encontrá-lo em 'quebradas' como o Morro do Papagaio ou na praça da Rodoviária, em Belo Horizonte". Para ele "a *high society* é chata demais. Só aquele papo de 'filho de rico', falando de Miami, golfe, balada, marcas. Conversar com o povo é muito mais legal. Não tem frescura (...) É onde me sinto em casa". No entanto, apesar de se dizer do povo, em matéria publicada no próprio site da Fundação Doimo (FUNDAÇÃO..., 2015), Elias diz que "é preciso pensar a favela como um grande negócio" e que "investir neste material humano é imensamente lucrativo".

A imagem do pequeno empreendedor que emergiu da informalidade para se tornar um empresário de sucesso continua se difundindo com os novos projetos, agora adaptada à pauta da agricultura familiar, da agroecologia e do circuito alimentar. Se os shoppings são focados no "empreendedor popular urbano", os mercados são focados no "empreendedor rural", como a empresa divulgou em diversas ocasiões. O próprio projeto do Mercado de Origem, de mesmo ano da publicação do PMI dos mercados municipais, apresenta o slogan "sabores, histórias e culturas", anunciando um empreendimento "do produtor direto para o consumidor", "da fazenda à mesa", "venda de produtos típicos". No entanto, ainda que anuncie o preço justo, as reportagens trazem termos que indicam um público específico, como ilhas *gourmet*, espaço *kids* e *pet friendly* – internacionalização presente também em suas referências de mercado, compartilhadas na apresentação em Santa Tereza.

Para a concessão dos mercados municipais, a todas essas pautas do empreendedorismo social é acrescentada a ideia de "fazer junto". Isso significa que desde os primeiros contatos do Grupo UAI com permissionários e usuários dos mercados, o discurso sempre foi o de estarem de igual para igual e a importância do envolvimento de todos. Antes mesmo da abertura da licitação, o grupo, que já participava do PMI Nº 001/2018, de projeto de concessão comum para reforma, qualificação, manutenção e gestão dos mercados municipais, pediu fala na primeira audiência pública sobre o assunto, em julho de 2019⁷⁹ – possivelmente prevendo a desconfiança da população sobre uma empresa especialista em shoppings. Abaixo, trecho da fala do vice-presidente da concessionária, Bernard Martins.

Foi uma PMI construída a muitas mãos. Nossa proposta é valorizar o mercado como mercado, valorizar a origem. Não estou propondo um projeto megalomaniaco, e sim a requalificação, reforma de melhoria do que ali existe. Meu grande medo dentro da PMI é transformar qualquer um dos mercados em um shopping, seria um pecado, em um mercado, lugar de centralidade, de resgate à cultura. A gente tem conversado com todo mundo, na nossa proposta a gente cria dois mecanismos de participação popular um pouco demais né, mas uma participação plural (...) o lojista de mercado é tão raro, ninguém melhor para me falar como gerir um mercado do que quem está lá, os moradores também (...) o mercado é de todo mundo.

Na mesma audiência, a secretária da SMASAC explica que o PMI não é um concurso, é uma etapa anterior à abertura da licitação para que a prefeitura receba todas as propostas, avalie o que há de interessante em cada uma, para então construir o edital – não seria possível legalmente, segundo ela, construir o edital junto com os interessados para que não haja favorecimento de nenhuma parte.

Ainda que o PMI preveja ampla extensão da participação nos termos de Souza, M. (2006), contemplando pessoa física ou jurídica de direito privado, individualmente ou em grupo, associações, organizações do terceiro setor e cooperativas, toda sua estrutura jurídica leva a excluir tais organizações da etapa seguinte que é o processo licitatório de fato. Para o conselheiro do COMUSAN Leonardo⁸⁰, o fato de a

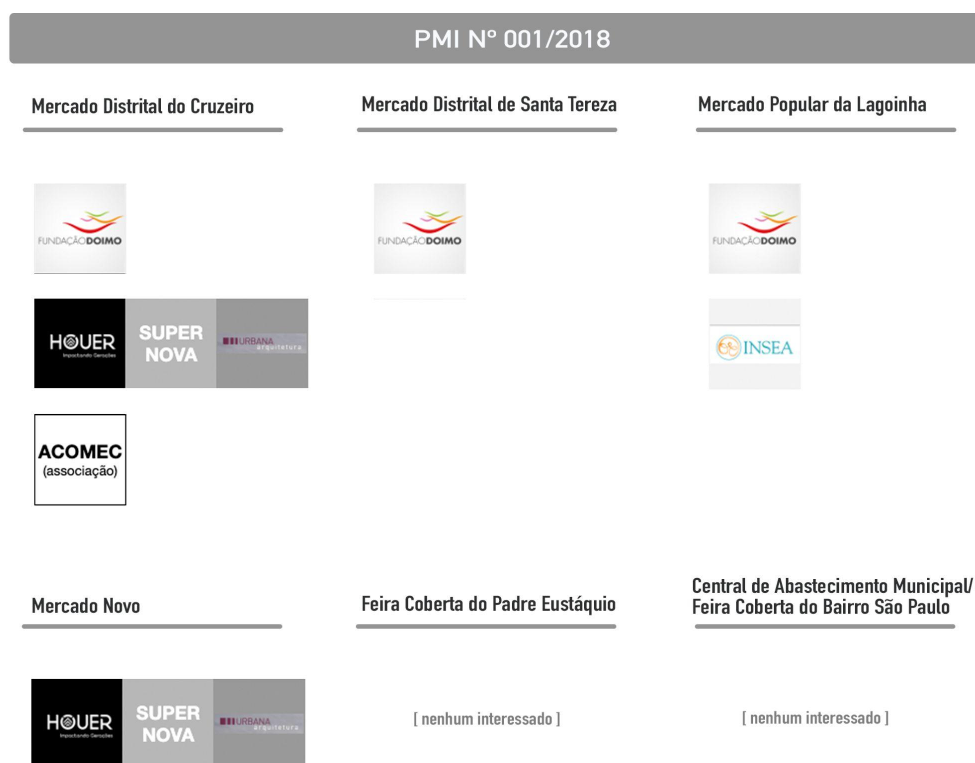
⁷⁹ Audiência Pública em 29/07/2019, organizada pelo vereador Pedro Patrus, na 14ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor na Câmara Municipal de Belo Horizonte.

⁸⁰ Reunião do grupo Articulação dos Mercados, que contou com a presença grupos ligados à FECOPE e ao Mercado Distrital de Santa Tereza, além de conselheiros do COMUSAN, no dia 06/07/2021.

concessão prever licitação na modalidade concorrência, sendo escolhida a melhor proposta econômica, além de exigir capital de giro, não há de fato espaço para as organizações sem fins lucrativos. É uma forma de limitar o acesso ao edital, ao mesmo tempo que o coloca aberto a todos.

Não é coincidência que apesar da presença do Mercado Vivo+Verde, por meio do Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável, e da Associação dos Comerciantes do Mercado Distrital do Cruzeiro nesta primeira etapa, há uma grande predominância de empresas interessadas, indicando uma fragilidade na inclusividade (FIGURA 21).

Figura 21 – Interessados no PMI Nº 001/2018



Fonte: Elaborada pela autora, 2022.

Nota-se ainda que a FECOPE e a Central de Abastecimento Municipal/ Feira Coberta do Bairro São Paulo não foram contempladas pela iniciativa privada no PMI. No processo de licitação que se seguiu os mercados foram "ofertados" em duplas, pois como aponta a reportagem do jornal Hoje em Dia (LOBATO, 2020), "o Santa Tereza é tido como a cereja do bolo da licitação. A Feira Coberta vai como contrapeso (...) o estabelecimento do bairro São Paulo é tido como o contrapeso do

contrato. O Mercado do Cruzeiro atrai bom público nos finais de semana".

Dito isso, o PMI se equilibra entre apresentar um projeto fechado e apresentar uma abertura para o projeto em si. Fechado por já estar pré-definido, trata-se de concessão e requalificação dos mercados, não há, portanto, um debate anterior com a população para entender se essa de fato é a melhor proposta. Mas é também em alguma medida aberto, pela possibilidade de a população poder manifestar seu interesse e apontamentos, ainda que com pouca ou nenhuma chance de concorrer na etapa subsequente.

Sendo assim, algumas propostas da população no PMI foram incorporadas no desenvolvimento do atual processo de concessão, estando presentes na legislação que o rege e no contrato. A pauta da agroecologia, da economia solidária, da sustentabilidade, do mercado com função de mercado, da proteção aos permissionários consta na documentação, porém, não havendo garantia no caráter participativo da malha territorial, muitas dessas pautas perdem força. É o caso do espaço destinado à unidade produtiva coletiva/ comunitária do Mercado Distrital de Santa Tereza, dos boxes incentivados nos mercados, do armazém da agroecologia, previstos legalmente⁸¹, porém ausentes na apresentação do projeto pela concessionária, dando lugar a cercadinhos com animais para as crianças aprenderem sobre a origem dos alimentos.

É preciso também marcar que as conquistas no Procedimento de Manifestação de Interesse demandaram muita negociação interna na prefeitura, o instrumento em si não garantiria isso. Além disso, a negociação se estende no processo inteiro, entre prefeitura e entidades interessadas no PMI, em 2018, mas também na Câmara Municipal em relação ao Projeto de Lei Municipal Nº 747 para formalizar a

⁸¹ Contrato de concessão para a gestão, reforma, requalificação e manutenção do Mercado Distrital de Santa Tereza e da Feira Coberta do Bairro Padre Eustáquio: Anexo III.1 – Dos encargos da concessionária: Capítulo IV – Encargos de administração, operação, manutenção, vigilância e limpeza dos mercados: 12. Do espaço destinado à unidade produtiva coletiva/ comunitária do Mercado de Santa Tereza: 12.1. Deverá ser reservada área de no mínimo 600m², de exploração gratuita, para a produção e comercialização de gêneros alimentícios advindos de cultivo de hortifrutis. | Capítulo V – Exploração comercial: 13.5. A concessionária deverá destinar 25% da área locável total de boxes de cada um dos mercados para os boxes incentivados. 13.6. A concessionária deverá destinar uma área de, no mínimo, 30m², em cada um dos mercados, para a instalação do armazém da agroecologia.

concessão, em 2019, com suas 30 emendas propostas (das quais três foram aprovadas, garantindo as pautas levantadas no PMI⁸²) e a publicação da Lei Municipal N° 11.219, em 2020. Há ainda as negociações que surgem para além das legislações, como veremos, e que continuam evidentemente até os dias atuais, como proposições e cobranças do cumprimento das diretrizes previstas no contrato, assinado apenas em 2022.

Assim, como apontaria Souza, M. (2006), a profundidade decisória de caráter apenas consultivo do instrumento que dá início ao processo de concessão permite um diálogo parcial e mantém o poder de decisão e avaliação com o Estado. Como levantado por muitos membros do Coletivo Cultural Noroeste BH⁸³, mesmo que conste no PMI ser "desejável" a interlocução entre proponentes, poder público, comerciantes locais e associações de moradores, não há de fato garantias de que as medidas sejam tomadas com o envolvimento de todos.

A resposta a esses anseios, tanto pela prefeitura, quanto pela concessionária que fará a gestão dos mercados, é de que o processo deve ser "amplamente debatido", que a "forma" como a concessão será conduzida que dá o tom do processo, que existem "garantias e diretrizes" que os feirantes devem ter "tratamento privilegiado" na proposta, de que o objetivo do projeto é "respeitar quem já está nos mercados" e de que tudo vai ser feito na "base do diálogo". No entanto, como apontado por Pedro

⁸² Dentre as três emendas aprovadas, duas são de autoria de Arnaldo Godoy e Pedro Patrus: a Emenda Supressiva N° 18, a qual retira o Mercado Popular da Lagoinha do projeto, e a Emenda Aditiva No 16, a qual acrescenta diretrizes ao PL, tais como a preservação das atividades típicas de mercado, priorizando a produção da agricultura familiar, os produtos agroecológicos e orgânicos e das economias solidária e criativa; a garantia dos mercados como espaços de convivência comunitária, em especial pelo desenvolvimento de atividades culturais, artísticas e de lazer; o respeito aos aspectos socioculturais e urbanísticos; condições de sustentabilidade; condições para expansão da atividade socioeconômica; e respeito às políticas públicas locais. A terceira emenda aprovada foi proposta por Catatau do Povo, a Emenda Aditiva N° 12, a qual acrescenta ao artigo que trata da permanência dos permissionários a especificação de serem aqueles vencedores das últimas licitações até a data de assinatura do contrato, bem como o prazo dos termos de permissão, os quais devem vigorar também até a data de assinatura. Dentre as emendas rejeitadas ou retiradas, com exceção daquelas incorporadas a outras que foram aprovadas, destacam-se as tentativas de supressão dos incisos referentes ao Mercado Distrital do Cruzeiro, ao Mercado Novo e à FECOPE, bem como os esforços para a permanência dos permissionários pelo tempo da concessão.

⁸³ Reunião do grupo Articulação dos Mercados, que contou com a presença grupos ligados à FECOPE e ao Mercado Distrital de Santa Tereza, além de conselheiros do COMUSAN, no dia 06/07/2021.

Patrus⁸⁴, "as diretrizes estão colocadas mas sujeitas à interpretação (...) podem fazer um Mercado da Boca, que tem função de mercado, mas é tudo gourmetizado".

Em outras palavras, nota-se um avanço na participação social em relação às outras tentativas de concessão dos mercados, porém é uma conquista no papel, há muitos entraves até sua reverberação no espaço. A pluralidade de apostas, apresentada a seguir, indica caminhos possíveis para expandir os atores responsáveis pela produção do espaço nesse contexto, ainda que com todos seus desafios.

4.3.2. Pluralidade de apostas

O que as movimentações recentes em torno da FECOPE e dos demais mercados têm evidenciado é uma luta que transpassa a oposição entre cidadania e autonomia, formal e informal, reforma e revolução. Ao invés de uma *ou* outra, uma e outra. Busca por participação a partir dos canais instituídos e para além deles, ou como já dizia Marcelo Lopes de Souza, ação direta e luta institucional como complementaridade (2012), com, contra e apesar do Estado (2010).

A diferenciação desses tipos de luta é necessária, como Souza, M. (2012) aponta, podendo se dividir em "três posturas concorrentes no campo crítico-radical, que podem ser denominadas 'estadocêntrica', 'estadófoba' e 'estadocrítica'". A terceira posição, compartilhada também pelo autor, nos interessa por não totalizar as estratégias, permitindo práticas de luta sem vínculo institucional junto à busca por pontos vulneráveis da máquina institucional.

Entendemos neste trabalho que esse modo de atuação decorre dessa mistura de gerações, propiciando relações, estratégias e objetivos híbridos. Assim, mais importante que contrapor essas características, é analisar seu imbricamento.

Tal hibridização envolve o histórico da geração da redemocratização, descrita genericamente por fins de análise por seu viés *contra o Estado* dos anos 70, junto ao *com o Estado* dos anos 90/ 2000, somada ainda ao histórico da geração de 2013 de *apesar do Estado*. No caso da FECOPE e demais mercados, como vimos, a

⁸⁴ Audiência Pública em 29/07/2019, organizada pelo vereador Pedro Patrus, na 14ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor na Câmara Municipal de Belo Horizonte.

década de 70 marca uma postura de extrema heteronomia em período ditatorial de implementação de diversos mercados municipais; a década de 90 e início dos anos 2000, com gestões progressistas e instrumentos participativos, representa uma abertura para a participação da população nos projetos e orçamento da cidade (mas que como mostra o caso do CCPE trata-se de parte da população, intensificando os conflitos internos); e os anos 2010, simbolizados pela neoliberalização da política urbana e das manifestações atreladas a 2013, implicam em um novo ciclo de lutas de disputa pela produção do espaço, com projetos da população para os mercados.

Toda essa bagagem faz parte em alguma medida do modo de agir na nova década, com lutas *a partir* do Estado (como meio, e não como fim). Significa fazer uso dos canais institucionais de participação, mas extrapolando esses canais a partir deles. Como colocado pelo coletivo, "deve-se criar porosidade, caminhos para se adentrar ou não à política pública"⁸⁵.

Assim, não se trata de acreditar integralmente na luta institucional por participação – as audiências e consultas públicas, por exemplo, têm se mostrado ineficazes para se pensar um planejamento compartilhado, por se tratar de um convite feito pelo poder público à população para discutir propostas previamente debatidas pelos técnico. Além dos frequentes impeditivos de deslocamento e disponibilidade por parte da sociedade, as propostas não são provenientes das pessoas, sendo apenas a elas apresentadas, relacionando-se mais à heteronomia que à autonomia. Sobre isso, Lopes et al. (2010) apontam que quando a participação é praticada entre instâncias desiguais, ela é mais útil aos grupos promoventes que aos grupos convidados (apenas legitimando medidas já decididas). Os autores colocam ainda que essa configuração desigual apaga o enfrentamento e promove uma imagem de conciliação, mas sem alterar as estruturas que dão origem ao antagonismo.

As poucas audiências para tratar da concessão foram organizadas por vereadores já envolvidos com os mercados, não estavam previstas no escopo do projeto. Na primeira⁸⁶, em 2019 na CMBH, mesmo com a disposição dos presentes, o

⁸⁵ Reunião do Coletivo Cultural Noroeste BH, no dia 05/08/2022.

⁸⁶ Audiência Pública em 29/07/2019, organizada pelo vereador Pedro Patrus, na 14ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor na Câmara Municipal de Belo Horizonte.

instrumento se manteve como consulta (SOUZA, M, 2006). É preciso frisar que neste momento a mobilização se concentrava nos mercados distritais, na FECOPE as pessoas souberam da concessão apenas na segunda audiência.

Assim, a audiência se apresenta por profundidade decisória apenas consultiva, como evento pontual, com grande extensão à participação por ter acesso livre, mas ao mesmo tempo com convites a determinados representantes e microfone aberto ao final com tempo limite. Ainda que conte com diferentes parcelas da sociedade, entre movimentos, associações, empresários, permissionários, usuários e vizinhos dos mercados, a audiência não possibilita que a malha territorial seja estabelecida por meio de negociação com a população, as falas ficam como depoimentos e opiniões. Ou seja, ainda que esteja aberta à fala, como sua própria conformação e concepção sugere, teria o espetáculo de um lado e o espectador de outro.

No entanto, Rancière (2014), ao tratar dessa relação no teatro, complexifica a discussão, dizendo que o problema não está na existência do espetáculo em si, como se a função de assistir fosse necessariamente passiva. Para o autor, rejeitá-lo partiria dos mesmos pressupostos que o sustentam, isto é, manter sua dualidade espetáculo *versus* espectador. Rancière propõe, então, que o teatro, e podemos entender aqui a audiência, seja um lugar de confronto direto da população com sua imagem, com sua representação. Mais que isso, há um apelo de reverter o efeito da configuração do teatro, dando a deixa para o espectador se atentar a essa posição e agir a partir disso: não estar apenas diante do espetáculo, mas se perceber cercado pela cena. Assim, não se trata de tornar a passividade do espectador em atividade, torná-lo ator, mas reconhecê-lo ator em sua própria história.

Para que as comparações não fujam ao propósito, em outras palavras, as audiências de maneira geral se enquadram como um instrumento de participação que se limita à consulta, aceitando mínimas variações para cada caso quanto a seus indicadores de consistência. No entanto, as contribuições teóricas de Rancière são importantes para a compreensão das audiências públicas que se seguirem, apresentadas no decorrer do texto. Ainda que o instrumento apresente (muitas) limitações, teve como efeito mobilizações importantes a partir desse encontro –

parece importar mais o agenciamento político que a instância de participação em si.

Foi o caso da segunda audiência⁸⁷, no mesmo ano da primeira, a qual representa o momento em que grande parte das pessoas ligadas à FECOPE tomou conhecimento da concessão, como faísca para que diversos atores se articulassem para defender seus interesses. O palpite é que isso foi possível, dentre outros fatores, pelo fato de a audiência ter ocorrido no CCPE e ter sido organizada pelo vereador Arnaldo Godoy, com apoio de Gilson Reis, eles próprios moradores da Regional Noroeste, participando intensamente do debate junto à população⁸⁸.

O papel do vereador aqui não se restringe à organização de uma audiência simplesmente, reforçando a falta de nitidez nos limites das categorias tradicionais dos atores. O que parece se construir é uma rede que conecta pessoas em diferentes posições em torno de um assunto – o que não significa que os interesses, nem a intensidade da atuação se dêem em igual medida. Como colocou a conselheira do COMUC Tetê Avelar⁸⁹, ao ouvir de alguns gestores que eles também estavam na luta, "tem diferença entre poder público e sociedade civil sim (...) é um tabuleiro, cada um defendendo o seu (...) não estamos no mesmo lugar".

A partir da audiência foi criado um grupo de Whatsapp para a articulação de pessoas que frequentam ou trabalham na FECOPE, vereadores, gestores e demais interessados que se colocaram contra o processo, formando uma rede que daria origem ao Coletivo Cultural Noroeste BH. A partir dessa articulação, o grupo enviou à Câmara Municipal um abaixo-assinado criticando a concessão e requalificação da FECOPE e protestando contra a transferência do CCPE para outro endereço. Além do texto e das 526 assinaturas, o material foi organizado com fotos e descrição das muitas atividades que ocorrem no local, como exposições artísticas, cinema comentado, shows, feira de poesia, dança, projetos, oficinas, aulas variadas, reuniões comunitárias e institucionais, apontando que se tratam de em média 3.000 frequentadores mensais. Mesmo que o abaixo-assinado não tenha impedido a

⁸⁷ Audiência Pública em 19/11/2019, organizada pelo vereador Arnaldo Godoy, na 32ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo, no Centro Cultural Padre Eustáquio.

⁸⁸ Ao longo do processo, outros vereadores se juntaram à luta, participando das reuniões do coletivo, como o mandato de Bella Gonçalves (Psol), Macaé Evaristo (PT) e Duda Salabert (PDT).

⁸⁹ Relato de Tetê Avelar na 94ª Reunião Ordinária do COMUC, 14/04/2021.

transferência (a concessão teve aprovação de mais de 80% da CMBH em primeiro e segundo turno)⁹⁰, observa-se uma movimentação por parte dessas pessoas para expor outra narrativa sobre a FECOPE, que não a de seu abandono.

De forma similar, essa ideia de difundir uma narrativa alternativa a partir de imagens se repete atualmente mesmo com a formalização da concessão. Diferentemente do abaixo-assinado, destinado aos vereadores, a ideia recente de criação de um site⁹¹ da articulação dos mercados (FIGURA 22), da qual fiz parte, tem como objetivo disponibilizar informações sobre a concessão dos mercados e mobilizar mais pessoas na luta, apresentando mercados ativos, vivos e parte da cultura – como o nome "Mercados: cultura em movimento" sugere.

Figura 22 – Site Mercados: cultura em movimento!



Fonte: Elaborada pela autora, 2022.

⁹⁰ Os vereadores que estiveram na linha de frente contra a concessão foram, como esperado, Bella Gonçalves (Psol), Cida Falabella (Psol), Gilson Reis (PCdoB), Arnaldo Godoy (PT) e Pedro Patrus (PT) – conhecidos por comporem a ala progressista da câmara nesse período, votando contra o Projeto de Lei e redigindo diversas emendas. Além deles, Catatau do Povo (PHS) foi autor de várias emendas, ao mesmo tempo que defensor do projeto em primeiro e segundo turno.

⁹¹ O site pode ser acessado em: <<https://mercadosbh.wixsite.com/mercados>>.

Ainda sobre as plataformas participativas, além das audiências, foram abertas duas consultas públicas. A primeira em 2019, para tratar sobre a concessão do Mercado Distrital de Santa Tereza e da FECOPE (mercados que compõem a licitação do processo de concorrência N° 001/2020), e a segunda em 2020, sobre o Mercado Distrital do Cruzeiro e a CAM/ Feira do Bairro São Paulo (N° 006/2020). Até o momento não houve nem consulta, nem licitação para o Mercado Novo.

Apesar da separação dos processos licitatórios, trata-se praticamente da mesma concessionária para ambos. Na primeira, o consórcio UaiMaisDoimoConataInfracon foi o único licitante e por cumprir com as exigências foi considerado vencedor; na segunda, o mesmo se passou com o consórcio Novo Cruzeiro. Apesar dos diferentes nomes e parcerias, ambos consórcios têm o Grupo Uai como integrante (FIGURA 23).

Figura 23 – Resultado dos processos de concorrência



Fonte: Elaborada pela autora, 2022.

Tal qual a audiência, a consulta pública em si apresenta limitações intrínsecas ao instrumento: proposta fechada, sem grandes possibilidades de alteração e engajamento, pouca divulgação, restringindo-se basicamente às plataformas oficiais da PBH (salvo exceções). Em ambas as consultas (PBH, 2019c, 2020c), não apenas o baixo número de adesão revela a insuficiência do instrumento, como muitas das próprias críticas enviadas se referiam ao curto prazo e à baixa divulgação. Mesmo confrontado por essas questões, o corpo técnico responsável pelo retorno à população insistia, com respaldo da legislação, sobre o procedimento ter sido sim

participativo, não interrompendo o processo para reavaliá-lo ou prorrogar o prazo (como vem fazendo com todos os pedidos do consórcio vencedor).

O nome consulta já anuncia seu grau de participação para Souza, M. (2006). Seus indicadores de participação, no entanto, variam um pouco em relação à audiência pública. Apresenta do mesmo modo caráter apenas consultivo, mas sua extensão participativa, em tese, seria mais ampla que a audiência, uma vez que qualquer pessoa pode participar e colocar seu ponto de vista, não havendo uma seleção de convidados ou limite de fala. Por um lado, também se mostrou inclusivo, na medida que teve participação tanto de empresas, como de associações, conselhos, vizinhos e usuários dos mercados. Porém, por outro lado, muitos relataram surpresa com o projeto, o qual não foi discutido anteriormente, além de não haver suporte especial para grupos vulneráveis participarem (lembrando a presença de vilas, favelas e moradores de rua em torno dos mercados).

Assim como a audiência, a qual mesmo com todas suas barreiras aparece como plataforma a partir da qual a mobilização ganha força, agregando vizinhos, trabalhadores e vereadores, a consulta também teve papel importante para a articulação com conselheiros, destacando a atuação do COMUSAN na inclusão do COMUC no processo, dada a transferência do CCPE para outro endereço.

A partir da consulta, o COMUC passou a integrar o Comitê de Relações Comunitárias (antes Comitê Social), previsto no contrato para acompanhar a concessão em cada mercado, com composição equânime entre poder concedente (SMASAC), concessionária (consórcio vencedor da licitação), conselho (COMUSAN, e agora também COMUC), permissionários e associação de bairro. Na primeira publicação, junto à consulta pública, o comitê teria a responsabilidade de elaborar diretrizes sociais para os mercados, no entanto, em publicação posterior já em processo licitatório, a responsabilidade foi reduzida à discussão de sugestões e demandas de interesse da comunidade quanto à utilização dos mercados, conforme as diretrizes estabelecidas – é uma forma de garantir as diretrizes conquistadas, mas não deixa de também ser um retorno ao caráter consultivo presente em todo o processo, limitando as negociações sobre as decisões sobre a malha territorial.

Além dessas funções, ressalta-se a especificidade do comitê do Mercado Distrital de Santa Tereza, que por todo seu histórico de mobilização voltada para a agroecologia, também tem papel na unidade produtiva para o mercado⁹². Além disso, agora está garantida a realização de eventos gratuitos nos mercados, a serem organizados pelos comitês, expandindo o alcance nas decisões sobre o uso do espaço, mas ainda de forma tímida, dado seu limite de dois eventos por semestre.

Com todas suas restrições, a criação do comitê, apontada como uma conquista por Lucas Brandão⁹³, parece um deslocamento mais afinado com o planejamento compartilhado. Será importante acompanhar sua atuação ao longo do processo, mas de qualquer forma observa-se que o comitê difere da audiência e da consulta em dois aspectos: primeiro, por estarem previstas reuniões ordinárias bimestrais, permitindo uma continuidade das discussões, não se tratando de evento pontual, portanto; e segundo, que mesmo que o poder concedente presida o comitê, sua conformação possibilita que as pessoas que fazem parte da dinâmica dos mercados ocupem uma posição mais equilibrada nos debates.

No entanto, a definição anterior às reuniões dos comitês de sua própria composição ao mesmo tempo que se flexibiliza incorporando o COMUC, não permite que o formato rígido de representação popular na forma de associações de bairro se flexibilize para incorporar formatos menos tradicionais, como coletivos. Assim, ainda que o Coletivo Cultural Noroeste BH protagonize a mobilização em torno da FECOPE e tenha pleiteado a vaga no comitê, foi impedido de integrá-lo, apontando falhas na inclusividade do processo. Mais uma vez, a partir da instância oficial de participação, a movimentação social a transbordou, fazendo com que o coletivo buscasse fazer contato com todas as associações de bairro da regional para propor parcerias. Como já tinha sido levantado, a grande maioria está desativada ou desmobilizada – vale lembrar que o ciclo de lutas dos anos 2010 vem justamente de uma descrença às organizações formais, hierarquizadas, tradicionais, abrindo espaço para a experimentação de outras formas organizacionais –, o que foi

⁹² No caso do Mercado Distrital de Santa Tereza, adiciona-se às responsabilidades do Comitê de Relações Comunitárias a seleção, definição de parâmetros e fiscalização do grupo coletivo de produtores do espaço destinado à unidade produtiva, os quais deverão ser escolhidos a partir das diretrizes da política municipal de agricultura urbana da SMASAC.

⁹³ Conversa por telefone com o conselheiro do COMUC, Lucas Brandão, no dia 13/04/2021.

indicado diversas vezes à prefeitura. Apesar disso, próximo à data de convocação, em agosto de 2022, o coletivo conseguiu se articular para a composição do comitê à liderança de associação do bairro Califórnia, quem foi designada para o posto e manterá diálogo com sua base.

De todo modo, como colocam Kapp e Baltazar (2012), o problema posto na década de 1960 por Sherry Arnstein dos riscos de o planejamento participativo cair na heteronomia, apresentado aqui a partir das categorias de Marcelo Lopes de Souza, continua atual justamente pelo Estado manter a lógica de um grupo de poder que define limites e normas para depois convidar a população para fazer parte. A questão é até mesmo etimológica, frisam, não se trata necessariamente de um mau uso da participação em determinadas situações, a própria ideia de participação indica uma posição limitada.

Assim, para as autoras, o que vem sendo construído atualmente, o planejamento participativo, se localiza entre o planejamento autoritário e o autônomo, o que significa que há um avanço em relação à ausência total de debate, mas que há um longo percurso até o que teoricamente se propõe – não há e não haverá uma transição suave até o que poderemos chamar de autonomia, como apontam, o planejamento urbano moderno não tem afinidade com a autonomia coletiva.

Apesar de todos os obstáculos, as movimentações sociais nunca cessaram. Se as mobilizações dos mercados distritais, até mesmo por seu histórico, estavam mais efervescentes no início do processo de concessão – com toda sua própria pluralidade de apostas, que envolve junto às manifestações "exercer um controle social, saber cobrar e acompanhar, colocar representantes do bairro dentro de conselho e comitê", como apontou Brígida⁹⁴ –, as diversas prorrogações de prazo para a assinatura do contrato e a chegada da pandemia em março de 2020 provocaram seu arrefecimento, o qual coincidiu com uma ascensão das mobilizações da FECOPE e mais tarde da Central Municipal de Abastecimento/Feira do Bairro São Paulo.

⁹⁴ Reunião do grupo Articulação dos Mercados, que contou com a presença grupos ligados à FECOPE e ao Mercado Distrital de Santa Tereza, além de conselheiros do COMUSAN, no dia 06/07/2021.

Isso não significa que a demora do processo e o distanciamento social contribuíram diretamente para o impulsionamento da mobilização na Feira Coberta do Padre Eustáquio – em um primeiro momento, tal qual nos demais mercados foi motivo de desarticulação. Dentre os diversos desafios de uma pandemia, surgiu o debate sobre como manter as conexões criadas entre as pessoas e com a própria FECOPE. Com o fechamento dos estabelecimentos da cidade, Thaís⁹⁵ conta que as pessoas, vendo o CCPE fechado, entendiam que as obras de requalificação já tinham se iniciado, de forma que junto a tantas outras questões, muito se perguntava se o CCPE continuaria ali. Com a falta de informação, o medo e a espera, "houve uma quebra de vínculo" – a aparente conclusão do processo, os hiatos temporais, bem como a novidade e a imprevisibilidade da pandemia, causaram uma baixa na intensidade da mobilização que vinha se formando.

No entanto, a terceira audiência pública⁹⁶, que ocorreu já em 2020 e no formato online em razão do Covid-19, provocou, como na audiência anterior, mais um pico de mobilização na FECOPE. Organizada pelo vereador Arnaldo Godoy, a retomada do debate contou com um número mais expressivo da população e a movimentação se capilarizou, reacendendo a atuação da feira coberta, ainda mais intensamente que na primeira vez.

Se os primeiros meses da pandemia desestabilizaram o grupo, com a interrupção de reuniões e atividades, a partir do segundo semestre de 2020 as pessoas aprenderam a se articular remotamente – inclusive o fato de não haver necessidade de deslocamento para participar dos encontros aumentou consideravelmente o número de pessoas envolvidas. Segundo Thaís⁹⁷, poucos dias depois da audiência, a retomada da mobilização foi efetivada com a criação de um novo grupo de Whatsapp para articulação entre os interessados.

Assim, as consultas e audiências públicas e o próprio Comitê de Relações Comunitárias, ainda que representem instrumentos limitados de um planejamento

⁹⁵ Reunião do Coletivo Cultural Noroeste BH, no dia 16/04/2021.

⁹⁶ Audiência Pública em 20/08/2020, organizada pelo vereador Arnaldo Godoy, na 20ª Reunião Ordinária - Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo, em formato online.

⁹⁷ Relato de Thais Novaes, vizinha e usuária da FECOPE e atuante no Coletivo Cultural Noroeste BH, cedido à autora em 11/05/2021.

que se propõe participativo, tiveram, a partir de seus limites, reverberação em mobilizações posteriores. Da consulta, o debate repercutiu para dentro dos conselhos, da audiência, se ampliou para as pessoas ligadas à FECOPE e vereadores, do comitê, para associação de bairro, e de todos esses encontros outras ressonâncias que serão abordadas no próximo subcapítulo, em suas diferentes escalas.

4.3. Uma questão de escala

Entendemos que escala significa nível de complexidade. Quanto à dimensão espacial, seu tamanho, quanto à dimensão temporal, seu prazo. Como apontado anteriormente, para compreender as movimentações sociais estamos falando da FECOPE, do bairro Padre Eustáquio, da Regional Noroeste, dos mercados municipais, dos centros culturais, da cidade de Belo Horizonte; das lutas próximas (a concessão agora), médias (o aeroporto em alguns anos) e longas (a participação na cultura de um modo geral). Mais que a soma de todas essas lutas, pensar sua articulação, seu fio condutor, ou, nas palavras de Nunes (2021), sua direcionalidade.

Assim, a diversidade de estratégias e o conceito de direcionalidade apontados por Nunes (2021)⁹⁸ vêm de uma abordagem ecológica da organização, com estratégias convergentes e divergentes acontecendo simultaneamente. Devem, portanto, ser compreendidas de maneira associada à escala (ou melhor, escalas), como a capacidade de *quebrar um objetivo sistêmico em passos* relacionados às condições internas e externas, importando não uma estratégia única que funcione para a ecologia como um todo, mas estratégias que funcionem dentro dela.

Assim, a pluralidade de apostas não desiste de um ponto de vista sistêmico, mas o pluraliza, concebendo um processo em que a destruição, a construção e a reordenação aconteçam em paralelo, e a ruptura e a mediação ocorram em diferentes escalas ao mesmo tempo.

⁹⁸ Rodrigo Nunes (2021) trata da diversidade de estratégias a partir de Erin Olin Wright, o qual classifica as grandes orientações estratégicas como ruptural (tomada do Estado), intersticial (alternativas fora do mercado e do Estado) e simbiótica (uso do mercado e/ou do Estado), assemelhando-se ao que Marcelo Lopes de Souza aponta como luta com, contra e apesar do Estado, indicando seus encadeamentos e entrelaçamentos.

(...) o que temos aqui é a pluralidade de linhas do tempo e ritmos de mudança a velocidades variáveis, uma manta de retalhos irregular de continuidades e discontinuidades que não se combinam milagrosamente para produzir transformações estruturais, mas são objeto de um esforço constante e deliberado para jogar tanto em apoio (para reforçar) como contra (para corrigir o curso de) um do outro (NUNES, 2021, p.237)⁹⁹.

Assim, como aponta o autor, coordenar múltiplas temporalidades, eventos, agentes, escalas e estratégias exige combinar a capacidade de agir em diferentes níveis de organização, a qual não deve ser buscada por um padrão, mas por possíveis complementaridades dentro do sistema, da ecologia da qual faz parte.

Se a vida política é sentida em nível local, ela não está dissociada do global, o que significa, para Nunes (2021), que as iniciativas locais para serem algo mais do que escolhas individuais, exigem uma ação coletiva – e ainda, como complementa Souza, M. (2006), compreender que os ativismos locais são arenas fundamentais de experimentação e análise, mas sem cair no localismo, evitando conquistas descontextualizadas.

Considerando, então, que a questão da escala está intrinsecamente associada à noção de ecologia, as pequenas ações se conectam (ou devem se conectar) a outras dimensões e atravessamentos. Para Simone¹⁰⁰, por exemplo, a perspectiva política da Comissão de Cultura do CCPE vem como uma forma de participar do cotidiano do centro cultural, mas fica na base da programação, em projetos culturais como o Descontorno. "Não é de nível político, reconhecido, vinculada a outras políticas", além de não ter caráter fiscalizador, nem deliberador. Em seu entendimento, esse debate fica mais politizado quando incorporado às Conferências Municipais, junto ao COMUC. É tendo isso em consideração que o coletivo se articulou para colocar delegados e convidar pessoas na conferência, de modo a levar demandas amplas sobre a cultura, como banco de artistas e projetos, novos tipos de contratação, espaços de socialização nos centros culturais, mas também

⁹⁹ Tradução da autora. Versão original: "(...) what we have here is a plurality of timelines and rhythms of change running at variable speeds, an irregular patchwork of continuities and discontinuities that do not miraculously combine to produce structural transformation but are the object of a constant, deliberate effort to play them both in support of (to reinforce) and against (to correct the course of) one another".

¹⁰⁰ Reunião do Coletivo Cultural Noroeste BH, no dia 16/04/2021.

elaborar uma moção para denunciar o processo de transferência do CCPE sem a participação social.

Vale dizer que, apesar da intenção, tanto a conferência, quanto outras plataformas, acabaram restringindo suas discussões sobre a pandemia, impossibilitando ou dificultando a incorporação de outras pautas. Em discussão entre pessoas mobilizadas em torno da FECOPE e da Central de Abastecimento Municipal/ Feira Coberta do Bairro São Paulo (articulação possível por meio do COMUC), levantou-se a ideia de implementar uma comissão permanente de diálogo dentro da CMBH para acompanhar a concessão, no entanto, os assessores de vereadores parceiros presentes apontaram a suspensão das comissões por essa razão.

Tal ideia de criar um canal de discussão permanente apareceu primeiramente de forma direta com o Grupo UAI, a partir da criação de grupo de Whatsapp com representantes da concessionária, logo depois da terceira audiência pública. Em um primeiro momento, atendendo às reivindicações, Elias se comprometeu a manter um espaço cultural na FECOPE, para a manutenção de algumas atividades no local (o edital previa apenas atividade de mercado), dada a transferência do CCPE para outro endereço – já era intenção do Grupo UAI criar um espaço para oficinas de gastronomia, sendo negociado que o mesmo espaço seria disponível para a comunidade sem cobrança de aluguel. Para tanto, foi discutida a criação de uma comissão composta pela concessionária, pela gestão do centro cultural e por um grupo da sociedade civil para administrar a agenda desse espaço cultural. A abertura do debate sobre a conformação do espaço e sobre sua gestão parecia, até ali, uma possibilidade de agir diretamente sobre a produção do espaço.

Todavia, a exigência do Grupo UAI de esse grupo da sociedade "ter legitimidade", termo utilizado para cobrar sua representação formal, se colide com seu próprio discurso de fazer os mercados "a muitas mãos" – começam a aparecer restrições para essa prática colaborativa. O grupo de pessoas que se mobilizava de maneira dinâmica e diversa desde 2019 é pressionado a se formalizar para participar das decisões sobre o espaço que ocupa. Essa mobilização, contudo, avessa aos formatos tradicionais de associação (vistos como esvaziados e que "sempre acabam

com uma briga de poder de ego"), passa nesse momento a se organizar como coletivo, formato conhecido por parte de seus membros, que já se organizavam dessa forma sobretudo depois das Jornadas de Junho.

O formato do coletivo continua sendo um impeditivo para as discussões ainda hoje. Em visita do Grupo UAI à FECOPE, já em 2021, Elias se negou a conversar com membros do coletivo, dizendo discutir o espaço apenas com o Comitê de Relações Comunitárias, o qual apenas admite associação de bairro como representante. Além disso, na mesma ocasião, se referiu à nova construção do CCPE como "aquele galpão no Carlos Prates", não entendendo da mesma forma o que seria um centro cultural, visto apenas como um equipamento que reduzirá os lucros da concessionária – o novo centro não se constitui como objeto de concessão, sua construção é apenas uma contrapartida do concessionário, não alterando a administração e condução dos trabalhos atuais.

A ideia de manter uma plataforma de discussões contínuas se concretizou na elaboração do Fórum Permanente do Coletivo Cultural Noroeste BH, com reuniões semanais, aberto sempre a novas parcerias e pautas relacionadas à cultura. Além da participação de conselheiros, políticos e acadêmicos junto aos moradores, houve uma mobilização para que o fórum pudesse contar com um representante do poder público nos debates sobre a concessão. A aproximação com gestores da SMASAC, da SMC e da FMC se iniciou na mesma época de aproximação com os conselheiros, ao final de 2020. Dentre emails e reuniões, demandas e questionamentos, foi solicitado tanto esse acompanhamento regular de uma referência do poder público no coletivo, quanto um maior envolvimento do setor da cultura no processo, dada a presença do centro cultural. Tal ponte permitiu por um tempo a presença do gestor do CCPE e do gestor geral dos centros culturais no fórum, além da premissa de os representantes do COMUC e do COMUSAN no Comitê de Relações Comunitárias serem escolhidos dentre os conselheiros da sociedade civil, o que representa, ainda que não uma interferência direta no espaço, uma atuação nas regras do processo.

De forma mais enfática sobre as decisões espaciais, foi elaborado um documento pelo coletivo com diretrizes próprias para o novo Centro Cultural Padre Eustáquio.

Tal documento decorre da necessidade de dar forma aos desejos daqueles que vivem o território, os quais, ainda que bastante ativos, não foram de fato incluídos nos processos decisórios sobre o espaço.

Na 89ª Reunião Ordinária do COMUC (PBH, 2020d), ocasião em que a concessão foi debatida no conselho, a SMASAC afirmou que a intenção da prefeitura é entregar um equipamento "em melhores condições de uso pela comunidade" – porém, como apontado pelo coletivo, como essas decisões podem ter sido tomadas sem a comunidade? Além da mudança de endereço, há a mudança do entorno, das possibilidades, das rotinas. Ao descrever o atual CCPE, Thaís¹⁰¹ contou das "cadeirinhas no pátio que o pessoal senta lá pra comer, que os idosos passam tempo", que pela localização muitas pessoas usam o espaço "como travessia", concluindo que "o CCPE faz o papel de praça. Mais que a Praça da FECOPE, com a academia, e a Praça Tejo, que é em aclave" – lembrando da precariedade na oferta de espaços públicos na Regional Noroeste (com área de parques e praças 39 vezes menor que na Regional Centro-Sul, cuja área e população são similares ¹⁰²), a qual impulsionou a luta pela destinação do Aeroporto Carlos Prates.

O novo endereço do centro será na Rua Padre Eustáquio, 120, em frente à Praça São Francisco das Chagas, a 3km do atual endereço, e por sua configuração traz uma nova dinâmica e relação com o entorno (FIGURA 24).

¹⁰¹ Relato de Thaís Novaes, vizinha e usuária da FECOPE e atuante no Coletivo Cultural Noroeste BH, cedido à autora em 25/05/2021.

¹⁰² Não apenas no setor da cultura, a discrepância de bens e serviços públicos entre a Centro-Sul e as demais regionais é notável. Em estudo realizado junto aos arquitetos da PUC, constatou-se que, apesar das regionais Centro-Sul e Noroeste terem tamanho semelhante em área (aproximadamente 50km²) e população (aproximadamente 380 mil habitantes), a desigualdade na oferta de parques e praças é considerável: Centro-Sul - 18 parques e 137 praças/ Noroeste - 1 parque e 80 praças. A área total desses espaços na Centro-Sul é aproximadamente 39 vezes maior que na Noroeste. (Números extraídos a partir de dados disponibilizados no BH Map. Disponível em: <<https://bhmap.pbh.gov.br/>>. Acesso em: 03 abr. 2022).

Figura 24 – Localização atual e nova do CCPE



Fonte: Elaborada pela autora, 2021.

Antes da assinatura do contrato, a prefeitura já havia publicado materiais com diretrizes de projeto, com foco nos custos de instalação e manutenção, sustentabilidade e cumprimento das legislações urbanísticas, não havendo nada que garantisse a participação da população em seu desenvolvimento. Grande parte do material é dedicada ao programa do projeto, isto é, indicando o que deve haver e qual a área de cada espaço proposto, anunciando como conceituação em certa medida a reprodução do programa atual.

Além de não terem entrado em contato com os usuários para saber os conflitos e potenciais daquele programa, apenas o reproduzindo, apresentaram problemas básicos na nova proposta. Apesar de ser apenas ilustrativa, havia incompatibilidade de atividades (como biblioteca e atendimento no mesmo espaço), que "se tivessem perguntado pra qualquer um, não teriam feito daquela forma", pontuou Maria Eliza¹⁰³. Os artistas complementaram que o programa é voltado para as áreas e pouco para os usos (destacando a necessidade de iluminação, acústica e revestimento próprios para cada atividade, proximidade do artista e do público, espaço de descanso além de espaço de atividades), sendo necessário considerar outras dimensões.

¹⁰³ Reunião do Coletivo Cultural Noroeste BH, no dia 14/05/2021.

Como colocam Kapp e Baltazar (2012), o problema de muitas intervenções está na origem – prioridades pela perspectiva técnica, não no conhecimento e na experiência das pessoas – uma questão bem enunciada já revelaria boa parte da solução.

Tais questões foram debatidas também com pessoas ligadas ao Centro Cultural Bairro das Indústrias no Barreiro, por ser o único centro cultural que foi construído para esse fim. Convidaram pessoas que acompanharam a implementação do centro e sua atual dinâmica para uma reunião do coletivo¹⁰⁴. Entre a primeira movimentação em 2006 até sua conclusão em 2015, contam ter sido um longo processo que contou com a participação direta de associações e fóruns sociais por ter sido feito por meio de Orçamento Participativo.

Ao mesmo tempo que reforçaram a alegria de ter conquistado o centro cultural, com muitos avanços em relação aos outros centros, apontaram diversas questões problemáticas decorrentes do engessamento de alguns espaços, dizendo que "é no uso que a gente entende o que funciona e não funciona", além da dificuldade na manutenção ou transformação desses espaços.

Nota-se um gargalo na participação da sociedade nas decisões espaciais nesses territórios. Não apenas as diretrizes do coletivo enviadas ao poder público estão aguardando retorno sobre a inclusão de suas demandas desde dezembro de 2020 (apesar de todas as tentativas de se marcar reunião para discuti-las, de forma direta ou por meio da administração regional), como mesmo naqueles casos em que há de fato uma abertura para a população para a elaboração do projeto, como no Bairro das Indústrias, o espaço é entendido como uma forma acabada, não possibilitando transformações por seus usuários (não permitindo, portanto, a produção do espaço em seu estado latente, como Baltazar (2005) indicaria).

Reforça-se, assim, tanto a importância da abertura dos projetos para a população, como para o projeto em si; tanto a importância dos canais de comunicação durante o processo de concepção do projeto, como após sua conclusão. Isso significa novamente recorrer à questão da escala. Se essas lutas se restringirem a essas

¹⁰⁴ Reunião do Coletivo Cultural Noroeste, no dia 14/05/2021.

ações localizadas, perde-se a articulação do projeto com a gestão, do espaço arquitetônico com o espaço urbano, das discussões internas e externas à própria mobilização.

É tendo isso em vista, que a mobilização que se iniciou em torno do CCPE se expandiu para outros espaços e equipamentos, incorporando e conectando demais pautas e estratégias. Parte-se da FECOPE, mas trata-se da luta pelos outros mercados e centros culturais, além de outros espaços públicos em disputa na Regional Noroeste, como o Aeroporto Carlos Prates, sendo necessário expandir o horizonte da luta para a própria cidade e aplicação do Plano Diretor junto a organizações sociais, discutindo a participação nas decisões de projetos e orçamentos para a cultura. Parte-se da articulação a diversos atores, como também da própria inserção em outras posições sociais, pleiteando cadeiras em conselhos. Parte-se de manifestações locais, mas também a manifestações nacionais relacionadas às eleições que se aproximam. A luta no espaço urbano nunca é uma luta isolada de outras questões afetas da cidade, nem isolada de outros atores. Como lembra Canuto (2019), "[Neil Brenner] aponta como as práticas precisam ser multi-escalares. Ou seja, articular participação coesa local com interferência em processos de decisão maiores que ocorrem em instâncias representativas", reforçando a pluralidade e continuidade das negociações, bem como a importância da questão da organização.

Simultaneamente a essa organização, há outras organizações e forças atuantes, gerando uma competição de forças entre o ambiente externo e o ambiente interno à rede, como diria Nunes (2021). A partir disso, como então a mobilização da FECOPE está se articulando para que a nucleação, essa região inicial da rede, resista aos mecanismos de resposta negativa que irão amortecer as flutuações externas e inibir a mudança? Em outras palavras, como estão se mobilizando para alcançar o *tamanho crítico*?

Como já apresentado ao longo do texto, a mobilização tem como base estratégica (i) agregar novas parcerias para ampliar sua rede, envolvendo moradores da região, permissionários, políticos, conselheiros, associações de bairro, universidades, outros

mercados e centros culturais; (ii) diversificar as apostas, atuando por ações diretas, como manifestações na rua, abaixo-assinados e protestos online – contra o Estado –, por vias extraoficiais, como a elaboração de diretrizes próprias para o novo CCPE e reuniões diretas com concessionária para a definição de alguns espaços – apesar do Estado –, pela via institucional, por canais oficiais de participação como audiências, consultas, comitês e conselhos – com o Estado –, ou ainda utilizando dessa via para extrapolar seus limites e promover novas articulações – a partir do Estado; e, por fim, (iii) pensar em objetivos graduais, fracionados em diferentes escalas espaciais e temporais, do aqui-agora ao lá-futuramente, como respostas diferentes para a mesma questão.

Como salientou Thaís em reunião do Coletivo Cultural Noroeste BH ao explicar a função do Fórum Permanente¹⁰⁵:

A participação é difícil, mas existem alguns espaços e a gente tem que lutar por eles. Na rua, negociando dentro de conselho, dentro da câmara. E cada um aqui se articula com outras redes, o Munish está em várias por exemplo, seguindo os desejos dele, cada grupo para uma função, uma no partido, outra no coletivo. A pergunta é, em qual espaço da sociedade a gente pode entrar para alcançar o que a gente quer? Aí a gente se organiza aqui no coletivo para ampliar a participação cidadã.

Reforçando a questão da escala, como Nunes (2021) indica, desde o princípio da crise da ideia moderna de revolução, sujeito coletivo e história, houve tentativas de ressignificá-la, opondo a escala global a local (mudança sistêmica, estrutural *versus* mudança pontual, cotidiana; revolução *versus* insurreições). Segundo o autor, se não há necessidade histórica, se não há passagem automática das condições objetivas para a subjetivação política, se não há razões para supor que nem a agência coletiva nem os resultados agregados vão ocorrer por si mesmos, se os sujeitos políticos devem ser compostos e a capacidade de agir deve ser organizada, deveríamos nos concentrar mais na questão da organização (e não menos), nos concentrar em seus graus e mudanças (evitando oposições binárias), e nos concentrar na incorporação da produção de lutas locais e de sua conexão estratégica (articulando diferentes escalas e etapas de atuação).

¹⁰⁵ Reunião do Coletivo Cultural Noroeste BH, no dia 24/09/2021.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão sobre democratização da gestão urbana e lutas populares a partir da Feira Coberta do Padre Eustáquio visa ampliar o olhar sobre o tema, e não restringi-lo. Isso significa que a pesquisa, diante de um debate tão complexo, ajusta o foco para a feira e suas particularidades, ao mesmo tempo que tem em seu horizonte o bairro, a regional, a cidade, direcionando o olhar para outros territórios e pautas. Busca-se, assim, ao mesmo tempo contribuir para a reflexão crítica sobre processos de construção coletiva, organizacional e espacialmente, com considerações e desfechos do que foi pesquisado, como também se abrir para novas perguntas.

Em outras palavras, diferentemente de um estudo de caso – em que a experiência pode vir para testar a teoria –, este trabalho propõe o caso como instrumento de estudo, isto é, a partir da experiência junto à teoria, quais apontamentos e lacunas aparecem?

Primeiramente, levantamos que a não-exclusividade da tarefa de planejar a cidade por parte dos gestores públicos, como defendida por Marcelo Lopes de Souza, mais que uma bandeira (como futuro), é uma realidade observada na FECOPE (por seu passado e presente). Dito isso, é importante também considerar que a possibilidade de outros modos e forças produtoras de espacialidade deve ser a todo momento reiterada, disputada, reformulada. Falar em possibilidade é, então, assumir uma posição de abertura frente à experiência, investigando até que ponto as diversas movimentações se constituem e reverberam no território (o que não está dado).

Nesse processo, é também compreender que a própria atuação se transforma. Se Rodrigo Nunes trata de "1917, 1968 e o retorno à questão da organização", fazendo referência a marcos de lutas europeias, para o universo da FECOPE, alinhado ao contexto brasileiro, podemos destacar "1970, 1990 e 2013".

Ao mesmo tempo que no período da ditadura, sobretudo nos anos 70, frente à inexistência de canais institucionais de participação social, tanto na feira coberta como nos demais mercados municipais parece não ter sido possível ocupar esse

papel de produzir espaço – as decisões sobre a implementação dos mercados aparecem como práticas de extrema heteronomia por parte do Estado, a partir de desapropriações de terrenos e proibições de feiras de rua –, é também nesse período que a FECOPE já anuncia sua particularidade, sendo escolhida para uma experiência pioneira de feira confinada conjugada a ginásio esportivo.

Tal escolha requer aprofundamento no estudo, de modo a investigar a existência (ou não) de mobilizações para além da participação institucional nesse período. Entendemos que nesse sentido, o método de pesquisa aqui abordado, centrado nas narrativas orais e documentais dos atores que vivem o território, apresenta limites por sua forma remota, por dificultar o contato com outros atores, sobretudo os de mais idade – os quais seriam fundamentais para tal estudo, mas que não estão tão inseridos nos meios de comunicação digitais.

Apesar dessa dificuldade, a proximidade com atores cuja história se mistura à dos mercados municipais foi fundamental para compreender as diferenças (e sobreposições) de gerações de luta, nos termos de Nunes. Compreender que a formação da geração da redemocratização se inicia no período militar, mas se estende às gestões municipais progressistas dos anos 90, com seus instrumentos de participação inseridos na lógica estatal, é se atentar para experiências acumuladas tanto de estratégias de luta de enfrentamento ao Estado, como estratégias de luta institucional.

Dentre essas últimas, o Orçamento Participativo é importante para a compreensão do território, por ter possibilitado a inserção do Centro Cultural Padre Eustáquio na FECOPE – que mais uma vez aparece como particularidade, diante das várias tentativas de implementar centros culturais em demais mercados. É preciso ter em vista que o instrumento em si não oferece garantias, como nos lembra Souza, M., foi preciso haver uma movimentação intensa nessa direção. Importante evidenciar ainda que a construção do CCPE via OP representa uma experiência de participação de movimentos, associações e moradores do entorno nas decisões sobre o espaço que ocupam, como também um deslocamento da disputa entre governo e população para diferentes parcelas sociais. Tal deslocamento reforça a

diversidade de interesses da sociedade e os limites dos sistemas representativos diante dos dissensos.

É das fragilidades do caráter institucional da luta que entendemos que a geração de 2013 aparece, questionando o formato das mobilizações anteriores. Tanto a forma de se associar – sobrepondo-se às associações formais, as redes e coletivos –, quanto a forma de se manifestar – mais fortemente como disputa pela produção do espaço, com projetos elaborados por diferentes atores.

Assim, a cisão entre gerações aparece como cisão entre esquerdas quanto ao que representa a institucionalização da participação social: para a geração da redemocratização uma conquista (diante do histórico do regime militar), para a geração de 2013 um ponto crítico (diante da abertura à neoliberalização da política urbana). Tal cisão, marcada por um período entre gerações, compreende um ativismo institucional, e nesse sentido traz diversas conquistas sociais com o adentramento dos movimentos no Estado, como também limites dessa institucionalização, na medida em que há um adentramento também da lógica empresarial nas políticas públicas.

Compreender a formação desses sujeitos, territórios e estratégias como contexto construído junto a seu objeto é buscar compreender como tais conformações aparecem em torno da FECOPE em seu processo de concessão e requalificação hoje em curso. A mistura geracional, a diversidade de atores e o embaçamento de seus limites aparecem pela justaposição de formatos e pautas, que culminam em uma pluralidade de condutas e apostas estratégicas. Contra, com e apesar do Estado; 1970, 1990 e 2013. Mais especificamente, o que essas movimentações atuais têm mostrado é uma luta situada nos anos 2020 *a partir* do Estado, fazendo uso dos canais instituídos e os atravessando, de modo a atravessar os próprios limites para outras escalas, temporais e espaciais, de forma articulada, expandindo seus próprios horizontes.

Toda essa construção analítica parte de narrativas possíveis – não totais –, combinando narrativas dos atores que participam da dinâmica dos territórios, com legislações, reportagens, documentações e teorias críticas, entrelaçadas e

costuradas para a compreensão do urbano. Ressalta-se que a escolha de partir dessas narrativas, para além dos seus muitos desafios, é somada a uma experiência no território durante o Covid-19, portanto, a uma experiência tanto de maior distanciamento, quanto de maior aproximação desse território.

Do ponto de vista da narrativa, que já pressupõe a incorporação da narrativa do outro misturada à própria vivência, o território é ainda mais compreendido pelo que se diz sobre ele (em meio à pandemia, são mais importantes os relatos que a observação, e nesse sentido há um distanciamento). Do ponto de vista da pesquisadora, a relação com esses atores quase integralmente pela internet faz fundir o papel de analisar ao de participar dessa dinâmica (a ausência de corpo do movimento, no sentido de uma ausência de limite de dentro e fora, faz flutuar o meu lugar no trabalho, ora como pesquisadora, ora como coletivo).

Assim, a experiência de campo no contexto da pandemia do Covid-19 coloca o digital em uma posição de destaque para a comunicação com atores e acesso a materiais, mas não só – o virtual a ele associado aparece como ferramenta para pensarmos, em estado latente (BALTAZAR, 2005), a própria abertura à transformação do espaço.

Para tanto, a base conceitual do trabalho como o encontro de Marcelo Lopes de Souza e Rodrigo Nunes representa também um encontro entre as dimensões socioespacial e organizacional das movimentações no território, de modo a criar caminhos entre a geografia e a filosofia, entre os territórios e os sujeitos, entre a participação e a mobilização. Criar caminhos de modo a evitar dicotomias, abrindo espaço entre os polos, observando as sobreposições, como colocaria Nunes; ou explorando as contradições e suas potencialidades, como colocaria Souza, M.

Ambas perspectivas partem de abordagens para além de realidades fixas, buscando investigar os graus e as mediações possíveis nas movimentações analisadas. Dessa forma, mais que as instâncias formais ou as insurgências, são das manobras de suas relações que as ressonâncias têm sido sentidas no território.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JUNIOR, Dilton; JACQUES, Paola; DA SILVA, Ramon. Narrar por relações I. In: JACQUES, Paola; PEREIRA, Margareth; CERASOLI, Josianne (Org.). *Nebulosas do pensamento urbanístico*: tomo III – Modos de Narrar. Salvador: EDUFBA, 2020, p.24-49.

ALVES, Lara. BH ganhará um inédito 'Circuito dos Mercados'. *O Tempo*, Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/cidades/bh-ganhara-um-inedito-circuito-dos-mercados-1.2473507>>. Acesso em: 07 jul. 2022.

ANDRADE, Jeferson. *Padre Eustáquio (BH, a cidade de cada um)*. Belo Horizonte: Conceito Editorial, 2013.

ARANTES, Pedro Fiori. Da (Anti)Reforma Urbana brasileira a um novo ciclo de lutas nas cidades. In: *Correio da Cidadania*, 2013. Disponível em: <http://www.correiodacidade.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=9047%3A:submanchete091113&catid=72%3Aimagens-rolantes&>. Acesso em: 24 jul. 2022.

AVRITZER, Leonardo. *Impasses da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BALTAZAR, Ana Paula, 'Por uma arquitetura virtual: uma crítica das tecnologias digitais', *A&U - Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo: Pini, v. 131, p. 57-60, 2005.

BELO HORIZONTE. *Decreto Municipal Nº 13.798, de 9 de dezembro de 2009*. Proíbe realização de eventos de qualquer natureza na Praça da Estação, nesta capital. Belo Horizonte, MG, 2009.

BELO HORIZONTE. *Decreto Municipal Nº 13.821, de 23 de dezembro de 2009*. Regulamenta o disposto nas leis federais, dispõe sobre a apresentação, sem ônus para o município, de projetos de parcerias público-privadas e outras formas de exploração de serviços e bens públicos por particulares. Belo Horizonte, MG, 2009.

BELO HORIZONTE. *Decreto Municipal Nº 14.052, de 5 de agosto de 2010*. Institui o Procedimento de Manifestação de Interesse. Belo Horizonte, MG, 2010.

BELO HORIZONTE. *Decreto Municipal Nº 14.657, de 21 de novembro de 2011*. Institui a Manifestação de Interesse da Iniciativa Privada. Belo Horizonte, MG, 2011.

BELO HORIZONTE. *Decreto Municipal Nº 15.534, de 10 de abril de 2014*. Dispõe sobre atribuições relacionadas a projetos de concessão e de Parceria Público-Privada. Belo Horizonte, MG, 2014.

BELO HORIZONTE. *Decreto Municipal Nº 16.694, de 15 de setembro de 2017*. Dispõe sobre o Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas. Belo Horizonte, MG, 2017.

BELO HORIZONTE. *Decreto Municipal Nº 16.726, de 27 de setembro de 2017*. Institui grupo de trabalho para realizar estudos e propor medidas para a recuperação e gestão dos mercados municipais. Belo Horizonte, MG, 2017.

BELO HORIZONTE. *Lei Municipal Nº 869, de 4 de abril de 1961*. Autoriza o prefeito a desapropriar terreno e contém outras providências. Belo Horizonte, MG, 1961.

BELO HORIZONTE. *Lei Municipal Nº 1.137, de 17 de setembro de 1964*. Proíbe a prefeitura municipal utilizar, ou autorizar a utilização, dos logradouros públicos da área central da cidade para o comércio dos artigos. Belo Horizonte, MG, 1964.

BELO HORIZONTE. *Lei Municipal Nº 2.075, de 2 de junho de 1972*. Autoriza o prefeito a realizar despesas no valor de cr\$ 20.502.478,50, com estudos e obras. Belo Horizonte, MG, 1972.

BELO HORIZONTE. *Lei Municipal Nº 8.195, de 11 de junho de 2001*. Dispõe sobre a desafetação e autoriza a venda ou permuta da área e edificações do Mercado Distrital do Barroca. Belo Horizonte, MG, 2001.

BELO HORIZONTE. *Lei Municipal Nº 9.038, de 14 de janeiro de 2005*. Dispõe sobre o programa municipal de Parcerias Público-Privadas. Belo Horizonte, MG, 2005.

BELO HORIZONTE. *Lei Municipal Nº 10.003, de 29 de março de 2011*. Autoriza a criação de sociedade sob o controle acionário do município. Belo Horizonte, MG, 2010.

BELO HORIZONTE. *Lei Municipal Nº 10.330, de 15 de dezembro de 2011*. Autoriza a contratação, mediante processo licitatório, de parceiro privado para a prestação de serviços de apoio e infraestrutura à Rede de Atenção Primária à Saúde. Belo Horizonte, MG, 2011.

BELO HORIZONTE. *Lei Municipal Nº 8.195, de 11 de julho de 2001*. Dispõe sobre a desafetação e autoriza a venda ou permuta da área e edificações do Mercado Distrital do Barroca. Belo Horizonte, MG, 2001.

BELO HORIZONTE. *Lei Municipal Nº 10.377, de 9 de janeiro de 2012*. Autoriza a delegação, por meio de Parceria Público-Privada, na modalidade de Concessão Administrativa, de obras e serviços não pedagógicos relacionados à Rede Municipal de Educação. Belo Horizonte, MG, 2012.

BELO HORIZONTE. *Lei Municipal Nº 10.897, de 30 de dezembro de 2015*. Autoriza a delegação, por meio de Parceria Público-Privada, dos serviços de iluminação pública. Belo Horizonte, MG, 2015.

BELO HORIZONTE. *Lei Municipal Nº 11.219, de 12 de fevereiro de 2020*. Autoriza o Poder Executivo a outorgar concessão comum de mercados municipais. Belo Horizonte, MG, 2020.

BELO HORIZONTE. *Lei Municipal Nº 11.286, de 15 de março de 2021*. Autoriza o Poder Executivo a conceder serviços de limpeza urbana. Belo Horizonte, MG, 2021.

BELO HORIZONTE. *Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, de 1990*. Belo Horizonte, MG, 1990.

BELO HORIZONTE. *Procedimento de Manifestação de Interesse Nº 05, de 2010*. Belo Horizonte, MG, 2010.

BELO HORIZONTE. *Procedimento de Manifestação de Interesse Nº 001, de 2018*. Belo Horizonte, MG, 2018.

BELO HORIZONTE. *Projeto de Lei Municipal Nº 487, de 2005*. Transforma o atual Mercado Distrital da Barroca num espaço cultural e dá outras providências. Belo Horizonte, MG, 2005.

BELO HORIZONTE. *Projeto de Lei Municipal Nº 747 2019, de 2019*. Autoriza o Poder Executivo a outorgar concessão comum de mercados municipais. Belo Horizonte, MG, 2019.

BRASIL. *Estatuto da Cidade – Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001*. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 10 jul. 2001.

BRASIL. *Constituição (1988) – Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CANETTIERI, Thiago. Securitização da política pública em Belo Horizonte e redes de financeirização. São Paulo: *Caderno Metrôpoles*, v. 23, n. 50, p.17-39, 2021.

CANUTO, Frederico. Três experimentos escolares e 2013: um primeiro contato, um erro e uma assessoria. In: *RUA* [online]. Volume 25, número 1 - e-ISSN 2179-9911 - Junho/2019. Consultada no Portal Labeurb – Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade.

CASTRIOTA, Leonardo. Introdução: Belo Horizonte, a arquitetura da modernidade. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci (Org.). *Arquitetura da modernidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG/Instituto de Arquitetos do Brasil-Departamento MG, 2017, p. 13-30.

CERASOLI, Josianne; PEREIRA, Margareth; JACQUES, Paola. Modos de narrar. In: JACQUES, Paola; PEREIRA, Margareth; CERASOLI, Josianne (Org.). *Nebulosas do pensamento urbanístico*: tomo III – Modos de Narrar. Salvador: EDUFBA, 2020, p. 10-19.

CHIQUITO, Elisângela. Narrar por tramas. In: JACQUES, Paola; PEREIRA, Margareth; CERASOLI, Josianne (Org.). *Nebulosas do pensamento urbanístico*: tomo III – Modos de Narrar. Salvador: EDUFBA, 2020, p. 86-105.

CMBH. *Câmara Municipal de Belo Horizonte*. 2021. Disponível em: <<https://www.cmbh.mg.gov.br/>>. Acesso em: 02 jul. 2021.

COLETIVO CULTURAL NOROESTE BH. *Coletivo Cultural Noroeste BH*. 2022. Disponível em: <<https://www.facebook.com/coletivoculturalNoBH>>. Acesso em: 10 mai. 2021.

COMUC. *Relatório Diagnóstico dos Centros Culturais (2015/2016)*. Belo Horizonte: PBH, 2018, p. 154.

COMUNIDADE EM MOVIMENTO. *Aeroporto Carlos Prates registrou pelo menos 47 ocorrências no período 2004-2020*. 2021. Disponível em: <<https://comunidadeemmovimentobh.com.br/aeroporto-carlos-prates-registrou-pelo-menos-47-ocorrencias-no-periodo-2004-2020/>>. Acesso em: 9 jul. 2022.

CORAGGIO, Jose Luis. ¿Qué hacer desde la economía popular ante la situación actual?. *Revista Idelcoop*, No 224, p.13-26, marzo 2018.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando (95- 110). In: MATO, Daniel. *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: FACES, 2004.

FÉLIX, Pabline. Ele quer ser o rei do morro. *Revista Encontro*, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <<https://www.revistaencontro.com.br/canal/revista/2013/06/ele-quer-ser-o-rei-do-morro.html>>. Acesso em: 27 jul. 2021.

FMC. *Cotidianos Culturais*. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mB9R-F2xUkl&list=PLD7E92V2oX9GTzg5hCI_wnt4q_BYDckNI&index=19>. Acesso em: 21 mai. 2022.

GOMES, Helton. Rei dos camelôs, empresário tenta construir império dos shoppings 'povão'. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 2012. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/1205568-rei-dos-camelos-empresario-tenta-construir-imperio-dos-shoppings-povao.shtml>> . Acesso em: 27 jul. 2021.

FUNDAÇÃO DOIMO. *Elias Tergilene na posse de Franscilei Henrique – CUFA*. 2015. Disponível em: <<http://www.fundacaodoimo.org/site/2015/11/10/elias-tergilene-na-posse-de-franscilei-henrique-cufa/>>. Acesso em: 27 jul. 2021.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Limiar, aura e rememoração: ensaios sobre Walter Benjamin*. São Paulo: Editora 34, 2014.

GOHN, Maria da Glória. *Participação e democracia no Brasil: da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013*. Petrópolis: Vozes, 2019. 294 p.

GRAVANO, Ariel. *El barrio en la teoría social*. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2005.

GRUPO UAI. *Uai Grupo*. 2021. Disponível em: <<http://uaigrupo.com.br/>>. Acesso em: 27 jul. 2021.

HAESBAERT, Rogério. *Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. *O território em tempos de globalização*. Rio de Janeiro: UERJ, v. 3, n. 5, p. 7-20, 1999.

KAPP, Silke. Grupos sócio-espaciais ou a quem serve a assessoria técnica. São Paulo: *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 20, n. 2, pp.221-236, 2018.

KAPP, Silke & BALTAZAR, Ana Paula. The paradox of participation: a case study on urban planning in favelas and a plea for autonomy. *Bulletin of Latin American Research*, v. 31, pp. 160-173, 2012.

LAZZAROTTI, Regina. *A gente não quer só comida: um estudo de caso sobre o Centro Cultural Padre Eustáquio*. Trabalho de Conclusão de Curso (em Turismo). Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

LEPETIT, Bernard. *Por uma nova história urbana* (Org. Heliana Angotti Salgueiro). São Paulo: Edusp, 2001.

LOBATO, Paulo. Feiras prontas para concessão: iniciativa privada deve assumir gestão em dois mercados tradicionais. *Hoje em Dia*, Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <<https://www.hojeemdia.com.br/primeiro-plano/feiras-prontas-para-concess%C3%A3o-iniciativa-privada-deve-assumir-gest%C3%A3o-em-dois-mercados-tradicionais-1.776304>>. Acesso em: 27 jul. 2021.

LOBATO, Paulo. PBH já elabora editais para entrega de 5 mercados distritais à iniciativa privada. *Hoje em Dia*, Belo Horizonte, 2019a. Disponível em: <<https://www.hojeemdia.com.br/pbh-ja-elabora-editais-para-entrega-de-5-mercados-distritais-a-iniciativa-privada-1.762743>>. Acesso em: 27 jul. 2021.

LOBATO, Paulo. PBH vai privatizar seis mercados; investimento pode chegar a 100 milhões. *Hoje em Dia*, Belo Horizonte, 2019b. Disponível em: <<https://www.hojeemdia.com.br/pbh-vai-privatizar-seis-mercados-investimento-pode-chegar-a-r-100-milh-es-1.732395>>. Acesso em: 15 jul. 2021. Acesso em: 27 jul. 2021.

LOPES, João Marcos; KAPP, Silke e BALTAZAR, Ana Paula. *Por partes: o novo fundamentalismo participacionista nos programas de moradia para os pobres*, artigo apresentado no SILACC 2010, São Carlos.

MACHADO, Renata. Mercado vai virar hospital até 2014. *O Tempo*, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/politica/mercado-vai-virar-hospital-ate-2014-1.362148>>. Acesso em: 06 ago. 2021.

MAGALHÃES, Evaldo. Prefeitura de BH prepara concessão de seis mercados públicos da capital. *Hoje em Dia*, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <<https://www.hojeemdia.com.br/prefeitura-de-bh-prepara-a-concess-o-de-seis-mercados-publicos-da-capital-1.604268>>. Acesso em: 27 jul. 2021.

MORADO, Denise; ROMEIRO, Paulo; ROSA, Sara; MOURA, Rafael; FRANZONI, Júlia; MENDONÇA, Pedro. O mecanismo da parceria público-privada como reforma do Estado. In: *Cidade Estado Capital: reestruturação urbana e resistências em Belo Horizonte, Fortaleza e São Paulo*. 1. ed. São Paulo: FAUUSP, 2018. p12-p.37.

MOUFFE, Chantal. *The democratic paradox*. London, New York: Verso, 2000.

MOVIMENTO FORA LACERDA. *Movimento Fora Lacerda*. 2022. Disponível em: <https://www.facebook.com/Mov.Foralacerda/?ref=page_internal>. Acesso em: 07 ago. 2022.

NUNES, Rodrigo. Geração, acontecimento, perspectiva: pensar a mudança a partir do Brasil. *Nuso*. 2014a. Disponível em: <<https://nuso.org/articulo/geracao-acontecimento-perspectiva/>>. Acesso em: 14 out. 2021.

NUNES, Rodrigo. *Neither Vertical Nor Horizontal: A Theory of Political Organization*. London, New York: Verso, 2021.

NUNES, Rodrigo. O partido do evento. *Revista Fórum*. 2013. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/2013/10/06/o-partido-do-evento/>>. Acesso em: 22 out. 2021.

NUNES, Rodrigo. *Organisation of the organisationless*. Collective Action After Networks. Londres: Mute/PML Books, 2014b.

NUNES, Rodrigo. Protestos e eleições: até aqui, Cassandra está ganhando. *Huffington Post Brasil*. 2014c. Disponível em: <http://www.huffpostbrasil.com/rodrigo-nunes/os-protestos-e-as-eleicoes-ate-aqui-cassandra-esta-ganhando_a_21666151/?utm_hp_ref=br-indignados>. Acesso em: 02 nov. 2021.

NUNES, Rodrigo. Uma ou Duas Melancolias? 1917, 1968 e o Retorno à Questão da Organização. *Crise e Crítica*. 2017. Disponível em: <<https://criseecritica.com/2021/07/21/v1-n1-2017/>>. Acesso em: 20 abr. 2022.

OBSERVATORIO METROPOLITANO. *La apuesta municipalista: la democracia empieza por lo cercano*. Madrid: Traficantes de sueños, 2014.

OLIVEIRA, Janaína. Elias Tergilene, do UAI, comandará em SP o maior shopping popular do país. *Hoje em Dia*, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <<https://www.hojeemdia.com.br/primeiro-plano/economia/elias-tergilene-do-uai-comandar%C3%A1-em-sp-o-maior-shopping-popular-do-pa%C3%ADs-1.326851>>. Acesso em: 27 jul. 2021.

PAIXÃO, Flaviane. Abraço simbólico contra o fim do mercado. *O Tempo*, Belo Horizonte, 2007a. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/mobile/cidades/abraco-simbolico-contra-fim-do-mercado-1.314489>>. Acesso em: 06 ago. 2022.

PAIXÃO, Flaviane. Guarda não irá para mercado de Santa Tereza. *O Tempo*, Belo Horizonte, 2007b. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/super-noticia/opinioao/batedebate/guarda-nao-ira-para-mercado-de-santa-tereza-1.306097>>. Acesso em: 06 ago. 2022.

PENAFORTE, Raquel. Mercados Municipais devem ser concedidos a grupo de empresas. *O Tempo*, Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/cidades/mercados-municipais-devem-ser-concedidos-a-grupo-de-empresas-1.2365871>>. Acesso em: 02 jun. 2022.

PBH. *89ª Reunião Ordinária do COMUC em 11/11/2020*. 2020d. Disponível em: <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1236872>. Acesso em: 04 jan. 2021.

PBH. *Audiência – Debate destino feira*. 2006. Disponível em: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=943769>>. Acesso em: 10 jul. 2022.

PBH. *Aviso de audiência pública*. 2006. Disponível em: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=943584>>. Acesso em: 10 jul. 2022.

PBH. *Aviso de Procedimento de Manifestação de Interesse – PMI Nº 05/2010*. 2010. Disponível em: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1034499>>. Acesso em: 28 jun. 2021.

PBH. *Extrato de contrato*. 1998. Disponível em: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=991538>>. Acesso em: 17 jul. 2022.

PBH. *Contrato de concessão para a gestão, reforma, requalificação e manutenção do Mercado Distrital de Santa Tereza e da Feira Coberta do Bairro Padre Eustáquio*. 2022. Disponível em: <https://96b773a7-a50c-4939-b414-82487d9fa09c.filesusr.com/ugd/fb039c_11b197cf04284118a73947aac339fb24.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2022.

PBH. *Diagnóstico propositivo para o Mercado de Santa Tereza*. 2016. Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/politica-urbana/planejamento-urbano/projetos-urbanos/mercado-santa-tereza>>. Acesso em: 29 jun. 2021.

PBH. *Extratos de convênio*. 1999b. Disponível em: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=869622>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

PBH. *Extrato de termo aditivo*. 1999a. Disponível em: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=866750>>. Acesso em: 17 jun. 2022.

PBH. *História de bairros*. 2018. Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/fundacao-municipal-de-cultura/arquivo-publico/informacoes/historia-de-bairros#:~:text=Os%20cadernos%20da%20Cole%C3%A7%C3%A3o>>

%20Hist%C3%B3rias,de%20documentos%20relativos%20ao%20tema.>. Acesso em: 12 mai. 2022.

PBH. *Licitação – Concorrência Nº 001/2019 – Fazenda*. 2019a. Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/fazenda/licitacao/concorrenca-001-2019>>. Acesso em: 10 jan. 2021.

PBH. *Licitação – Concorrência Nº 006/2020 – Fazenda*. 2021a. Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/fazenda/licitacao/concorrenca-006-2020>>. Acesso em: 10 jan. 2021.

PBH. *Licitação – Consulta pública dos instrumentos de concessão para reforma e requalificação dos mercados*. 2019b. Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/smasac/licitacao/consulta-publica-2019>>. Acesso em: 10 jan. 2021.

PBH. *Licitação – Consulta pública SUSAN Nº 01/2020*. 2020a. Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/smasac/licitacao/consulta-publica-01-2020>>. Acesso em: 10 jan. 2021.

PBH. *Prefeitura de Belo Horizonte*. 2021b. Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/>>. Acesso em: 29 jun. 2021.

PBH. *Relatório de Prefeito*. 2020b. Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/fundacao-municipal-de-cultura/arquivo-publico/acervo/elatorio-de-prefeito>>. Acesso em: 16 mai. 2022.

PBH. *Respostas à Consulta Pública dos instrumentos de concessão para reforma, requalificação dos mercados municipais*. 2019c. Disponível em: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1222267>>. Acesso em: 05 nov. 2020.

PBH. *Respostas à Consulta Pública dos instrumentos de concessão para reforma, requalificação dos mercados municipais*. 2020c. Disponível em: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1228667>>. Acesso em: 19 jun. 2020.

PBH. *Resumo da ata da quinquagésima reunião ordinária da sessão ordinária da primeira sessão legislativa da Câmara Municipal de Belo Horizonte*. 2001. Disponível em: <<https://dom-web.pbh.gov.br/visualizacao/edicao/4559>>. Acesso em: 04 jul. 2022.

PBH Ativos S.A. *PBH Ativos S.A.* 2022. Disponível em: <<https://pbhativos.com.br/>>. Acesso em: 29 jun. 2021.

RANCIÈRE, Jacques. *O espectador emancipado*. São Paulo: WMF Martins Fontes Ltda, 2014.

REVEL, Jacques. (org.) *História e historiografia: exercícios críticos*. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

REVEL, Jacques. *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro, FGV, 1998 (1996).

ROLNIK, Raquel. Dez anos do Estatuto da Cidade: das lutas pela reforma urbana às cidades da Copa do Mundo. In: RIBEIRO, Ana Clara; VAZ, Lilian; SILVA, Maria Lais (org.). *Leituras da cidade*. Rio de Janeiro: ANPUR; Letra Capital, 2012. P. 87-104.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena – experiências e lutas dos trabalhadores na grande São Paulo (1970-1980)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOCIAL. Comunidade se mobiliza no Cruzeiro. *O Tempo*, Belo Horizonte, 2007. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/super-noticia/opiniaosocial-ii/comunidade-se-mobiliza-no-cruzeiro-1.600988>>. Acesso em: 06 ago. 2020.

SOUZA, Lays Silva de. *Viver e comer na cidade: políticas públicas para o abastecimento alimentar em Belo Horizonte (século XX)*. Dissertação de Mestrado (em história). Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2020.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Ação direta e luta institucional: complementaridade ou antítese?*. Passa Palavra. 2012. Disponível em: <<https://passapalavra.info/2012/04/56901/>>. Acesso em: 02 ago. 2021.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado: os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta*. Cidades (Presidente Prudente) , v. 7, p. 13-47, 2010.

UNIVESP. *Na Íntegra – Jeanne Marie Gagnebin – Memória*. 2009. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=b_v0-t2vnWY>. Acesso em: 06 mai. 2022.

TRANSE. *Aula Inaugural: "O que significa estudar o presente?"*, com Rodrigo Nunes (PUC-Rio). 2022. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=r0ZpVfKVPsg>>. Acesso em: 12 jul. 2022.

VELLOSO, Rita. Narrar por processos. In: JACQUES, Paola; PEREIRA, Margareth; CERASOLI, Josianne (Org.). *Nebulosas do pensamento urbanístico: tomo III – Modos de Narrar*. Salvador: EDUFBA, 2020, p. 406-429.

VELLOSO, Rita. *Urbano-Constelação*. 1a Ed. Belo Horizonte: Cosmópolis, 2022.

VIDIGAL, Luciane. Mercado Distrital do Cruzeiro recebe propostas. *Estado de Minas*, Minas Gerais, 2011. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2011/06/01/interna_gerais,231205/mercado-distrital-do-cruzeiro-recebe-propostas.shtml>. Acesso em: 06 ago. 2022.